

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

“ REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE”

- RETRATO DE TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES

Aluna: Márcia Susana Jesus Almeida Timóteo

Orientadora: Professora Doutora Teresa Toldy

Porto

2013

“As representações da Maternidade”
Retrato de três gerações de mulheres

“As representações da Maternidade”
Retrato de três gerações de mulheres

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

“ REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE”

- RETRATO DE TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES

Aluna: Márcia Susana Jesus Almeida Timóteo

Orientadora: Professora Doutora Teresa Toldy

Porto

2013

Autora: Márcia Susana Jesus Almeida Timóteo

“REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE”
- RETRATO DE TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES

Assinatura da Aluna: _____

*“Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social”*

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, as taxas de natalidade e fecundidade em Portugal têm vindo a diminuir progressivamente. Perante este cenário, considerou-se pertinente analisar de que forma as mulheres vivem a maternidade na atualidade.

Este estudo tem como objetivo principal compreender as representações da maternidade de três gerações de mulheres portuguesas. Para tal, procurou-se verificar se as condições sociais, económicas e culturais, predominantes em diferentes épocas de Portugal tiveram impacto na maternidade.

O estudo sustentou-se com um enquadramento teórico atualizado e orientado por uma investigação bibliográfica. O estudo empírico baseia-se numa metodologia qualitativa, com recurso à entrevista semi-estruturada, com questões abertas e em profundidade, aplicada a mulheres com filhos, pertencentes às gerações do período Salazarista, do pós 25 de Abril de 1974 e da atualidade.

Os dados sugerem que as características da sociedade em que as mulheres estão inseridas influenciam a forma como vivem a maternidade. Porém, embora a vida das mulheres, hoje, não se centre unicamente na tarefa de ser mãe, a maternidade continua a ser muito importante para as mulheres portuguesas.

ABSTRACT

Over the past decades, Portugal birth rates and fertility rates, have been declining progressively. Given this scenario, it was considered appropriate to examine how women experience motherhood nowadays.

This study aims to understand the main representations of motherhood of three generations of Portuguese women. By that, we wanted to determine whether the social, economic and cultural, predominant at different times had an impact on motherhood.

The study was supported with a theoretical framework and guided by research literature. The empirical study is based on a qualitative methodology, using the semi-structured interviews with open-ended and in-depth questions, applied to women, belonging to three types of generations; the Salazar period, post April 25 of 1974 and nowadays.

The data suggest that the characteristics of the society in which women are inserted influences the way they live their motherhood. Nevertheless motherhood continues to be very important for Portuguese women.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é à Professora Doutora Teresa Toldy, pela disponibilidade, amabilidade, compreensão e incentivo, fundamentais para a concretização deste trabalho.

Agradeço às mulheres que aceitaram partilhar comigo momentos íntimos e especiais das suas vidas.

Ao meu marido, por ter estado sempre ao meu lado, incentivando-me a não desistir e apoiando-me nos momentos em que quase deixei de acreditar. Obrigada por me fazer voltar a acreditar e por caminhar ao lado.

Ao meu amigo Pedrinho pela ajuda que me deu na elaboração do trabalho.

À minha irmã, aos meus pais, ao meu cunhado e aos meus amigos pela compreensão, incentivo e carinho.

Ao meu afilhado Gui, pelas traquinices, sorrisos e mimos que todos os dias me dão força e alegria de viver.

A todos o meu sincero OBRIGADO!

Índice

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE 1 : ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
Capítulo I - Conceitos.....	16
1. Representações Sociais.....	16
2. Indicadores Demográficos.....	19
Capítulo II – Caracterização temporal: do Período Salazarista à atualidade.....	24
1. A vida familiar antes do 25 de Abril	24
1.1. A vida conjugal e familiar	24
1.2. A Sexualidade e o indivíduo.....	28
1.3. A mulher doméstica e o homem provedor.....	30
2. A vida familiar depois do 25 de Abril	38
2.1. A vida conjugal e familiar	39
2.2. Sexualidade e realização individual	43
2.3. Família e lazer	45
2.4. Da mulher doméstica à trabalhadora	46
2.5. A mulher trabalhadora e a maternidade.....	49
PARTE 2 : ESTUDO EMPÍRICO	56
Capítulo I – Metodologia.....	57
1. Objetivos do estudo	57
2. Perguntas de Partida	58
3. Técnicas, Instrumentos e Procedimentos	59
4. Instrumentos de recolha de informação.....	61
Capítulo II – Análise e discussão de resultados ...	64
1. Dados provenientes da caracterização pessoal das entrevistadas.....	65
2. Análise dos dados provenientes da análise da transição para a vida adulta	75
3. Análise dos dados acerca da Gravidez	80
4. Análise dos dados acerca da Maternidade	91

5. Principais destaques da confrontação de dados..	96
REFLEXÕES FINAIS.....	101
Bibliografia.....	104
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui uma investigação como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Fernando Pessoa

Este trabalho surge como consequência do interesse suscitado, pela leitura do livro intitulado “O conflito, a mulher e a mãe”, de Elisa Beth Badinter, que analisa a evolução do modo como as mulheres vivem e pensam a maternidade. Assim, segundo a autora:

Antes dos anos setenta, os filhos eram a consequência natural do casamento. A reprodução era simultaneamente um instinto, um dever religioso e um dever para com a sobrevivência da espécie. Era natural que toda a mulher normal desejasse ter filhos (Badinter, 2010, p.17).

Tal como a autora afirma, no passado, os filhos “eram uma consequência natural do casamento”. As mulheres eram educadas pelos pais com o objetivo de, no futuro, desempenharem os papéis de boas donas de casa e boas mães.

Não existindo em si mesma, a esposa-mãe-dona-de-casa não é considerada como um indivíduo, autónomo, pertencendo a si mesmo. A ideologia da dona-de-casa recusa a generalização dos princípios da sociedade individualista moderna, pois a mulher é associada à ordem natural da família (Lipovetsky, 1997).

“Reconhecer a mulher, como um indivíduo autónomo equivaleria a desnaturar a mulher, a precipitar a ruína da ordem familiar, a gerar a confusão entre os sexos” (Lipovetsky, 1997, p. 206). No entanto, a autonomização profissional das mulheres desencadeou manifestações femininas no sentido de elas serem responsáveis pelas suas próprias vidas. Uma dessas manifestações foi o controlo da fecundidade, sobretudo com a chegada da pílula contracetiva às farmácias portuguesas, em 1962 (Almeida, 2004). A partir do momento em que um grande número de mulheres começa a controlar a natalidade, surgem então as novas realidades: as mulheres que se realizam à margem da maternidade e as mulheres que optam por investimentos individuais noutras áreas, como a profissional, antes de terem filhos.

Em consequência das alterações verificadas no comportamento das mulheres, a partir de meados dos anos 80, Portugal deixa de liderar o ranking dos países com elevadas taxas

de fecundidade e natalidade, acompanhando os nossos vizinhos da Europa do Sul, com o surgimento de níveis bem mais baixos (Almeida, 2004).

De facto, em Portugal existiram períodos em que a estrutura populacional se tornou mais favorável à ocorrência de nascimentos e outros em que ocorreu exatamente o contrário. Entenda-se por estrutura populacional a diminuição do peso das mulheres tanto no período fértil como nas idades mais férteis.

“Entre 1960 e 1981 a estrutura da população tornou-se um pouco menos favorável à ocorrência de nascimentos” (Barreto et al, 1996, p. 203), devido à diminuição do número de mulheres em período fértil, o que, em termos estatísticos, corresponde ao intervalo etário entre os 15 e os 49 anos. Porém no intervalo etário do período fértil a maior probabilidade de se ter um filho ocorre entre os 20 e os 30 anos.

A variação do número de nascimentos indica que a maternidade foi assumindo diferentes papéis na vida das mulheres ao longo dos tempos. Esta realidade aguçou ainda mais a curiosidade inicial da mestranda, despertada pela leitura do livro de Badinter e, ao mesmo tempo, fez-lhe refletir e questionar o “como” e o “porquê” dessas transformações.

Assim, foi da percepção da junção das evidentes alterações ocorridas na fecundidade em Portugal com a nova realidade de mulheres que se realizam à margem da maternidade ou das mulheres que optam por investimentos individuais noutras áreas, como a profissional, antes de terem filhos, que determinou como tema da Dissertação de Mestrado “Representações da maternidade”. O objetivo principal deste trabalho consiste, pois, em compreender as representações da maternidade de mulheres Portuguesas.

Para Almeida (2004), as representações e os ideais sobre a maternidade são dimensões essenciais na construção das práticas e dos percursos reprodutivos femininos. Ao dizerem uma dada realidade, ao representarem-se sob um certo figurino, eles podem, por antecipação, orientar decisões ou escolhas individuais e, posteriormente legitimar comportamentos seguidos em matéria de sexualidade, fecundidade e contraceção.

Para compreender as variações de que a maternidade foi alvo, delimitaram-se períodos de análise cujos acontecimentos foram significativos para Portugal. Para tal, teve-se em consideração as variações dos fatores sociais, económicos e culturais do país, em dois períodos distintos: a época Salazarista, marcada, pelo fecho do país ao exterior e consequentemente pelo lento crescimento a todos os níveis; e a fase pós 1970 até à atualidade, com principal destaque para as alterações resultantes do 25 de Abril de 1974, momento a partir do qual tudo se vai desenvolver mais depressa. Até 1960, o ritmo de evolução de Portugal foi mais lento do que o dos seus vizinhos europeus. A partir dessa década, a indústria acelera, a terciarização sofre fortes impulsos, a diminuição da população rural e agrícola atinge valores significativos, intensificam-se as migrações dos campos para as cidades e diminuem as taxas de natalidade e mortalidade infantil (Barreto et al, 1994).

Pode-se afirmar que depois de várias décadas com um regime Salazarista de crescimento muito lento, Portugal assiste na fase pós década 1960, a um enorme desenvolvimento social, económico e cultural.

A associação do tema à análise de épocas bastante distintas em termos de crescimento e desenvolvimento social, económico e cultural, pretende observar se existe algum relacionamento entre ambas. A finalidade é verificar se as atuais representações da maternidade, têm alguma relação com as condições sociais, económicas e culturais características das diferentes épocas em Portugal, mas também com a evolução a este nível.

O trabalho pretende, então, basicamente, averiguar a relevância do contexto social, económico e cultural na vivência da maternidade das mulheres portuguesas. Assim, optou-se por estruturar o estudo empírico com base em entrevistas a três mulheres pertencentes às gerações dos períodos em análise, que compreendem o período Salazarista e o pós 25 de Abril de 1974 até à atualidade.

O objetivo principal do presente estudo é compreender as representações da maternidade de mulheres portuguesas. Para uma melhor concretização, foram definidos como objetivos específicos: compreender a importância que as mulheres atribuem à maternidade; assinalar as principais alterações à maternidade na vida das mulheres portuguesas; verificar o impacto das condições sociais, económicas e culturais vividas

durante o período Salazarista, na vivência da maternidade das portuguesas e verificar o impacto das condições sociais, económicas e culturais vividas após o 25 de Abril de 1974, na vivência da maternidade das mulheres portuguesas.

O trabalho está organizado em duas partes distintas, mas complementares. Os capítulos, embora independentes, procuram atingir os objetivos propostos.

Assim, no primeiro capítulo, procede-se à explicação do conceito de representação social. Aspira-se, com esta referência, a compreender-se a conceção que as mulheres possuem acerca da maternidade é motivada por representações sociais produzidas coletivamente.

O primeiro capítulo contém ainda a apresentação dos indicadores demográficos diretamente relacionados com a temática em análise. A introdução dos indicadores tem por finalidade a averiguação das oscilações ocorridas na maternidade.

No segundo capítulo, caracterizam-se as épocas temporais em análise. Inicia-se com a apresentação da vida familiar antes do 25 de Abril de 1974, onde se explora várias áreas da vida das mulheres, nomeadamente as que mais evidenciam os seus direitos e deveres nas questões relativas à vida familiar e à maternidade. Segue-se posteriormente, com a análise da vida familiar do 25 de Abril até à atual idade, utilizando os mesmos critérios da exploração anterior.

No processo de seleção das participantes do estudo foram selecionadas três gerações de mulheres correspondentes aos períodos a analisar, com o propósito de retratar os projetos, dificuldades e estratégias que cada sentiu na sua época relativamente à maternidade.

A segunda parte do trabalho encontra-se organizada em dois capítulos. No primeiro, apresenta-se o estudo empírico, definindo os objetivos. Além disso, identificam-se os instrumentos de análise concebidos, isto é, o guião de entrevista, composto por 4 unidades de análise: 1.^a: caracterização pessoal das entrevistadas; 2.^a: transição para a vida adulta; 3.^a: visão das entrevistadas sobre a gravidez e 4.^a: o papel de mãe das entrevistadas.

No segundo capítulo da segunda parte, apresenta-se a análise e discussão dos resultados do estudo, com base na análise de conteúdo.

Termina-se com as reflexões finais, que tiveram, por um lado, a preocupação de demonstrar as principais influências que as condições sociais, económicas e culturais do país exerceram nos diferentes domínios da vida das mulheres, e, por outro, de identificar a forma como as mulheres interpretam e vivem as alterações ocorridas concretamente na maternidade, procurando compreender a influência que tiveram na importância que as mulheres atualmente atribuem à maternidade.

Com a realização deste trabalho, aspirou-se a contribuir para a identificação e compreensão da mudança de comportamentos das mulheres na família, salientando as principais consequências daí advindas para a maternidade das mulheres Portuguesas.

PARTE 1 : ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I - Conceitos

1. Representações Sociais

O trabalho analisa os pensamentos e consequentes comportamentos de mulheres em relação à maternidade. Estes estão relacionados com representações sociais acerca da mesma. Por representações sociais entende-se pensamentos ou juízos que as pessoas possuem acerca de determinadas situações, que por sua vez, vão influenciar os seus comportamentos.

Em 1961, Moscovici (*cit in* Vala, 1993, p.354) definiu o conceito de representação social como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

As representações podem ser definidas, numa primeira abordagem, como um reflexo do mundo exterior. Essas representações mentais do mundo exterior serão o produto de processos psicológicos. Moscovici (*cit in* Vala 1993) considera que não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo, que o sujeito e o objeto não são essencialmente distintos.

A representação social é sempre a representação de qualquer coisa. Ela exprime a relação de um sujeito com um objeto, relação que envolve uma atividade de construção, de modelização e simbolização (Vala, 1993, p.357).

Segundo Vala (1993), uma representação é social por que é coletivamente produzida, isto é, as representações sociais são resultado das interações e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, retratando a situação desse grupo, os seus projetos, dificuldades e estratégias. As representações sociais resultam da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social e revestem uma funcionalidade específica: “resolver problemas, dar forma às relações sociais, oferecer um instrumento de orientação dos comportamentos, são razões poderosas para edificar uma representação social” (Vala, 1993, p. 358).

As representações sociais formam-se através de fatores de duas ordens: processos sociocognitivos e fatores sociais. Para compreender uma representação social é necessário integrá-la como elemento da dinâmica social, entendendo a influência que a estrutura da sociedade onde se desenvolve exerce sobre a mesma. Nesse sentido, percebe-se que as clivagens e diferenciações provindas da estrutura social vão refletir-se na construção de diferentes representações sociais de um mesmo objeto. De acordo com Moscovici (*cit in* Vala, 1993), as diferenciações no âmbito social regem-se pelo nível das condições socioeconômicas e pelo nível dos sistemas de orientação, onde estão incluídas as normas e valores.

Segundo Vala (1993, p. 381), no quadro das representações sociais as atitudes retratam a dimensão avaliativa, sendo responsáveis pelos juízos avaliativos sobre o meio. O processo de categorização - processo de percepção e organização do meio ambiente em classes de objetos, acontecimentos e grupos de pessoas - representa um dos processos cognitivos agregados à composição de uma representação, mas é a representação que, ao mesmo tempo, oferece o sistema de significações no qual uma estrutura ganha sentido. A atribuição de sentido aos objetos e acontecimentos sociais que as representações sociais proporcionam não funciona como algo exterior à estrutura social, pois ela está integrada e objetivada na própria estrutura social.

Para que uma comunicação se possa processar, é necessário um sistema de categorização e de interpretação comuns e ainda uma linguagem partilhada.

De modo controlado ou automático, e consciente ou não consciente, muitos dos comportamentos das pessoas correspondem às suas representações.

Quando os indivíduos se questionam sobre fenômenos sociais como a pobreza, o desemprego, a saúde, a violência ou o insucesso escolar, acionam as teorias que coletivamente construíram sobre estes mesmos fenômenos, e é no quadro dessas teorias que procuram e estruturam as explicações (Vala, 1993, p. 377).

As representações sociais podem ser definidas como uma modalidade de conhecimento construída na interação quotidiana. Tendo em consideração este pressuposto teórico, não se pode esquecer o papel ativo dos atores sociais na sua produção, nem a importância das configurações culturais dominantes nem da dinâmica social no seu

conjunto. É da conjugação das configurações culturais dominantes com a dinâmica social que surgem as chamadas pressões para a hegemonia e homogeneização de certas representações sociais, ou seja, verifica-se uma continuidade temporal de algumas representações. Como exemplo, temos a representação sobre o trabalho como dever, que se mantém sólida desde há séculos.

Se as representações sociais são construídas na interação quotidiana pelos sujeitos inseridos numa dada cultura dominante com determinada dinâmica social, percebe-se que os comportamentos da maternidade possam ser influenciados pelas relações sociais, pois, como se viu, muitos dos comportamentos correspondem às representações pessoais. Tendo em conta o mencionado, o comportamento das mulheres em relação à maternidade vai ser o reflexo da sociedade em que estas vivem.

Assim, com a emergência de novos valores e representações sociais, o comportamento vai sofrer alterações. Partindo deste pressuposto, ao analisar épocas temporais tão díspares, vai ser possível observar alterações na vivência da maternidade das mulheres portuguesas.

2. Indicadores Demográficos

As alterações da maternidade em Portugal representa m uma questão central para este estudo. Por este motivo, torna-se imprescindível a prática de uma fundamentação teórica adequada. Neste sentido, dada a possibilidade de análise imediata e de fácil compreensão dos dados estatísticos, será apresentada o um conjunto de indicadores sócio-demográficos, disponibilizados por fontes estatísticas oficiais, que permitirão verificar as oscilações mais significativas em termos demográficos na sociedade portuguesa entre a década de 60 e o ano 2011.

Uma vez que o trabalho se centra na maternidade, a questão da fecundidade, após uma apresentação demográfica de caráter mais generalista, será alvo de um maior aprofundamento.

Analisando os dados fornecidos pela base de dados “Pordata” (2012), é possível observar que, em 1960, a esperança média de vida à nascença para o sexo masculino era de 60,7 anos e a do sexo feminino de 66,4 anos. Em 1970, a dos homens passou para 64 anos e a das mulheres para 70,3 anos. Uma década de pois, os homens alcançaram os 67,8 anos e as mulheres os 74,8. Em 1990, a esperança média de vida para os homens era já de 70,6 anos e a das mulheres de 77,5 anos. No ano de 2000, os homens atingiram os 72,9 anos e as mulheres os 79,9 anos. Os dados mais recentes, referentes ao ano de 2010 indicam que a esperança média de vida atual do sexo masculino é de 76,4 anos de idade e a do sexo feminino de 82,3 anos de idade.

Nos dados apresentados, é evidente que, entre 1960 e 2010, a esperança média de vida à nascença em Portugal sofreu um aumento de 60,7 para 76,4 anos nos homens e de 66,4 para 82,3 anos nas mulheres. Apesar de ser notável o aumento da esperança média de vida, segundo António Barreto (1996, p.40), “até 1973 a população portuguesa diminuiu, sobretudo devido à emigração. No entanto, entre 1974 e 1976 foi alvo de um aumento muito significativo, motivado pelo regresso dos residentes em África e pela redução da emigração”.

A taxa de fecundidade alusiva ao número de nascimentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos), decresceu dos 84,6% em 1971,

para os 38,7% em 2011 (Pordata, 2012). Segundo Barreto (1996), na década de 60 a diminuição da estrutura populacional teve impacto direto na evolução negativa dos nascimentos. A progressiva diminuição do nível de fecundidade em Portugal determinou a passagem de uma situação em que se encontrava assegurada a substituição de gerações para outra em que a garantia de cada mulher ser uma futura mãe já não existe. A fecundidade das mulheres portuguesas no período fértil deixa de ser suficiente para assegurar a substituição de gerações.

Em matéria de comportamentos familiares, a fecundidade sobressai em Portugal como um dos indicadores que sofrem, nas últimas décadas, uma das viragens mais abruptas, rápidas e intensas. A sua oscilação indicia reconfigurações notáveis do universo das estratégias ou dos percursos procriativos realizados num curtíssimo espaço de tempo (Almeida, 2004, p.47).

Para Barreto (1996) as oscilações da fecundidade mencionadas na citação anterior de Almeida (2004), podem, entre outros fatores, estar relacionadas com as alterações do calendário e de fecundidade.

O calendário de fecundidade, está relacionado com o facto do período fértil da mulher ser limitado. Quanto mais tarde for a idade de ter filhos, menores as hipóteses de se ter um número elevado de filhos. A nupcialidade, por sua vez, alterou-se, porque deixa de possuir tanto impacto enquanto variável explicativa das alterações de comportamento face à fecundidade, uma vez que o número de filhos fora do casamento aumentou essencialmente após o final dos anos 70 (Barreto, 1996).

A taxa de natalidade, isto é, o número proporcional de nascimentos que tem lugar numa determinada área e num determinado período de tempo, ao longo de décadas tem sofrido um decréscimo muito acentuado. De acordo com a fonte já citada, Pordata (2012), em 1960 a taxa bruta de natalidade era de 24,1%. Dez anos depois, em 1970, teve uma ligeira diminuição, passando para os 20,8%. Em 1980 e 1990, situou-se nos 16,2% e nos 11,7 respetivamente. No ano 2000, o valor pouco oscilou, todavia, em 2011 encontrava-se nos 9,2%. Observando estes dados, é possível atestar um elevado decréscimo no número de nascimentos.

Segundo o Estudo realizado por Maria Filomena Mónica sobre a evolução dos costumes entre 1960 e 1995, Portugal um país com uma taxa de natalidade muito alta, tornou-se,

em pouco mais de duas décadas num dos países com a menor taxa de natalidade da Europa (*cit in* Barreto, 1996).

Associado à descida da taxa de natalidade e fecundidade, as mulheres têm filhos cada vez mais tarde. Em 1960, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho era de 25 anos. No ano 2000, a idade sobe para os 26,5 anos e em 2011, situa-se nos 29,2 anos (Pordata, 2012).

Através dos indicadores demográficos nacionais apresentados, é possível detetar várias alterações na sociedade portuguesa, ao nível dos comportamentos da população, nomeadamente:

- Aumento significativo da esperança média de vida à nascença, o que faz a população viver mais anos;
- Diminuição do número de nascimentos;
- Decréscimo acentuado das taxas de fecundidade, com a consequente diminuição do número de filhos por casal e da dimensão média das famílias.

A viragem demográfica, particularmente da fecundidade, acontece, a par de outras que nas mesmas décadas deixam um rasto notável de mudança no tecido económico e social português, desde a terciarização da economia à escolarização em massa, passando pela feminização da população ativa e pelo protagonismo crescente das classes médias urbanas (Almeida, 2004).

Após exposição do panorama demográfico Português geral, entre a década de 60 e o ano 2011, estão agora reunidas as condições para nos focarmos na área de interesse diretamente relacionada com o presente estudo, isto é, a fecundidade.

Neste âmbito, para Ana Nunes de Almeida (2004), a comprovada queda da fecundidade está estreitamente relacionada com:

- a descida da mortalidade (adulta, mas sobretudo infantil),
- melhoria das condições higiénico-sanitárias ou dos regimes alimentares da população,

- o recurso massivo à contraceção moderna,
- atraso da idade de entrada na conjugalidade e no casamento, devido ao alongamento e qualificação crescente das carreiras escolares, em especial das raparigas,
- entrada mais tarde dos jovens no mercado de trabalho;
- continua subida das taxas de atividade feminina;
- persistente conservação dos padrões desiguais de divisão do trabalho entre os sexos nas tarefas domésticas, o que origina uma sobrecarga para as mulheres mães.
- aumento dos encargos com a escolarização das crianças. Na sociedade de consumo ocidental, os filhos deixam de ter uma função produtiva e tornam-se, cada vez mais, um custo para os pais, de quem dependem por períodos de tempo cada vez maiores, dado o aumento dos percursos escolares.

Para a autora, os fatores acima indicados impulsionam a emergência de novos valores e representações na família, o que merece especial atenção, dado estarem diretamente relacionados com o tema do presente estudo.

O surgimento de novos valores e representações na família é visível, por exemplo, na sua composição. O sociólogo da família Lluís Flaquer confirma que a família nuclear evoluiu para uma privatização cada vez mais acentuada da sua estrutura, dos seus espaços e das formas de vida dos seus membros. A “família rural” foi substituída por um modelo de família muito menos denso, limitado aos pais e aos filhos até à idade laboral (*cit in* Camps, 2001, p. 49).

A substituição das famílias alargadas, com cinco ou mais indivíduos, pelas nucleares, constituídas apenas por duas gerações, a dos pais e dos filhos, é atualmente a nova realidade das famílias portuguesas. Aqui não podem deixar de referir-se ainda, as famílias monoparentais, cada vez mais frequentes nos nossos dias (Shouten, 2011).

Relacionando os dados fornecidos pelos indicadores demográficos ao nível dos comportamentos da população portuguesa com o surgimento de novos valores e

representações citados anteriormente, conclui-se que houve um acentuado decréscimo das taxas de fecundidade, o que origina a diminuição do número de filhos por casal e da dimensão média das famílias. Estas situações tornam evidentes as significativas alterações ocorridas na sociedade portuguesa entre a década de 60 e a atualidade, relativamente à maternidade. Os indicadores demográficos e os novos valores e representações da família atestam na verdade, a existência de uma notável evolução da maternidade na sociedade Portuguesa, o que vai ao encontro do objetivo geral da presente dissertação de Mestrado.

Assinaladas as alterações ocorridas na maternidade e na fecundidade portuguesas, importa agora, explorar as suas causas. Deste modo, no capítulo seguinte serão analisadas as épocas temporais em análise no estudo, com o objetivo de explicar as causas responsáveis pelas mudanças aqui descritas.

Capítulo II – Caracterização temporal: do Período Salazarista à atualidade

A revolução do 25 de Abril de 1974 teve um forte impacto na vida dos Portugueses. Todavia, os processos de mudança da sociedade desencaixados pelo 25 de Abril apenas serão totalmente compreendidos após o conhecimento do passado português, mais concretamente o período Salazarista. A caracterização dessa época, centrada no papel das mulheres na vida familiar, permitirá assinalar as diferenças existentes entre os períodos em análise no presente estudo e simultaneamente verificar o processo de maturação da maternidade na sociedade portuguesa. Desta forma, este capítulo focar-se-á, primeiramente, na exploração da vida familiar vigorante na época Salazarista e, posteriormente, na exploração do período pós 25 de Abril de 1974 até à atualidade, com especial destaque para as alterações relacionadas com a maternidade.

1. A vida familiar antes do 25 de Abril

1.1. A vida conjugal e familiar

Dentro do Lar, a mulher não é escrava. Deve ter a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais, a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada ameaça ruína... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... e a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil (*cit in* Pimentel, 2011, p. 35).

O texto anterior expressa a opinião do Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar acerca do papel da mulher. Através da sua análise, é possível verificar a importância que atribui às funções da mulher, como forma de criar a ilusão de uma aparente igualdade com as funções do homem. É visível também a distinção entre a mulher solteira e a mulher casada, a divisão de espaço público/privado- entre homens e mulheres, a defesa da família tradicional, onde a mulher não devia concorrer com o homem, tendo uma profissão, e ainda a valorização da mulher pelo seu papel de mãe e esposa.

Na análise de Mónica (1996), de acordo com os valores ideológicos do regime Salazarista existiam, três fatores explicativos da decadência da civilização moderna:

- Os excessos do capitalismo, que estavam a recrutar o sexo feminino para trabalhar,
- A indisciplina dos costumes modernos, exacerbada pela República e pela guerra;
- Testemunhos dos filósofos racionalistas do século XVII.

Na análise de Mónica (1996) o regime Salazarista procurava convencer os industriais a olhar o trabalhador, não como um indivíduo, mas como um chefe de família; contra a disciplina dos costumes, fazendo ressurgir a fé católica; contra o racionalismo materialista, montando a censura.

Durante o período do Estado Novo, vigorou o Código Civil napoleónico de 1867. O Código mencionado discriminava a mulher pelo sexo e em razão da família. A mulher casada devia residir no domicílio do marido, que podia dispor livremente dos bens mobiliários da família e tinha o dever de defender a pessoa e os bens da esposa. Esta, por sua vez, devia ser obediente ao esposo, acompanhá-lo para todo o lado, exceto para o estrangeiro e não podia hipotecar, adquirir e alienar bens ou contrair obrigações sem o consentimento do marido (Pimentel, 2011).

Segundo Aboim (2011, p.81), em 1961 iniciaram-se os protestos contra a rigidez moral que caracterizava as relações amorosas entre rapazes e raparigas na sociedade do Estado Novo. À mulher eram impostos limites estreitos de ação com a finalidade da obrigação do pudor e da castidade. Rapazes e raparigas deviam manter-se afastados, de modo a evitar tentações, que apenas no casamento deviam ser concretizadas. Perdendo a virgindade, a mulher também perdia as suas qualidades de esposa e mãe. Apesar das influências modernas, em Portugal mantinha-se, a visão tradicional da mulher, que deveria ser boa dona de casa e com conhecimentos caseiros.

Os encontros entre jovens do sexo oposto eram objeto de vigilância apertada. O namoro era conduzido segundo regras rígidas, de modo a preservar a virtude feminina. Por esse motivo era controlado pela autoridade do pai, parentes e vizinhos. Namorava-se para casar, à porta ou no interior da casa quando a relação era aprovada pela família da

mulher. A entrada na vida a dois correspondia na maioria das vezes a um ritual de passagem assinalado pela Igreja Católica. O casamento era para sempre e era nele que raparigas e rapazes descobriam as suas identidades adultas e, sobretudo os seus destinos sociais (idem, p.84).

Salazar defendeu a família tradicional da qual a mulher constituía o pilar. A defesa da “igualdade” ou “superioridade” femininas derivavam de uma pertença função natural, a biológica, isto é, da missão que a pertença ao sexo atribuía às mulheres.

O regime Salazarista camuflou a diferenciação de valores em função do género com uma aparente valorização social da função feminina e reservou às mulheres uma esfera própria de atuação, privada e pública, sem atribuir, contudo, ao espaço feminino um valor igual ao do domicílio (Amâncio et al., 1997, p.91).

Queiroz (1997, p.219), menciona que as ciências caracterizaram o papel e a função das mulheres na sociedade. Utilizam a justificação da “demonstração” da sua constituição frágil, do cérebro reduzido para justificar a ineficácia para o raciocínio rigoroso, científico, matemático, ou mesmo político. O aparelho sexual determinava o seu lugar de reprodutora e protetora, de continuidade da espécie. Mais recentemente, as ciências indicam, ainda, que a grande dificuldade para a igualdade de direitos e desempenhos sociais que as mulheres reivindicam são os cromossomas, as hormonas, os genes, sequências genéticas pecaminosas com que a natureza as acorrenta.

De acordo com o ideal de família, para as mulheres estava reservada a maternidade e para os homens, ganhar dinheiro e vigiar o comportamento da mulher. A moralidade do casamento católico foi dominante até 1974 (idem, p. 85).

Casimiro (2011, p.113), indica que “a ideologia dominante e conservadora que vigora durante o regime de Salazar impõe publicamente a noção de que Portugal é povoado por famílias felizes, ordeiras, trabalhadoras e tranquilas”. Por todos os meios é divulgada a defesa da mulher esposa, modesta, maternal, submissa, com um papel expressivo no seio da família: a prestadora de cuidados cuja principal função é cuidar da casa. Valores nacionais como o do matrimónio e da dedicação à família prevalecem na Nação.

A imagem transmitida é a existência de lares onde reina a ordem, a disciplina e o bem-estar, gerados e mantidos pelo pai, sempre respeitado e, por vezes, até temido. O lar é idealizado e divulgado como espaço de harmonia e respeito onde, supostamente, não existiam discussões, conflitos e muito menos abusos e violências. A ideologia do Estado Novo é apoiada na moral católica conservadora, defensora da tranquilidade social e a obediência (idem, p.113).

A família idealizada pelo regime do Estado Novo caracterizava-se por uma estrutura estática e autoritária onde as relações familiares eram orientadas por um sistema rígido, assente em fortes assimetrias de género e pela autoridade masculina. A autoridade era assim assumida pelo “cabeça de casal”, o homem, que se impunha, por vezes de forma tirânica, sobre a mulher e os filhos. Pode-se então afirmar que, na família idealizada do Salazarismo, o pai ocupava a posição de topo da estrutura familiar, seguido pela mãe e pelos filhos (idem, p.116).

Para Wall (2011, p. 341), no Estado Novo, a família humilde e cristã, assente no casamento religioso para toda a vida, representa um símbolo de estabilidade institucional e de vigor moral, lugar de transmissão dos costumes e da continuidade da tradição. A família assenta numa hierarquia rígida de autoridade e poder, do sexo masculino sobre o sexo feminino e da geração dos pais sobre a geração dos filhos. A divisão do trabalho também está naturalmente definida, com o pai a trabalhar no exterior, a mãe, no recato do lar, com as tarefas domésticas e a educação de uma família numerosa

Wall (2011), afirma ainda que o lugar do homem no tipo de família instituição defendida pelo Estado Novo, baseia-se em três funções principais que definem o “bom pai” e o “bom marido”:

- A de provedor da família, função que está associada a ser trabalhador;
- A de chefe de família, entendida pela representação da autoridade e guarda da moral no seio da família. Segundo este princípio, é inaceitável que não seja o homem a “mandar” e espera-se que exija o respeito inquestionável e a obediência dos outros;

- A de protetor da família e dos membros da sua família, associada à obrigação de prestar assistência às pessoas próximas que estão na sua dependência.

Durante os anos em que vigorou o Estado Novo, imperava a ideia de que à mulher cabia sacrificar-se em proveito da família. Apoiada na religião e na fé católica, esta deveria aceitar o destino de Deus, resignar-se perante a dor e as penas que lhe coubessem suportar (...). O papel feminino era o de glorificar a maternidade e garantir a estabilidade e a harmonia familiar: salvaguardar a moral das famílias fosse sob que condição fosse (Casimiro, 2011, p. 118).

Perante o cenário descrito, muitas mulheres sofriam violência física e psicológica em silêncio. Casimiro (2011, p.119), profere que as agressões eram entendidas como parte da ordem natural da vida familiar e, muito especificamente, da relação hierárquica existente entre marido e mulher. É neste contexto de imposição da ordem, da autoridade e do poder que a violência dos homens era aceite em alguns meios sociais como parte da constituição familiar. Aliado a este facto, a pressão estatal e comunitária para não denunciar as agressões e a falta de proteção legal resultavam na resignação e tolerância da violência. Muitas mulheres aceitavam, por vezes sem revolta, a fatalidade do seu destino.

A celebração da Concordata entre a Santa Sé e o Estado português em 4 de Maio de 1940 determinou que os tribunais civis não podiam dissolver o matrimónio católico, assim, todos os casais casados pela Igreja deixaram de se poder divorciar e, conseqüentemente, de se casar novamente. Esta lei favoreceu o aumento do número de filhos ilegítimos, fruto de relações conjugais impossíveis de se legalizar (Pimentel, 2011).

1.2. A Sexualidade e o indivíduo

Para Policarpo (2011, p.49), na época Salazarista, a sociedade portuguesa caracterizava-se por uma moral sexual rígida e conservadora, enquadrada pela ideologia política, religiosa e moral do Estado Novo. Em termos práticos, a sexualidade era entendida como monogâmica, heterossexual, restrita ao casamento e à reprodução. Na abordagem da vida privada sexual nesta época é de realçar as acentuadas assimetrias entre homens e mulheres. A estas assimetrias de papéis não poderia deixar de corresponder grandes diferenças relativamente à moral sexual, muito acen tuada e repressiva para as raparigas, mas permissiva para os rapazes.

Policarpo (2011), também refere que a associação da falta de informação e conhecimentos sobre a sexualidade com a assimetria de poder nas relações de género (atribuição da prioridade ao prazer do homem) resultam numa sexualidade masculina liberta de preocupações relativamente às consequências do acto sexual. Esta situação origina frequentemente o surgimento de uma gravidez não planeada.

Mesmo no quadro do casamento, a sexualidade está fortemente associada à procriação. A vida sexual das mulheres casadas é justificada pela necessidade da existência dos filhos, e a infertilidade torna-se um estigma que pode trazer a vergonha social. Do mesmo modo, o ciclo de vida sexual está intimamente ligado ao ciclo de vida reprodutiva (*idem*, p.50).

Na análise de Policarpo (2011, p. 49):

A associação entre sexualidade e procriação tem por trás uma ideologia naturalista e biologizante, que atravessa o pensamento do Estado Novo em vários domínios, entre os quais se incluem também as leis e os direitos políticos (como o direito de voto). Esta ideologia apoia-se na “natureza”, nomeadamente nas características biológicas da mulher, associadas principalmente à maternidade, para fundamentar a discriminação institucionalizada das mulheres. É também esta ideologia assente na natureza que legitima a norma segundo a qual a vida sexual das mulheres deve circunscrever-se à conjugalidade e à reprodução.

Na opinião de Tavares (1997, p.292), a vida das mulheres foi marcada ao longo dos séculos por uma sexualidade não assumida e pela falta de controlo sobre o seu corpo, esse, valorizado pela função de uma maternidade forçada, sem direito de escolha. Uma sexualidade avaliada como imprópria, porque o prazer era, em primeiro lugar o do homem.

O regime do Estado Novo, ao colocar na maternidade e no cuidar da família o principal horizonte de realização pessoal das mulheres, considerava que a própria expressão planeamento familiar assumia um carácter subversivo, porque significava que as mulheres passavam a ter poder sobre a sua função reprodutora (Tavares, 1997, p.293).

Porém, apesar do controlo do Estado em relação à sexualidade associada à reprodução, a sociedade portuguesa não fica indiferente às transformações ocorridas nos outros países. Desta forma, no que respeita à sexualidade, a partir dos anos 60, começam a surgir mudanças que tornarão possível a mudança de atitudes desencadeadas pela revolução de Abril. É assim que nos meios estudantis e universitários vai surgindo

alguma contestação sobre a rigidez dos papéis impostos a rapazes e raparigas, na vida em geral e no comportamento sexual em particular (Policarpo, 2011).

Em 1962, começa a ser comercializada nas farmácias portuguesas a pílula contracetiva. No entanto, tal como acontece com o preservativo, a sua aquisição deve ser medicamente justificada. Apesar disso, o surgimento da pílula representa um marco muito importante para a futura individualização da sexualidade das mulheres, na medida em que permitirá uma progressiva libertação de uma sexualidade exclusivamente reprodutiva (idem).

Perante os acontecimentos citados, de acordo com Policarpo (2011), começam a surgir de forma muito ténue discussões acerca do planeamento familiar, do direito e da possibilidade das mulheres terem decisão no seu trajeto reprodutivo, na sua vida íntima e no seu corpo. Em 1967, é fundada a Associação para o Planeamento da Família (APF), a primeira a defender a contraceção e o planeamento familiar, nomeadamente através da formação de profissionais de saúde.

Pode-se afirmar que, na segunda metade do Estado Novo, para Policarpo (idem, p.56):

No que respeita à vida sexual, a vida privada dos portugueses é fortemente enquadrada por uma moral dominante estruturada em dicotomias, que separam o “puro” do “impuro”, o “legítimo” do “ilegítimo”, a “virtude” do “pecado”, o “saudável” do “doente”, o “normal” do “patológico”.

A vida sexual é orientada por instituições como o casamento, que lhe conferem legitimidade externa. Este poder das instituições sociais, como o casamento, a família e até o Estado, sobre o indivíduo e os seus interesses, pode ser entendido como indicador de uma subordinação do indivíduo ao grupo, no que respeita à sexualidade. Com maior preponderância para as mulheres do que para os homens, as relações sexuais têm o objetivo de “fazer filhos”.

1.3. A mulher doméstica e o homem provedor

Segundo Aboim (2011), o Estado Novo apelava à mulher doméstica, voltada exclusivamente para o lar e maternidade. A mulher era encarada como a guardiã do lar, quem devia assegurar a tranquilidade do marido e filhos. Por isso, a mulher mãe era considerada uma figura essencial. Era ao homem a quem competia o papel de ganha-pão

e de representação pública da família. À mulher competia-lhe a missão no lar, pois trabalhar fora de casa representava uma ameaça à sua missão em casa.

A esposa doméstica simbolizava um modo de vida ideal, apenas real entre as classes médias urbanas e os grupos com maiores rendimentos do meio rural, como alguns lavradores. As mulheres provenientes de meios econômicos mais desfavorecidos tinham uma vida de trabalho, porém, sobre a autoridade reconhecida do marido. A ele competia-lhe gerir os eventuais ganhos da mulher a proveito do sustento familiar (idem).

Em 1933, com a apresentação da nova Constituição, Salazar expressou a sua opinião relativamente à situação laboral das mulheres, mencionando que “o aparelho produtivo não a devia afastar da família” (Pimentel 2002, p.54). Para Salazar o sustento de uma casa devia ser tarefa exclusiva dos homens e não das mulheres, que se deviam dedicar às tarefas femininas no Lar, devido à sua grande importância moral, social e económica.

De acordo com Salazar, o recurso à mão-de-obra feminina representava um crime. Porém, apesar das advertências os patrões continuaram a recrutar mulheres. Há semelhança do que se sucedia noutros países, era na indústria têxtil que muitas mulheres se empregavam. O governo, por sua vez, defendia que todas as mulheres, independentemente das suas características, tinham uma única função: a de ser mães (Barreto, 1996).

Após a institucionalização do Estado Novo em 1933, foi criado o Estado do Trabalho Nacional (ETN). Este definiu que o trabalho das mulheres e dos menores fora do domicílio seria no futuro regulado pelas exigências da moral, defesa física, maternidade, vida doméstica, educação e bem social (Pimentel, 2011).

O trabalho feminino na indústria era o centro das preocupações do Estado Novo e da Igreja, porém o acesso a outras profissões pelas mulheres, também foi dificultado. O código administrativo de 1936 determinou que só os homens poderiam candidatar-se a certos lugares da administração pública. Até 1962 as mulheres foram também impedidas de trabalhar no Ministério das Obras Públicas e Comunicação (MOPC) (idem).

Além dos impedimentos mencionados, eram igualmente impostas restrições a determinadas profissionais. As trabalhadoras do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), as hospedeiras de ar dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e as Enfermeiras dos Hospitais Cívicos, tinham vedado o direito de casar. A proibição da celebração de casamentos a alguns profissionais foi alvo de crítica no próprio regime, na medida em que contrariava a ideologia do regime e da religião, a defesa do papel das mulheres como esposas e mães (idem).

Para Aboim (2011, p.94):

A verdade é que homens e mulheres eram educados para finalidades diversas, desde tenra idade. Na escola, os manuais reproduziam a ideologia do Estado Novo, ocupando as raparigas com a aprendizagem de labores domésticos e inculcando nos rapazes o espírito do trabalho; em ambos incutindo o amor à pátria.

Carneiro Pacheco assumiu o cargo de ministro da Instrução Pública em 20 de Janeiro de 1936. O ministro foi defensor da educação mínima para o povo português, devido a considerar que apenas lhes bastava ler o suficiente para serem detentores da ideologia salazarista e conhecerem os princípios do Estado Novo (Pimentel, 2011).

No 1º Ciclo dos liceus femininos e das turmas femininas dos liceus mistos, foi instituída a obrigatoriedade de frequência de aulas de trabalhos/tarefas femininas, em complemento ao curso de higiene geral e de puericultura, proposto anteriormente pela deputada Maria Domitília de Carvalho. Nos liceus femininos, foi também criado, paralelamente ao 3º Ciclo, um curso de Educação Familiar para as alunas que não iam prosseguir o ensino superior (idem).

Apesar das tentativas de encaminhar as raparigas para as “tarefas domésticas”, o êxito escolar feminino foi crescendo ao longo dos anos, chegando mesmo a ultrapassar o masculino. Em 1963, metade da população escolar aprovada no exame da 3ª classe primária e no exame de admissão ao liceu era constituída por raparigas. O crescente aumento do sexo feminino no liceu preocupou o regime salazarista, de tal modo, que a solução encontrada para resolver uma questão ideológica e o problema da sobrelotação liceal, foi orientar “forçosamente” muitas jovens para as escolas do Magistério Primário (EMP) e para o ensino técnico feminino. Entre esses cursos técnicos, encontravam-se os das escolas comerciais e os de formação para profissões especificamente femininas,

como as professoras primárias, enfermagem e serviço social. Tradicionalmente, com salários reduzidos, estas profissões possibilitavam, porém, uma ascensão social às jovens das classes mais baixas (idem).

Na análise de Mónica (1996, p.219), observa-se que ao Ministério da Educação foi dada a tarefa de divulgar a imagem da família ideal. Em 1973, as escolas primárias receberam um quadro em que as relações entre os membros da família eram apresentadas de forma exemplar. O quadro retratava uma família rural, pronta a iniciar o jantar. À cabeceira da mesa, o pai; à direita os dois filhos e, à esquerda, as duas filhas. A mãe, de pé, segurava uma terrina de sopa, que entregaria, dentro de minutos, ao pai, a quem a competia servir. O quadro servia de justificação para comentar a frase obrigatoriamente introduzida, em 1932, em todos os manuais de leitura. Segundo o decreto nº21014 de 1932 “na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; Na Nação, o chefe é o governo”.

A Mocidade Portuguesa Feminina tinha como finalidade domesticar corpos e disciplinar mentes, preparando as bases da família, um dos três pilares do regime: Deus, Pátria e Família. As mulheres eram vistas, na sua essência, como figuras de sacrifício e de amor, que tudo fazem pela caridade (Aboim, 2011).

Nos anos 50 e 60, quando as raparigas começam a ingressar na universidade e as mulheres substituem os homens, que haviam emigrado ou partido para África, na força de trabalho, as funções sociais da mulher permanecem dominadas pela desigualdade. Na eventualidade de terem de trabalhar, até que cumpram o seu destino de casar e ter filhos, as mulheres deviam optar por uma profissão em concordância com a sua natureza. As vocações femininas mais aconselhadas eram, como já se viu, a assistência social, o ensino primário e a enfermagem (idem).

No final da década de 60, o então ministro da Educação Nacional, Francisco Leite Pinto, argumentava:

Defende o teu Lar! Se o teu marido te auxiliar na criação do bebé, embora essa iniciativa seja do teu agrado, não deves abusar dela. O facto de o teu marido te substituir às vezes, adormecendo a criança ou passeando-a no carrinho, não quer dizer que faças dessas complacências um hábito. Arriscar-te-ias a vê-lo subitamente irado... Então, o marido irado declarou: - Estou farto de te servir como amo! De hoje em diante, não contes comigo para dar alimento à criança. Este trabalho compete às mães! (Aboim, p. 95).

Por este motivo, no final do salazarismo a maioria das mulheres empregadas eram solteiras.

Em 1966, foi aprovada a aplicação a Portugal da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, relativamente à igualdade de remuneração e de condições de trabalho para homens e mulheres. No entanto, a norma “para trabalho igual, salário igual” só foi efetivamente introduzida na vigência de Marcelo Caetano (Pimentel, 2011).

Em 1967, foi promulgado o novo Código Civil, segundo o qual a mulher já não necessitava do consentimento do marido para exercer determinadas funções. Porém, apesar de constar no código o consentimento para o trabalho das mulheres fora de casa, elas continuavam a ter a responsabilidade exclusiva pela organização doméstica (idem).

Para afastar as mulheres do mercado de trabalho, o governo de Salazar, aproveitou-se de leis cujo objetivo internacional era a proteção das condições laborais das mulheres e da maternidade. A proteção à maternidade foi impulsionadora de muitas normas sobre o trabalho industrial. Em 1927, o Governo de Salazar impediu o trabalho noturno, subterrâneo ou violento das mulheres, exercido de pé durante a gravidez. Foi ainda imposta a criação de creches em empresas com mais de 50 trabalhadoras. (idem).

A convenção internacional relativa ao trabalho feminino na indústria, assinada em 31 de Março de 1932, definiu novas medidas. As mulheres não podiam trabalhar mais de 11 horas diárias, nem entre as vinte e duas horas e as cinco horas da manhã. Em Janeiro de 1937, a deputada Cândida Parreira levou à Assembleia Nacional o debate sobre a atribuição da licença de parto de trinta dias, compensada com um terço do valor do salário da trabalhadora. O resultado desse debate foi a aprovação em 10 de Março de 1937 da Lei nº1952, incluindo uma cláusula que autorizava a entidade patronal a decidir se a funcionária necessitava do subsídio ou se era digna de o receber (idem).

O argumento da proteção à maternidade foi utilizado em muitas indústrias, com o objetivo de substituir mulheres por homens, encaminhando-as para tarefas não diferenciadas e mal pagas. Por motivos ideológicos (mulher como dona de casa e educadora) e económicos, a assistência materno-infantil deveria ser prestada em casa. Quanto à assistência à segunda infância, o Estado propunha-se conceder subsídios

familiares de educação e de sustento. Também se propunha criar internatos com ensino elementar e profissional e ainda asilos: escolas para as pessoas portadoras de deficiências. Os encargos desse tipo de assistência eram responsabilidade dos próprios assistidos, dos seus descendentes e ascendentes, dos organismos corporativos, instituições seguradoras, câmaras municipais e, em último lugar, do Estado. Pode-se concluir que a assistência no Estado Novo, em primeiro lugar, recaía sobre a solidariedade dos Portugueses e sobre a iniciativa particular. O Estado, apesar da Constituição Portuguesa de 1933 atestar a sua responsabilidade para com as classes sociais mais desfavorecidas, surge em último lugar e de forma pouco intensa (idem).

No Estado Novo, a assistência à maternidade e à família surgiu, por razões ideológicas e religiosas, com o propósito de aumentar o número de casamentos pela Igreja, manter elevado o número de nascimentos e diminuir a mortalidade infantil e a ilegitimidade dos filhos. Assim, o baixo nível cultural e educacional da população portuguesa associado ao impacto da ideologia natalista e à doutrina da Igreja Católica contribuíram para a elevada natalidade em Portugal.

Em 1935, o Ministério do Interior instituiu a Jornada das Mães de Família e criou a organização estatal de assistência sanitária, social e moral às famílias (DF). Na primeira Jornada das Mães de Família, a maternidade foi apresentada como uma honra e uma missão para a mulher e a mãe de família como uma pessoa louvada. A primeira Jornada ficou ainda marcada pela transmissão de conselhos, como a ida das grávidas ao médico, e pela afixação de cartazes a representar a família modelo portuguesa, ou seja, um operário, a esposa com dez filhos, bem vestidos e bem nutridos. Assim como a assistência pública do Estado Novo, a DF devia funcionar como instrumento de propaganda e possuir um caráter mais preventivo do que curativo.

Com a reorganização dos serviços da assistência social, em 1945, a DF passou a designar-se Instituto de Apoio à Família (IAF). O instituto propunha-se a coordenar e promover as instituições de defesa da família, reduzir a mortalidade infantil, as práticas anticoncepcionais e as causas de deficiência física. De modo a alcançar os objetivos citados, o seu plano de ação centrava-se em encontrar trabalho para os desempregados, subsidiar as famílias numerosas, divulgar noções de puericultura, higiene e organizar as

Jornadas das Mães de Família. Todavia, a intervenção do instituto apenas se observou efetivamente nas cidades do Porto, Lisboa e em algumas capitais de Distrito (idem).

Segundo Monteiro (2011, p.279):

Ao pai, em regra mais instruído do que a mãe, cabe um papel mais ativo e instrumental, já que trabalha no exterior, competindo-lhe angariar os recursos para o sustento familiar, enquanto a mãe tem principalmente funções afetivas, cuidando do marido, dos filhos e da casa e desdobrando-se numa vida social e cultural mais ou menos ativa ou, ainda, em atividades caritativas.

Apesar de formalmente apenas possuírem a educação básica, muitas mulheres tiveram acesso a uma cultura muito mais abrangente, com professoras particulares de piano, línguas estrangeiras e pintura.

A citada educação sexista é visível nas diferentes expectativas para rapazes e raparigas. Das filhas espera-se, por norma, que sigam o modelo da mãe, isto é, o casamento e a maternidade, dos filhos deseja-se que estudem, tenham uma profissão e que sejam “bons pais de família” (idem).

O tipo de família defendida pelo Estado Novo diferenciava muito das famílias das outras sociedades ocidentais. Em Portugal, o núcleo familiar era visto como uma estrutura estática, ocupando há muito tempo o mesmo lugar na pirâmide social. As profissões passavam de geração em geração e o Pai era o chefe de família (Barreto, 1996).

António Ferro (1933) escreveu: “Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem - nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos, como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, ameaça ruína” (*cit. in* Barreto, 1996, p. 220).

Como se viu, durante a governação Salazarista a condição da população feminina era muito condicionada. As mulheres deviam dedicar-se exclusivamente à organização doméstica e à “missão” para que nasceram, isto é, ter filhos. Além disso, as relações entre a religião e a vida privada têm por base a hegemonia da Igreja e da cultura católicas, visível na estreita relação entre a paróquia, a família de origem e a escola. As famílias católicas praticantes em meio urbano, económica e culturalmente mais favorecidas, caracterizam-se pela transmissão de uma educação sexista aos filhos, a partir do modelo dos pais.

As mulheres que se aventuravam a trabalhar fora de casa deparavam-se com dificuldades, como o acesso limitado a alguns lugares da administração pública, proibição de casamento a algumas profissionais, salários inferiores aos dos homens e utilização da maternidade para dificultar a progressão na carreira. Na escola, o principal objetivo era formar boas donas de casa, por isso existiam disciplinas destinadas ao ensino de trabalhos/tarefas femininas.

As organizações femininas também pretendiam “sensibilizar” as mulheres acerca da importância da sua dedicação ao lar para o bem-estar de toda a família. Na realidade, como se viu, o que a sociedade da época Salazarista esperava das mulheres era o cumprimento do papel de dona de casa e de mãe.

2. A vida familiar depois do 25 de Abril

Com a revolução de Abril, a política, até então restrita a certos meios, invade a vida dos portugueses, diminuindo a fronteira entre a vida privada e a vida pública. A revolução está em todos os locais, na televisão, nos jornais, no trabalho, na escola, na universidade, nos quartéis, no cinema, na publicidade e na forma como se fala.

A partir de 1974, o processo de mudança consolida-se com o golpe de Estado, com insurreição popular e revolução política, que levam à origem do Estado democrático e ao fim da guerra colonial. “A contra-revolução democrática, sem violência nem repressão, decorre no fim da década de 70, princípios da de 80. Gradualmente, mas em muitos poucos anos, o regime democrático estabelece-se.” (Barreto 1996, p. 38).

A revolução de 1974 e os vinte anos seguintes conduzem a inúmeras novas realidades, em ruptura com os tempos anteriores. A procura externa, após a reconstrução europeia, aumenta. Mesmo depois do afastamento de Salazar (1968) e da sua morte (1970), o regime sobreviveu quase seis anos e defendeu-se das inúmeras pressões “liberalizantes” (idem).

Segundo Barreto (1996), na evolução económica portuguesa do século XX, a década de 60 representa um crescimento do produto interno a ritmos inéditos, de tal modo que ocorre o crescimento das classes médias e as aspirações sociais e culturais. Porém, esse ambiente de evolução económica, social e cultural também suscitou pressões liberais contra o sistema político tradicionalmente fechado. O período entre 1976 e 1985 é então de mudança. A crise política é uma constante, pela instabilidade, pelos conflitos, pela instauração da democracia e do mercado, pela sucessiva ruína dos dispositivos constitucionais revolucionários e ainda pelas consequências de recessões e crises económicas externas.

Os dados citados, não deixam de facto, margem para dúvidas relativamente às alterações provocadas pela “revolução dos cravos” nas relações sociais e nos comportamentos individuais dos portugueses. Importa agora verificar de que forma essas alterações influenciaram a vivência das mulheres portuguesas. Com esse propósito, em seguida serão apresentados dados relativos às diversas áreas da vida familiar do pós 25 de Abril de 1974 até à atualidade.

2.1. A vida conjugal e familiar

Segundo Aboim (2011), de 1950 à atualidade a vida conjugal sofreu grandes alterações. Modificou-se a forma de escolher um parceiro e de com ele viver e ter filhos. A ideologia de romantismo promulgada pela Igreja Católica começou a ser encarada com desconfiança à medida que o divórcio ganhava força e que eram descobertos mais casos de infelicidades e violência conjugal. Depois do 25 de Abril de 1974, as mulheres ganharam o direito à igualdade, não tendo, assim, de se submeter mais à autoridade do chefe de família, figura atribuída ao homem durante o Estado Novo.

As alterações legislativas posteriores ao 25 de Abril relativamente aos direitos das mulheres impulsionaram a exigência de que o cumprimento da lei se verificasse efetivamente na vida das mulheres.

Deste modo, os modelos da vida privada e de família introduzidos após o 25 de Abril implicaram um corte radical com as leis do Estado Novo.

Na Constituição de 1976, todos os cidadãos têm direito de constituir família em condições de plena igualdade. É estabelecida, pela primeira vez, em Portugal o princípio da igualdade entre cônjuges e entre filhos nascidos dentro e fora do casamento. Na Constituição são definidas relações entre a família e o Estado, tendo este a obrigação de divulgar os métodos de planeamento familiar, desenvolver uma rede nacional de assistência materno infantil e cooperar com os pais na educação dos filhos (Wall, 2011).

Relativamente à celebração da Concordata entre a Santa Sé e o Estado português, que impedia o divórcio de casados catolicamente, com o 25 de Abril o artigo foi alterado. Assim, em 1975, procedeu-se à promulgação de um diploma sobre a dissolução do casamento católico, passando este a ser sujeito à Lei do Estado e a poder ser dissolvido nos tribunais civis, instituindo-se o divórcio por mútuo consentimento (idem).

O Decreto-lei nº496/77 de 25 de Dezembro, que entrou em vigor a 1 de Abril de 1978, introduziu no Código Civil Português grandes alterações, com o objetivo, entre outros, de reconhecer à mulher casada a plena igualdade legal com o marido, como aplicação do princípio mais geral de não discriminação em função do sexo (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011).

Wall (2011), refere que, na revisão de 1977 do Código Civil são introduzidas alterações cujo objetivo é reformular o direito da família em função dos novos princípios constitucionais: maior igualdade e cooperação entre os cônjuges, maior respeito pela pessoa individual, pela criança e pelas diferentes formas de vida doméstica privada.

Com a revolução de Abril verificam-se mudanças nos rituais de formação do casal. Rapidamente, o casamento vai passando de sacramento a contrato civil e há também uma diminuição progressiva da nupcialidade. Casa-se menos e cada vez mais tarde e é frequente a coabitação antes do casamento.

No presente, a união de facto está cada vez mais banalizada e aceite. O incremento das uniões de facto também está relacionado com as situações de recomposição familiar (Aboim, 2011).

Na atualidade, as famílias recompostas, ou seja, as que vivem com filhos de relações anteriores de um ou dos dois membros do casal, “os meus, os teus e os nossos” são cada vez mais comuns. Segundo Aboim (idem, p.90), em 2001, os casais recompostos constituíam 2,7% do total de casais com filhos.

No decorrer das décadas de 80 e 90 observam-se novas tendências na organização familiar. Caminha-se no sentido de uma sentimentalização das relações e de uma família mais democrática em que se manifesta a adesão a valores como a partilha, a intimidade, o bem-estar e a troca de recursos e afetos (idem).

No novo conceito de liberdade, as manifestações públicas e políticas em democracia têm implicações decisivas na vida privada dos portugueses. Todos os indivíduos, independentemente da sua religião, são iguais perante a lei, sendo assim os seus casamentos devem orientar-se pelo princípio da legitimidade afetiva e amorosa, resultado da livre decisão de homens e mulheres.

Wall (2005) desenvolveu um trabalho de investigação cujo principal objetivo era conhecer as mudanças e dinâmicas das famílias portuguesas (de casais com filhos) no fim do século XX, partindo das dinâmicas internas (conjugais, parentais, familiares) e procurando relacioná-las com factores sociais, temporais e de género que as influenciam.

Ao antigo casamento de conveniência, fortemente homogâmico e expressão fundamental da produção e reprodução das clivagens de classe, teria sucedido um casamento romântico baseado nos determinismos das preferências, dos afetos e da personalidade (Wall, 2005, p.38).

Na vida familiar as relações e identidades podem alterar-se em função de certos acontecimentos, como o nascimento de um filho ou a doença de um membro da família, ou variar, por exemplo, com a passagem pela coabitação ou a duração, mais ou menos longa, da vida conjugal.

O estudo de Karin Wall (2005) revelou que as famílias portuguesas foram alvo de muitas transformações. A primeira está relacionada com a privatização da vida conjugal e familiar, em grande parte consequência das mudanças na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas. A emigração nos anos 60 e 70, a melhoria das condições de vida, a entrada da mulher no mercado de trabalho, as alterações de valores pós 25 de Abril, entre outras, ofereceram aos jovens casais novas oportunidades de formarem família, de realizarem sonhos de ter casa própria, de ter autonomia perante os parentes, de se afastarem de interações familiares formais, hierarquizadas e fortemente controladas pelas gerações mais velhas, de serem companheiros, de centrarem o seu esforço na educação e na promoção da vida dos filhos. Em contrapartida, o modelo assente em valores tradicionais, como o respeito, e quanto sentimento conjugal, recusa do divórcio e a supremacia masculina estão a diminuir.

Outra transformação evidenciada pelo estudo de Wall (2005) está relacionada com os membros do casal procurarem equilíbrio entre a emancipação individual e as suas responsabilidades familiares e sociais. Há um maior investimento na carreira profissional da mulher, práticas mais autónomas em relação à gestão do dinheiro e às actividades de lazer fora de casa, uma abertura ao exterior de todos os elementos da família e uma maior ênfase no casal.

Os papéis parentais, em particular o papel maternal nas mulheres com elevadas qualificações, ocupam um lugar central e importante na existência, o que por sua vez, também pode dificultar ou contrariar o projecto de emancipação pessoal.

De acordo com Wall (2005), é a partir dos anos 70 que uma vivência do plano pessoal como o problema daquele casamento, daquela mulher, tende a ser vivido como uma

questão mais global. A sociedade experiencia a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que ainda vigora na actualidade, mas que se constitui nestes anos como um ponto de não retorno.

No estudo de Wall (idem) cita-se a passagem para um a sentimentalização das relações, a igualdade de direitos dentro da família, consagrada pela legislação, a visão da mulher como um individuo e não apenas como um ser reprodutor, a instituição do divórcio por mútuo consentimento e o surgimento de novas configurações familiares. Há também, a rejeição do modelo tradicional do casamento. Contrariando a reciprocidade baseada na diferenciação e na complementaridade dos papéis e funções, revela-se uma nova perspectiva sobre a relação conjugal definida pelo igualitarismo, pela indiferenciação no desempenho das tarefas, pela proximidade entre os cônjuges e pela comunicação recíproca como critérios para a satisfação conjugal.

De acordo com Monteiro (2011), com o 25 de Abril, desejam-se e constroem-se modelos familiares mais igualitários e legitimados pelos afetos. Consolida-se cada vez mais ao longo das décadas de 80 e 90, uma fonte de valores fundamentada no indivíduo e na sua realização pessoal. Reconhece-se um valor próprio à singularidade do indivíduo, à legitimidade e ao direito de ser feliz. Há uma progressiva valorização do indivíduo, onde cada um faz o seu próprio caminho e espiritual e familiar.

Os diferentes quadros de socialização, como a família, a escola, os meios de comunicação e os grupos de pares, por vezes concorrentes ou contraditórios entre si, os portugueses vivem a sua vida privada cada vez mais sob o signo da pluralidade. As formas de vivência da conjugalidade e os projetos de ter filhos democratizam-se, diversificam-se e tornam-se mais informais. A família relacional, lugar privilegiado para a realização e gratificação afetiva individual, assume destaque sobre a ordem da família institucional. Ao contrário do passado, atualmente o indivíduo é socialmente treinado para a busca da autonomia, de realização, na descoberta da sua identidade no domínio privado e público (idem).

Todas as alterações familiares mencionadas, nomeadamente as referentes ao papel das mulheres dentro da família refletiram-se também, noutras dimensões da vida, igualmente importantes para a compreensão dos objetivos do presente estudo. Deste

modo, nos pontos seguintes, serão abordadas outras dimensões em mudança na vida das mulheres.

2.2. Sexualidade e realização individual

Ao longo da segunda metade do século XX, a sexualidade vai ganhando visibilidade crescente enquanto componente central na construção da identidade dos indivíduos, na sociedade portuguesa, que entra tardiamente na pós modernidade (Policarpo, 2011, p. 48).

Para Policarpo (2011), relativamente à sexualidade, é possível falar de uma dissociação gradual entre sexo e reprodução, assim como de uma inversão da relação entre sexo e casamento/conjugalidade. As transformações que ocorrem no campo da sexualidade em Portugal, nas últimas décadas, podem ser encaradas como o início de um movimento de individualização que, apesar de surgir tarde, vai-se reforçando na passagem do século XX para o século XXI. A emancipação da mulher é um bom exemplo do processo de construção do indivíduo contemporâneo.

A partir do 25 de Abril de 1974, verifica-se na sociedade portuguesa uma exposição surpreendente da sexualidade, resultante da liberdade de expressão sentida em vários domínios. Vive-se um ideal de comunicação sobre todos os assuntos. Neste contexto, a televisão, através da junção da palavra à imagem, representa uma importante fonte de informação e educação. Desconhecedores da linguagem televisiva e a dar os primeiros passos na liberdade de expressão, os portugueses têm pela primeira vez acesso a realidades nunca antes abordadas (idem).

Para Bozon, Giddens, e Vilar, no novo cenário, a sexualidade justamente entendida como um dos domínios de realização individual (tanto masculina como feminina) ao longo de todo o ciclo de vida, passa não só a desempenhar um papel crucial na constituição e funcionamento da relação do casal, como se revela um dos ingredientes decisivos do valor da reciprocidade conjugal (cit in Almeida, 2004, p.28).

Segundo Pimentel (2002) e Gomes (1987), “até 1976, a legislação portuguesa, através do Decreto-Lei nº 32 171, de 1942, considerava os métodos contraceptivos produtos

abortivos e, como tal, à semelhança de muitos outros países europeus, restringia e criminalizava fortemente a sua difusão e venda” (Almeida, 2004, p.31).

A alteração radical das condições políticas e a emergência de governos com perspectivas mais liberais e modernas estiveram na origem da promulgação, em Março de 1976, de um despacho do secretário de Estado da Saúde que introduziu as consultas de planeamento familiar na valência de saúde materna dos centros de saúde da Direção Geral de Saúde (Almeida, 2004, p.32).

Segundo Policarpo (2011, p. 60):

Assim, a transição de um modelo repressivo e conservador, preconizado pelo Estado Novo, para um modelo mais moderno, assente numa maior individualização da sexualidade, numa maior possibilidade de o sujeito fazer as suas escolhas em liberdade, não se faz sem contradições nem ambivalências, uma das quais é sem dúvida a que coloca a mulher entre a pressão social que (ainda) a penaliza por uma vida sexual ativa e não reprodutiva, e o desejo de gozar plenamente a sua sexualidade.

A generalização do acesso à contraceção vem possibilitar um aumento da dissociação entre sexo e procriação e, conseqüentemente, o aumento da associação do sexo ao desejo e ao prazer. A lei sobre o direito ao planeamento familiar e à educação sexual revela-se decisiva para a democratização da contraceção, integrada num conceito alargado de planeamento familiar. A sua orientação pertence ao médico de família, que também informa os jovens acerca da sexualidade e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Desta forma, na segunda metade da década de 70 a pílula torna-se o meio contraceptivo mais utilizado pelos portugueses (idem).

De acordo com Shorter (*cit in* Almeida, 2004, p.27):

O movimento de laicização e privatização da vida familiar, em marcha no Ocidente europeu desde finais do século XVIII, contribui para que a família conjugal quebre as tradicionais “amarras”, que anteriormente a prendiam à autoridade ou aos valores da Igreja, à pressão ou aos olhares da vizinhança, aos interesses da rede de parentesco. Protegida dos olhares de fora, a casa é agora o casulo da vida privada, o lugar da realização afetiva do casal.

A citação anterior remete para a rutura com o determinismo biológico atribuído às mulheres. Antes da quebra das tradicionais “amarras” a maternidade era compreendida como uma construção social, que designava o lugar da mulher na família e na sociedade. De acordo com Tavares (1997, p.294), essa rutura surge com a obra de Simone de Beauvoir *O Segundo sexo* (1949). Contudo, segundo a autora, só nas décadas

de 60 e 70 do século XX, com o slogan “o pessoal é político”, é que foi possível colocar na luta política as questões referentes ao corpo. O discurso naturalista sobre a sexualidade e o instinto maternal das mulheres é contestado e assim ocorre uma das grandes rupturas do século XX: o direito das mulheres poderem controlar a sua vida sexual reprodutiva.

Com a revolução de 74, a sociedade portuguesa assiste à chegada dos novos valores da democracia e da liberdade que, numa fase inicial, atingem, não só a vida política, como também as empresas, as escolas e as famílias. Generaliza-se a convicção de que uma sociedade menos patriarcal e sexista tem obrigatoriamente de possuir relações mais democráticas e igualitárias no interior das famílias. Perante este cenário surgem novos valores e práticas familiares entre gerações (pais e filhos), nas gerações de género e na área da sexualidade (Monteiro, 2011).

Face ao exposto, pode-se afirmar a passagem de uma sexualidade, no passado centrada na procriação, para a valorização da componente erótica da vida conjugal, realçando, como nunca antes, a importância da sexualidade, enquanto forma de bem-estar na relação. A ideia de que é necessário manter viva a sexualidade conjugal, para além dos aspetos relacionados à procriação, ganhou importância na sociedade portuguesa.

2.3. Família e lazer

A vida familiar cria as condições para o desenvolvimento do indivíduo, também é lá que uma parte importante da socialização dos filhos acontece. A família como instituição é um dos focos centrais de estudos sociológicos, devido à sua diversidade e plurifuncionalidade e às mudanças a que está constantemente sujeita, mesmo assim mantendo um lugar central na vida das pessoas e exercendo grande influência nas outras áreas da realidade social (Shouten, 2011, p. 72).

Conforme Aboim (2011) afirma, no passado, os tempos e espaços dedicados por exemplo, ao lazer eram escassos e habitualmente as mulheres e os homens separavam-se: eles no café ou na tasca com os amigos, elas em casa com os filhos ou em atividades ligadas à Igreja e à caridade. Mais tarde, as mulheres começaram as idas à pastelaria ou ao café, o que pode ser entendido como uma forma de reivindicarem a sua presença no espaço público.

Entre as regras que separavam os mundos dos homens e das mulheres, era muitas vezes no trabalho partilhado que se sedimentavam laços e se repartiam afetos. Hoje, as rotinas familiares ocorrem em momentos específicos, depois da escola, depois do trabalho.

Resultado da diminuição dos horários de trabalho o tempo para a família possibilitou, de certo modo, instituir o ideal de família refugio, ou seja, um espaço de afetos, lazer e convívio, oposto ao tempo de trabalho e de permanência na esfera pública. A família conjugal foi alterando as suas rotinas à medida que o lazer ganhou importância, primeiro com a rádio, depois com a televisão, mais tarde com o aparecimento dos centros comerciais e hipermercados, onde o passeio se associa às compras de casa. É através destes momentos de relaxe quotidiano que muitos casais se aproximam. Aos espaços e funções de cada um no passado recente, sobrepôs-se um ideal de partilha de afetos e de rotinas, em que tudo deve ser projetado e vivido a dois (idem).

2.4. Da mulher doméstica à trabalhadora

Na segunda metade do século XX a organização da vida conjugal sofreu uma profunda transformação. A crescente autonomia e igualdade das mulheres, a importância da realização pessoal, o questionamento dos papéis e das identidades tradicionais, a erotização da conjugalidade ou a informalização das formas de constituição do casal, em harmonia com a diminuição do controlo social e do aumento de comportamentos socialmente corretos, são alterações que contribuíram para recriar novas formas de afetividade na relação (Aboim, 2011).

Nos primeiros anos seguintes à Revolução, as medidas com maior impacto no dia-a-dia dos trabalhadores com filhos pequenos estão relacionadas com a proteção das mulheres no mercado de trabalho. A partir de 1976 é introduzido a todas as trabalhadoras o pagamento a 100% da licença de maternidade, por um período de 90 dias. Em 1979 a lei sobre a igualdade no trabalho e no emprego estipula a igualdade de salários em trabalhos iguais e reforça a importância de garantir às mulheres progressão na carreira profissional. A casa representa agora o espaço de uma família sem diferenças entre marido e mulher, onde ambos são ativos profissionalmente, terminando de vez com as apelidações atribuídas ao pai e mãe, como “chefe de família” e “dona de casa”, respetivamente (Wall, 2011).

Como já se havia referido anteriormente, a constituição de 1976 reconhecia a igualdade entre marido e mulher. No casal, os direitos e deveres passam a ser partilhados de forma igual e o poder paternal dividido entre ambos os progenitores.

A revolução política também desencadeou uma verdadeira revolução privada, que originou a definição de valores na igualdade de género em Portugal. Atualmente, os homens tendem a rejeitar o modelo distante e autoritário herdado dos pais, em favor de uma maior participação na vida familiar. Assim, o modelo conjugal dominante, agora, supõe a partilha da função de ganha-pão da família, que, no passado, era unicamente atribuída ao homem, em praticamente todos os setores da sociedade e em todas as classes sociais.

Em épocas anteriores, as atividades materna e doméstica eram suficientes para preencher a existência feminina. Já o mesmo não sucede atualmente, em que a norma do trabalho se encontra maciçamente interiorizada pelas mulheres, tanto pelas jovens como pelas menos jovens (Lipovetsky, 1997, p. 221).

O período apelidado por Lipovetsky (1997) como o “pós-dona-de-casa” designa o ciclo histórico que coincide com o reconhecimento social do trabalho das mulheres e o seu acesso a atividades e cursos que, no passado, pertenciam exclusivamente aos homens. Assiste-se a uma profunda rutura histórica no modo de construção da identidade feminina e nas relações entre os sexos.

Até à atualidade, a vida das mulheres orientou-se sempre em função do casamento, de ter filhos e pelo exercício de tarefas subalternas definidas pela comunidade social. Nos dias de hoje, assiste-se com o “pós-dona-de-casa” a o poder de opção de, por exemplo, que curso tirar? Tendo em objetivo que profissão? Casar ou união de facto? Divorciar-se ou não? Quantos filhos e quando? (Lipovetsky, 1997). A existência feminina tornou-se então, um objeto de interrogação e de arbítrio.

O período do “pós-dona-de-casa” trouxe o aumento do trabalho remunerado feminino, sendo cada vez mais numerosas as mulheres que mantêm o emprego após o casamento e o nascimento de um ou dois filhos (Lipovetsky, 1997). Em oposição ao passado, a continuidade do emprego feminino generaliza-se e o número de casais em que os dois cônjuges trabalham ultrapassou em larga escala o das famílias em que apenas o homem

está empregado. Desta forma, segundo Lipovetsky (1997, p. 200), “instituiu-se um novo ciclo histórico nas sociedades democráticas: o da mulher trabalhadora”.

Stuart Ewen menciona que “o aspirador, a máquina de lavar roupa, o fogão a gás, o frigorífico e a alimentação em conserva são saudados pela publicidade como instrumentos libertadores da mulher” (*cit in* Lipovetsky, 1997, p. 206).

Os novos utensílios domésticos referidos na citação anterior contribuíram igualmente para a diminuição do ideal de esposa doméstica e do homem provedor, mas no que se refere à partilha de tarefas domésticas as desigualdades continuam a existir na vida dos casais. Nos anos 80, predominava ainda a diferenciação entre tarefas femininas e masculinas no seio do casal, o que indica uma resistência na esfera doméstica às profundas transformações que atingiram a sociedade portuguesa. Porém, no final da década de 90, a participação dos homens no trabalho doméstico aumentou, tendência que se mantém na atualidade, ainda que na maioria das famílias continue a ser a mulher a possuir a carga mais elevada do trabalho dentro de casa (Aboim, 2011).

A análise anterior expressa o grande “salto” das mulheres, que após uma vida limitada à execução de tarefas domésticas e educação dos filhos, passaram agora a ter uma participação bastante ativa na vida pública. Designadamente, na integração no mercado de trabalho, em manifestações sociais nos bairros; na organização de associações de moradores; na construção de creches; no incentivo a campanhas de alfabetização; na luta pelo direito ao emprego; na integração nos sindicatos e na reivindicação da igualdade salarial de homens e mulheres que exercem as mesmas funções (*idem*). A passividade em que viviam enfraqueceu e aumentou o desejo de autonomia.

Importa agora, investigar de que forma o papel de emprego ativo das mulheres se refletiu na maternidade, o que é crucial para este estudo. Deste modo, no ponto seguinte será analisado o modo como as mulheres enfrentam esta nova dualidade de papéis na sociedade.

2.5. A mulher trabalhadora e a maternidade

Nos finais dos anos 50 Portugal destacava-se no contexto europeu pelas elevadíssimas taxas de fecundidade. Apesar das tentativas de controlo da natalidade, a procriação era vista como um destino da vida conjugal e a criança o seu produto natural (Almeida, 2011).

O surgimento de uma alteração na fecundidade e na natalidade em Portugal, segundo Almeida (2011, p.153), originou que:

À semelhança do que se sucede nos países da Europa do Sul, a partir de 1980 em Portugal ocorre uma descida acentuada dos indicadores de fecundidade e natalidade. Nascem cada vez menos crianças, o primeiro nascimento ocorre em idades mais tardias das mães, a dimensão média das descendências cai a pique.

Nesta perspetiva, a proporção de gerações altera-se. Assiste-se a um aumento dos laços verticais e a uma diminuição dos laços colaterais. Ter filhos deixa, portanto, de ser um destino biológico obrigatório. Representa uma opção racional, ajustada às etapas da vida pessoal ou conjugal e uma fonte única de gratificação afetiva.

Para Almeida (idem), a criança é pensada e feita por medida. Tal é possível, devido à eficiência no acesso à contraceção médica, que permite a escolha não só do número de filhos, como da altura em que se pretende tê-los. Aliado a estes factos surgem as mudanças de valores, referidas anteriormente, dos portugueses sobre a sexualidade e o corpo, o casal e a família.

Segundo Cunha (2005, p.395), o recuo da fecundidade europeia a partir de meados do século XX transformou uma fecundidade antiga e quase fatalista numa fecundidade moderna e contida. No entanto, foi só a partir dos anos 70, com a difusão da pilula anticoncepcional e do dispositivo intra-uterino, que os casais passaram a ter ao dispor o instrumento que faltava para controlarem a fecundidade. Os novos métodos contraceptivos libertaram o ato sexual do risco de conceção e permitiram passar de uma fecundidade baseada no controlo da sexualidade para uma fecundidade verdadeiramente programada. A procriação já não é uma inevitabilidade da vida a dois, mas uma opção do casal.

De acordo com a Cunha (*idem*), o calendário da fecundidade contempla uma série de indicadores que, no seu conjunto, permitem verificar as temporalidades inerentes à constituição das descendências, no que se relaciona com o ciclo de vida pessoal e familiar. Entre os indicadores, é possível encontrar a idade da mulher aquando do nascimento dos filhos (primeiro e último), o intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento e os intervalos entre os nascimentos (primeiro e segundo; primeiro e último). A vontade de ter filhos nem sempre é clara.

A decisão de ter filhos ou as datas dos nascimentos estão agora relacionados com uma escolha racional do casal ou do indivíduo, gerida em função dos ritmos e objetivos internos da vida em comum ou dos investimentos individuais noutras áreas, como a profissional (Almeida, 2004).

Ter um filho deixa de ser um destino biológico a cumprir, é antes uma escolha a fazer, entre outras possíveis, e condicionada à vontade individual. Por outro lado, a cultura científica dominante, difundida nomeadamente pela escola, contribui para a racionalização de condições e processos biológicos que outrora estavam envoltos em tabus e interditos, preconceitos e crenças. Ora a racionalização da sexualidade, que a técnica e o saber médico possibilitam, encoraja também uma atitude de previsão, controlo e planeamento individual sobre a fecundidade e a reprodução (Almeida, 2004, p.30).

O lançamento de programas e políticas públicas de promoção e implementação do acesso ao planeamento familiar, a partir do 25 de Abril, deve ser encarado como um dos fatores responsáveis na queda da fecundidade e nas configurações práticas de saúde reprodutiva (Almeida, 2004, p.31).

Relativamente à estrutura da população ativa com emprego, surgem duas novas realidades, com grande significado para a evolução social portuguesa. A mão-de-obra feminina representa quase metade do total, localizando-se as mulheres maioritariamente na função pública e no ensino superior, onde possuem uma taxa de sucesso superior à dos homens.

A entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas, como o sistema de ensino e o mercado de trabalho permitiu que as mulheres deixassem de se dedicar unicamente à família, facilitando grandes mudanças na sociedade portuguesa. Contudo, a progressiva conquista do sexo feminino na esfera pública revela fragilidades relativamente à igualdade de oportunidades e recompensas entre homens e mulheres. No

domínio privado continuam a ser as mulheres a “controlar”, apesar da crescente participação dos homens nas tarefas domésticas e parentais.

Segundo Aboim (2005, p.256), se a igualdade for definida como equivalência de papéis, as conjugalidades paritárias serão aquelas em que homem e mulher têm os mesmos encargos e tarefas dentro e fora de casa. É uma igualdade social entre os cônjuges. Porém, existem casos de desigualdade conjugal, originada pela acumulação de funções por parte da mulher, o que revela a sobrecarga da dupla jornada de trabalho feminina no mundo profissional e doméstico. Em muitos casos, a igualdade entre os cônjuges produz-se por recurso ao trabalho de outra pessoa, através do pagamento a uma empregada doméstica.

No século XX, conseguiu-se alcançar a igualdade formal entre homens e mulheres nas sociedades ocidentais avançadas, porém, a igualdade alcançada é insuficiente porque mudaram-se as leis, mas não se mudaram os costumes (Camps, 2001). Um aspeto capaz de demonstrar a subsistência de uma injusta desigualdade entre homens e mulheres é, por exemplo, o facto da mulher emancipada continuar a suportar a inferioridade do género de vida doméstica, com a dupla jornada, ou seja, a junção da profissão com a vida familiar. Neste contexto, surgiram também as mulheres que não cozinham, não vão às compras, e não têm filhos, sendo apenas boas profissionais. Mas, segundo Camps, (2001), esta realidade é uma minoria, pois a maioria das mulheres aguenta o mundo profissional e familiar.

De acordo com Amâncio (2002), a entrada da mulher no mercado de trabalho, em vez de dividir o trabalho na família, cedeu lugar ao que é designado por “dupla jornada de trabalho”, uma vez que o tempo dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com os elementos familiares, associa-se ao tempo de trabalho pago. As mães que optam por uma profissão a tempo inteiro, ou ficam fragilizadas no seu processo de autonomização pelo trabalho, ou as suas trajetórias profissionais são desvalorizadas, de tal forma que as adiam para uma fase posterior e reorientam as suas perspetivas de vida a favor da conjugalidade e da maternidade.

Para Shouteng ainda hoje, as mães e sobretudo aquelas que não se dedicam 24 horas por dia à família são muitas vezes responsabilizadas pelo comportamento desviante ou pela saúde frágil dos filhos, uma noção interiorizada pelas próprias (2011, p.65).

O duplo salário é uma necessidade para a maioria das famílias portuguesas. Segundo Dias (2008), apesar do trabalho e dos rendimentos auferidos pelas mulheres, serem importantes para a família, as mulheres continuam a ser alvo de discursos contraditórios e até culpabilizantes a propósito da maternidade e do seu papel na educação dos filhos. Hoje, muitas mulheres sentem-se cansadas pelo trabalho e culpabilizadas pela menor atenção que consideram dar aos filhos.

Em 2002, cerca de dois terços dos portugueses continuavam a afirmar que o mais importante para as mulheres é ter um lar e filhos, ao mesmo tempo que consideravam negativo o impacto do trabalho feminino sobre os filhos pequenos. (Aboim, 2011, p.99).

Para Aboim (1997, p.352), as últimas décadas têm sido, em Portugal, alvo de significativas mudanças na situação das mulheres, redefinindo equilíbrios e ideais de género na divisão do trabalho. A modernização da vida privada, assim como o aumento da inserção das mulheres na vida pública, tiveram um incontestável impacto na estrutura das desigualdades que configura as relações de género, primeiramente (re) produzidas na família. No entanto, apesar das mudanças no estatuto e papel das mulheres, que defendem uma passagem da ideia de mulher natureza para a de mulher indivíduo, a autora considera que as desigualdades de género continuam a existir nas sociedades contemporâneas

Alguns dos autores citados salientam a permanência das desigualdades de género na sociedade, apesar das alterações no papel da mulher .

Santos (2008), considera que é em torno da parentalidade e da conjugalidade que se constroem os discursos de envolvimento de homens e mulheres. A carreira profissional e a família ocupam lugares distintos na vida, ambos muito importantes para a identidade do indivíduo, e que dificilmente podem ser hierarquizados, dada a importância diferenciada mas complementar que possuem. Porém, a complementaridade entre ambas as dimensões pressupõe a existência de momentos ao longo da vida em que sejam realizadas acomodações da esfera profissional à esfera familiar e pessoal, e da esfera familiar e pessoal à esfera profissional. São exemplos das acomodações do trabalho à vida familiar o declinar de determinadas oportunidades profissionais que impliquem o afastamento geográfico da família, a limitação do número de horas de trabalho ou das viagens de trabalho. As acomodações da família, por sua vez,

normalmente implicam uma quantidade elevada de horas de trabalho com a consequente indisponibilidade para uma maior participação na vida familiar, saídas mais ou menos prolongadas e em muitos casos, o adiar da parentalidade.

Neste estudo, a forma como a complementaridade entre trabalho e vida familiar e pessoal é vivida por homens e mulheres varia muito em função da fase do ciclo de vida e do estágio de carreira em que se encontram. Apesar da maior participação dos homens na vivência da parentalidade, as mulheres continuam a assumir o cuidar dos filhos como algo normativo e que decorre da sua condição feminina. O trabalho familiar doméstico assume um significado de género, isto é, um conjunto específico de tarefas culturalmente e socialmente específicas que transmitem significados sociais acerca da masculinidade e da feminilidade e, como tal, sobre a distribuição de poder na família. (Santos, 2008). Deste modo, a perspetiva de género é útil por permitir perceber que o grande aumento da participação das mulheres no trabalho assalariado, nas últimas décadas, não tem alterado significativamente o trabalho doméstico realizado pelos homens na esfera privada.

Dadas as desigualdades de género na divisão sexual do trabalho familiar, o modelo da carreira linear e ininterrupta continua a colocar mais dificuldades às mulheres, uma vez que são elas que continuam a assumir o papel principal de “cuidadoras” da família, ficando assim com menos tempo e disponibilidade mental para a prossecução da carreira académica. Todavia, atualmente, são cada vez mais as mulheres e homens que procuram conciliar carreira, casamento e parentalidade como aspetos complementares e indispensáveis para a construção das suas identidades.

O estudo de Santos (2008) reforça a continuidade das desigualdades de género na divisão sexual do trabalho familiar e ainda demonstra que, atualmente, as mulheres adiam a maternidade por motivos profissionais, já que a profissão faz parte da construção da identidade pessoal das mulheres.

A União Europeia, com o objetivo de igualar as oportunidades profissionais entre homens e mulheres e considera que:

As medidas de apoio à conciliação permitirão a homens e mulheres dispor de um mais amplo leque de escolhas para equilibrar as responsabilidades profissionais e privadas e contribuirão para concretizar os

seus principais objetivos, em matéria de crescimento e emprego, inclusão social dos grupos vulneráveis e igualdade entre mulheres e homens” (Comissão para a Igualdade de Género, 2010, p.114).

Para concretizar o objetivo citado, criou alguns programas. O Programa de Alargamento da rede de equipamentos Sociais (PARES), cuja finalidade principal é apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais, surgiu do reconhecimento da necessidade de promover a conciliação da atividade profissional com a vida familiar. Uma participação mais equilibrada das mulheres e dos homens na vida pessoal, familiar, profissional, cívica e política, é fundamental para a igualdade e desenvolvimento das sociedades (Comissão para a Igualdade de Género, 2011).

A licença parental exclusiva do pai de 10 dias úteis obrigatórios e ainda o direito a 10 dias úteis da licença facultativos, desde que gozados em simultâneo com a licença parental inicial da mãe, é outra das medidas que pretendem dissolver as desigualdades de género, através de uma maior intervenção dos homens na vida familiar (idem).

Contudo, apesar dos esforços, os efeitos restritivos do casamento e da maternidade nas carreiras femininas são muitas vezes realçados. Ser-se esposa e mãe tem as suas consequências profissionais. As interrupções profissionais resultantes da maternidade, o tempo destinado aos filhos e às tarefas domésticas, além da sobrecarga mental decorrente das responsabilidades maternas, penaliza as mulheres na sua progressão na carreira (Lipovetsky, 1997).

Quando os filhos são pequenos é o emprego feminino que pode estar em causa e é a mulher que assume papéis polivalentes, como mãe, dona de casa e trabalhadora assalariada. Perante esta situação, pode-se afirmar que, apesar da crescente participação do sexo masculino na esfera privada e da igualdade de direitos e deveres dos pais quanto à manutenção e educação dos filhos, os dilemas habituais colocados ao sexo feminino não são anulados.

A família tem sofrido várias alterações, nomeadamente devido a fatores de ordem demográfica, como o decréscimo da natalidade e o aumento da esperança média de vida. Todavia, o surgimento de novos valores, também originou o surgimento de novas configurações familiares. O tamanho das famílias reduziu, aumentou o número de

uniões de facto, o matrimónio tem vindo a perder adeptos, aumentou o número de divórcios e o de crianças nascidas fora do casamento.

Na maternidade assistiu-se a uma passagem de uma dedicação ao marido e à família, que se apresentava como uma dádiva não reconhecida, trocada pelo sustento material e legitimada pela ideia de um desempenho baseado na função biológica, para o fenómeno da mulher trabalhadora, cujo projeto da maternidade é adiado, muitas vezes, por questões profissionais. As mulheres “lutam” diariamente para conseguir equilibrar a vida familiar com as exigências profissionais.

As mulheres resistem ao sacrifício de determinados valores. A maternidade, os cuidados à família, é um deles, certamente o mais importante. A mulher não quer renunciar nada, não quer renunciar ao que foi nem ao que pode chegar a ser. Não quer pagar pela sua emancipação o preço de deitar fora uma cultura feminina que, a ser possível desembaraça-la da subordinação intrínseca de que padece, é legítima e valiosa para todos (Camps, 2001, p. 16)

PARTE 2 : ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo I – Metodologia

De modo a alcançar os objetivos propostos, além da pesquisa bibliográfica sobre a temática, planeou-se também recolher saberes específicos de narradores. Trata-se de saber “o que” e “como” vão ser recolhidos os dados, que instrumentos vão ser utilizados e quais as questões fundamentais.

Investigar é uma atividade que pressupõe algo que é investigado, uma intencionalidade de quem investiga e um conjunto de, metodologias, métodos, e técnicas para que a investigação seja levada a cabo numa continuidade que se inicia com uma interrogação e termina com a apresentação pública dos resultados da investigação (Coutinho, 2011).

Todo e qualquer plano de investigação, seja ele de cariz quantitativo, qualitativo ou multi-metodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador (Coutinho, 2011, p. 99).

Como já foi referido anteriormente, no presente trabalho adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo em conta que esta proporciona a oportunidade para se atingirem resultados mais profundos, uma vez que é um trabalho fundamentado em experiências. Na verdade, parte-se do pressuposto que, através das entrevistas, é possível explorar de forma mais detalhada o que preocupa as mulheres na maternidade e quais os seus sentimentos, deixando margem para as entrevistadas manifestarem as suas opiniões.

1. Objetivos do estudo

O objetivo principal do presente estudo é compreender as representações da maternidade de mulheres portuguesas.

Para uma melhor concretização, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a importância que as mulheres atribuem à maternidade;
- Assinalar as principais alterações à maternidade na vida das mulheres portuguesas;

- Verificar o impacto das condições sociais, económicas e culturais vividas durante o período Salazarista, na vivência da maternidade das mulheres portuguesas;
- Verificar o impacto das condições sociais, económicas e culturais vividas no após 25 de Abril de 1974, na vivência da maternidade das mulheres portuguesas;

2. Perguntas de Partida

De forma a alcançar os objetivos pretendidos e consequentemente a orientar o estudo, foram elaboradas algumas perguntas de partida. Estas serão oportunamente respondidas aquando da análise e discussão de resultados das entrevistas. As perguntas são:

O período da infância e adolescência reflete-se nos ideais sobre a família das mulheres?

Nas épocas em análise, as mulheres tiveram sempre o poder de escolha em relação ao casamento?

No período Salazarista, as mulheres casavam mais jovens do que na atualidade?

O casamento esteve sempre associado aos sentimentos ?

No período Salazarista, as mulheres planeavam a gravidez?

O planeamento familiar sofreu alterações da época Salazarista para a atualidade?

No período Salazarista as mulheres eram mães mais jovens do que na atualidade?

Comparativamente ao passado, hoje, as mulheres refletem sobre as facilidades, dificuldades e medos inerentes à maternidade?

Tendo em consideração o papel reprodutivo atribuído às mulheres no passado, a maternidade pode ser encarada pelas mulheres como uma obrigação?

As mulheres ponderam acerca das implicações que um filho traz às suas vidas?

As alterações que um filho produz na vida das mulheres estão relacionadas com a época em que vivem?

As expectativas das mulheres em relação à maternidade e na época Salazarista são as mesmas da atualidade?

3. Técnicas, Instrumentos e Procedimentos

Dado o caráter exploratório do presente trabalho procurou-se analisar as experiências de mulheres que viveram a maternidade. Para se obter resposta aos objetivos inicialmente definidos, foram selecionadas três pessoas do sexo feminino, mães, que estivessem dispostas a explicar em detalhe, em profundidade e no seu contexto natural, o seu caso relativamente à vivência da maternidade.

A pesquisa visou sempre preservar e compreender cada caso na totalidade, utilizando-se para tal a entrevista como técnica de recolha de dados. Para a realização das entrevistas foi utilizado um guião previamente elaborado. A utilização desse instrumento de análise teve como funções evitar que as entrevistadas saíssem do campo de pesquisa e solicitar informações não fornecidas espontaneamente, porém, não de forma muito rígida, pois também era importante permitir que as entrevistadas encontrassem, por si mesmas, a sua própria verdade.

Para Coutinho (2011), a entrevista é uma técnica de recolha de informação baseada em diálogos, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, com a finalidade de obter informações acerca de factos ou representações cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado tendo em conta os objetivos do estudo.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas na íntegra e posteriormente submetidas à análise de conteúdo.

O projeto foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, tendo esta considerado não haver nada a objetar à sua concretização (Anexo A).

Durante as entrevistas, foi privilegiada a não diretividade, e a maior preocupação foi agir como um estímulo capaz de desenvolver a narrativa, colocando as entrevistadas numa situação favorável à evolução espontânea do seu passado. Para tal, foram adotadas pela entrevistadora atitudes de compreensão, empatia, facilitação e de abertura, não se limitando a escrever, mas colaborando diretamente na produção da narrativa.

As entrevistas foram realizadas num local confortável e reservado, de modo a garantir a privacidade a que as participantes têm direito.

De modo a assegurar uma reprodução fiel do discurso das mulheres, a entrevista foi gravada, com o consentimento das participantes. De modo a obter o consentimento informado, os participantes assinaram a declaração de consentimento informado da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (Anexo B). O discurso ficou registado com repetições, eventuais erros de linguagem, pausas, suspiros, silêncios, entre outros. As entrevistas foram transcritas com fidelidade e posteriormente analisadas, através da análise de conteúdo.

É de salientar o compromisso de assegurar que as entrevistas seriam apenas utilizadas para fins académicos do Mestrado, sendo destruídas após a conclusão do mesmo.

No processo de seleção das participantes, o fator decisivo foi a partilha de uma característica comum, que neste caso específico, é ter filhos. Porém, como o propósito do estudo é retratar os projetos, dificuldades e estratégias das mulheres relativamente à maternidade, em diferentes épocas da sociedade portuguesa, procurou-se entrevistar mulheres cuja idade em que tiveram filhos correspondesse às épocas em estudo. Assim, uma das entrevistadas tem 93 anos e viveu a experiência da maternidade durante o período Salazarista. Outra foi mãe no ano seguinte ao 25 de Abril de 1974, tendo atualmente 70 anos, e a terceira foi mãe há dois anos e tem 30 anos.

O acesso às entrevistadas foi facilitado pelo facto de serem mulheres com quem a entrevistadora convive em diferentes contextos sociais.

A duração das entrevistas oscilou entre os 30 e os 60 minutos. A entrevista à participante de 93 anos foi feita num Lar de Idosos, na cidade do Porto. Antes da aplicação desta entrevista, foi solicitada autorização à instituição para a sua realização.

A mulher de 70 anos é residente na cidade do Porto e o contato foi feito através de uma amiga comum com a entrevistadora. A entrevistada de 30 anos reside no Distrito Aveiro e é uma antiga colega de faculdade.

4. Instrumentos de recolha de informação

O Guião de entrevista (Anexo C) é estruturado em consonância com 4 unidades de análise, designadamente:

- Caracterização Pessoal das entrevistadas: data de nascimento, estado civil, escolaridade, naturalidade, número de irmãos, responsáveis pela educação, considerações acerca da infância e juventude e possíveis influências dessas fases nas concepções do casamento e da maternidade;
- Acerca da transição para a vida adulta: idade com que casou, motivações para o matrimónio e relacionamento conjugal;
- Relativamente à visão das entrevistadas sobre a gravidez: em que circunstâncias decidiu ser mãe (se foi uma gravidez planeada, imposta, ou se simplesmente aconteceu). Descrição da gravidez, nomeadamente, facilidades, dificuldades, receios e medos. Forma como a função de mãe é sentida (obrigação das mulheres, ou não). Reflexões sobre os motivos que levam as pessoas a querer ter filhos e sobre a ponderação que as possíveis mudanças podem trazer às suas vidas;
- Sobre o seu papel de mãe das entrevistadas: alterações que o filho provocou nas suas vidas, como por exemplo, no casamento, na profissão e nas atividades de lazer. Se a maternidade pode ser encarada como um desafio, e ainda o que a entrevistada imaginava sobre ter filhos e se a realidade corresponde ao imaginado.

5. Tratamento do material

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas na íntegra e posteriormente submetidas à análise de conteúdo.

Quando se trata de trabalhar um documento em bruto, a primeira transcrição do texto é indispensável. Na prática a primeira transcrição efetua-se em dois tempos, ou seja, no primeiro, executa-se a transcrição do texto oral, no segundo, completa-se a primeira transcrição que tem sempre falhas. A primeira transcrição corresponde também à primeira fase do trabalho de tratamento do material. Na segunda, por sua vez, relê-se e

completa-se as palavras que não foi possível compreender na primeira fase. A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais.

“A finalidade da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2004, p.34). O analista utiliza o tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o meio. Segundo Bardin (p. 37), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.

A análise de conteúdo permite fazer deduções acerca da fonte ou da situação onde foi produzido o material em análise, e até, por vezes, o recetor ou destinatário das mensagens. O intuito da análise de conteúdo será a realização de deduções, com base numa lógica explicada, sobre as mensagens cujas características foram enumeradas e sistematizadas.

Na produção da análise de conteúdo as informações que o investigador dispõe não estão associadas à fonte e nem às condições gerais em que foram produzidas, desta forma, o investigador coloca os dados num novo contexto que constrói com base nos objetivos e no objeto da pesquisa. O material sujeito à análise de conteúdo é elaborado como, resultado de uma rede complexa de condições de produção, sendo da responsabilidade do investigador construir um modelo capaz de permitir deduções sobre uma ou várias dessas condições de produção.

Ao proceder à análise de conteúdo da entrevista, o investigador deve fazer uma quantificação simples, ou seja, inventariar as palavras ou símbolos chave, os temas maiores, os temas ignorados, os principais centros de interesse, entre outros. Deve também realizar um estudo avaliativo dos objetos referidos pela fonte, tendo atenção às atitudes favoráveis e desfavoráveis da fonte e o seu sistema de valores. O investigador

deve ainda analisar o sistema de pensamento da fonte (análise associativa). Todas estas ações do investigador pressupõem, uma delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referência teórico orientador da pesquisa, a constituição de um corpus e a definição de categorias e de unidades de análise.

Os resultados obtidos após a realização do escrutínio e da codificação constituem dados “brutos”. As quatro dimensões que organizam o sistema categorial: origem, implicação, descrição e sentimentos, são variáveis empíricas, que emergem dos dados do texto. O grau de estranheza e o conflito são variáveis construídas. O objetivo é criar uma relação entre o nível empírico e o teórico, de modo a garantir que o corpo de hipóteses é verificado pelos dados do texto.

Capítulo II – Análise e discussão de resultados

Tal como referido anteriormente, a análise dos dados segue uma metodologia qualitativa, com recurso à análise de conteúdo. Entendeu-se não partir, contudo, de uma grelha rígida de análise, mas antes, de uma descoberta indutiva, a partir dos dados recolhidos.

Pretende-se, desta forma, chegar a uma descrição analítica, evitando esquemas de raciocínio pré-concebidos, eventualmente desajustados do que se propôs compreender.

Após se ter procedido à recolha de dados considerados pertinentes para este estudo, realizou-se uma análise qualitativa das informações recolhidas junto das entrevistadas, tendo como base a análise de conteúdo das mesmas. Segundo Berelson (1952), a análise de conteúdo é uma “técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações,” (*cit. in* Silva e Pinto, 1999, p. 103).

A restrição de Berelson (1952) da análise de conteúdo ao conteúdo divulgado está associada ao princípio de que esta técnica deve orientar objetivos predominantemente descritivos e classificatórios, e demonstra a preocupação do autor em preservar o trabalho em análise de conteúdo de conclusões erradas.

A organização da apresentação dos resultados obtidos do estudo orientou-se segundo a mesma linha de pensamento do guião de entrevista, isto é, estruturado por temas e subtemas de análise, procurando ir sempre ao encontro do cumprimento dos objetivos da investigação. Como instrumento de apoio à análise de conteúdo temática realizada foram elaboradas matrizes conceptuais, remetidas para anexo no presente trabalho (Anexos D, E, F, G), sendo o anexo D sobre a caracterização pessoal; o anexo E, acerca da transição para a vida adulta; o anexo F, relativo à visão sobre a gravidez e o anexo G sobre o papel de mãe.

Ao proceder à interpretação dos resultados das diferentes entrevistas realizadas, houve a preocupação de correlacionar os resultados obtidos com o quadro conceptual que orientou o trabalho.

1. Dados provenientes da caracterização pessoal das entrevistadas

Os dados presentes na 1.^a unidade de análise permitiram fazer uma caracterização pessoal das entrevistadas. Com esta mesma caracterização verificou-se que as participantes viveram a experiência da maternidade nos períodos em análise no presente estudo, ou seja, durante o período Salazarista, ano seguinte ao 25 de abril de 1974 e na atualidade. As mulheres entrevistadas possuem idades correspondentes aos períodos temporais em análise no presente estudo. A entrevistada número 1 tem 93 anos, a entrevistada número 2 possui 70 anos e a entrevistada número 3 tem 29 anos.

“Eu nasci em 1919 no dia 25 de Agosto” E1

“(…) nasci em 16 de Novembro de 1942,

“Nasci em Lisboa em 29 de Setembro de 1983” . E3

O grau de escolarização é um indicador muito importante para este estudo, pois permitirá verificar se o contexto social, cultural e económico das entrevistadas influenciou o percurso escolar. Neste contexto, o grau de escolaridade das entrevistadas é o seguinte:

“(…) Estudei até ao 2º ano dos liceus” E1

“(…) tenho a antiga quarta classe” E2

“(…) sou licenciada”. E3

Como foi possível verificar aquando da caracterização do período Salazarista, a educação feminina tinha o objetivo primordial de encaminhar as raparigas para as “tarefas domésticas”, daí a obrigatoriedade de frequência de aulas de trabalhos/tarefas femininas, cursos de higiene geral e de puericultura. A par disso existia ainda a crença de que o povo português apenas necessitava da educação mínima, que lhe permitisse ler o suficiente para conhecer a ideologia salazarista e os princípios do Estado Novo. (Pimentel, 2011).

No entanto, no enquadramento teórico manifestou-se que ao longo dos anos, o êxito escolar feminino foi crescendo, chegando mesmo a ultrapassar o masculino. Em 1963,

metade da população escolar aprovada no exame da 3^a classe primária e no exame de admissão ao liceu era constituída por raparigas (id em). A partir dessa época a escolarização generalizou-se a toda a população, independentemente do sexo.

A base de dados Pordata (2012), no estudo sobre a população feminina com 15 e mais anos sem nível de ensino, em percentagem, da população entre 1960 e 2011, indica que houve uma grande diminuição do número de mulheres sem ensino. Em 1960 as mulheres sem ensino encontravam-se nos 72,1%, em 1970 nos 40,7%, em 1981 o número reduziu para os 26,8% e em 1991 para os 16,4%. Já mais próximo da atualidade, em 2001 a percentagem situava-se nos 11,8% e em 2011 nos 7,7%.

Como é possível observar, a entrevistada número 1 estudou até ao “2^o ano dos liceus”, a número 2 até “à antiga quarta classe” e a número 3 é “licenciada”.

Entre as entrevistadas a que possui menor grau de escolaridade é a número 2, de 70 anos. Porém, tendo em conta os dados estatísticos, reveladores de que no passado mais longínquo a percentagem de mulheres sem ensino era superior, o normal seria que essa realidade se verificasse na participante mais velha. Entende-se que o facto da participante mais velha não ser a que possui menor grau de escolaridade está relacionado com as condições económicas.

Do facto de a entrevistada número 1 ter prosseguido os estudos até ao 2^o ano dos liceus, depreende-se, pois, que pertencia a uma família de situação económica confortável. O seu testemunho também evidência esse facto:

(...)“Tinha boas condições. Não condições, como é que eu hei-de dizer, de ter uma casa muito cheia de sofás, isto e aquilo, outro, mas uma casa com bastante limpeza e com o indispensável (...). a senhora (...) era lá empregada da minha tia(...)”E1

Conforme se observa, a entrevistada tinha boas condições de vida pois, embora cite que possuía o *indispensável*, o facto de a sua tia ter *empregada*, é mais um indicador de poder económico. A participante não foi impedida de prosseguir os estudos por ter de trabalhar para ajudar economicamente a família.

A entrevistada número 2 tinha de fazer pequenos trabalhos, que como a própria mencionou (...) *era normal naquela época:*

“(...) apanhar comida para os coelhos, ir apanhar couves para as galinhas, ir quando era o tempo da azeitona apanhar azeitona (...) as meninas ou trabalhavam no campo ou iam aprender costura (...)” E2

O auxílio de que a família necessitou, determinou que após ter completado o quarto ano de escolaridade, tivesse de sair da escola para começar a aprender costura. “ Na verdade, a obrigatoriedade escolar restringida ao mínimo de três anos representa para muitos um parêntesis na tarefa de aquisição de saberes tidos como necessários ao seu futuro” (Vieira, 2011, p.175). Das palavras da autora, depreende-se que a reduzida escolaridade obrigatória, impedia a progressão de estudos às crianças provenientes de famílias desfavorecidas. A entrevistada número 2 não pode, então, continuar a estudar porque a sua família não possuía rendimentos suficientes.

A entrevistada número 3, de 30 anos pertence a uma geração onde a escola foi conquistando nos últimos anos um espaço crescente na vida das crianças, jovens e famílias, através do alargamento da escolaridade obrigatória passou para 12 anos (Vieira, 2011, p.183). - Perante um contexto social favorável à progressão de estudos, é normal que a entrevistada mais jovem seja a única detentora de um grau superior.

Após exposição do percurso escolar das participantes conclui-se que o contexto económico e social de cada uma influenciou os seus percursos escolares.

A execução de tarefas mencionada pela entrevistada número 2 remete para a temática de evolução da posição da criança na família, analisada por Almeida (2011, p.142):

As crianças foram remetidas para o lado familiar interior, feminino, denso de afetos e esvaziado de trabalho produtivo, resguardado e protegido dos olhares de fora (...). Ela não é pensada como um pequeno adulto, como um adulto em miniatura – o qual, desde que fisicamente apto, é posto a trabalhar com os mais velhos. Mas como um ser com características singulares que os adultos devem procurar conhecer, amar e proteger – na sua inocência e vulnerabilidade.

Esta nova perspetiva da criança difere muito do passado, onde esta, desde cedo, começava a trabalhar para ajudar os membros mais velhos das famílias. Segundo Casimiro (2011, p 117):

O próprio trabalho infantil, ao qual as crianças e jovens eram sujeitos, revela a forma como a categoria da infância e os direitos que atualmente assistem esta franja etária, estavam longe do entendimento que hoje, século XXI, se lhe atribui. Poucas crianças frequentavam a escola o que significa que a grande maioria trabalhava: trabalho rural, artesanal e também trabalho doméstico.

A infância da entrevistada número 2, reflete esta participação nas atividades:

(...) A minha mãe, pronto, fazia-me fazer pequenos trabalhos e não me deixava brincar como queria (...) E2

De acordo com Almeida (2011, p 148): “com a exceção dos grupos mais favorecidos, a criança era rentabilizada na economia doméstica com o mais um braço para o trabalho, para o sustento da família”. Só após 1974, com a democratização e massificação do ensino, é que os pais investem na socialização escolar dos seus filhos. Este acontecimento, como se viu, é entendido por Almeida (2004) como um dos principais incentivos à limitação dos nascimentos, na medida em que colocar um filho a estudar representa hoje um custo para os pais, de quem os filhos dependem por períodos de tempo cada vez maiores, pelo aumento dos percursos escolares.

De modo a compreender o “novo estatuto da criança” e as alterações daí resultantes para a maternidade em Portugal, perguntou-se às entrevistas quantos irmãos tiveram ou têm:

“ (...) Uma rapa... uma irmã e dois irmãos portanto eramos 4 mas ela, essa minha irmã morreu caiu coitadinha no jardim do quintal e morreu e tenho os dois rapazes, é que ainda são vivos”. E1

“ (...) Tive um irmão. Faleceu com um ano e meio, portanto faleceu pequenino. Foi uma pneumonia quer dizer foram duas pneumonias, ganhou uma primeiro e depois foi a segunda e ele não resistiu” E2.

“ (...) Sim, dois da parte da mãe e dois da parte do pai que não conheço” E3.

No caso da entrevistada número 1, a família era constituída por quatro crianças, mas tendo morrido uma ficaram três. A entrevistada número 2 tinha um irmão, mas que morreu com um ano e meio. Por último, a entrevistada número 3 possui dois irmãos filhos dos seus pais e outros dois fruto de novo relacionamento do pai. A família mais numerosa pertence à entrevistada mais velha, o que vai ao encontro dos dados

demográficos referidos no capítulo I do presente trabalho, onde se verificou que a taxa de fecundidade era significativamente mais elevada em 1971 do que em 2011, com um decréscimo dos 84,6% para os 38,7% respetivamente. Relembrando Barreto (1996), a dimensão média das famílias em Portugal diminuiu no tempo, passando de quatro elementos, para três por família. Estão em extinção as famílias alargadas e a aumentar o número de famílias nucleares, compostas por três a cinco pessoas, no máximo. Neste momento, é já visível que uma das causas para a diminuição do número de nascimentos é, como se disse, os novos olhares sobre a infância, em que as crianças deixam de ser utilizadas como mão-de-obra para a economia familiar. Agora, as famílias investem na formação das crianças durante muitos anos, o que exige um grande investimento financeiro. Assim, de modo a garantir o investimento máximo na qualidade da socialização da criança os pais optam por ter menos filhos, daí o surgimento dos filhos únicos ou das crianças com apenas um irmão (Almeida, 2011).

Outro facto que salta à vista neste testemunho das entrevistadas número 1 e 2 é a morte de irmãos na altura em que eram crianças. Para Almeida (2011), no passado, a morte era uma experiência frequentemente associada à infância, devido à escassa divulgação de práticas de planeamento familiar e à dificuldade no acesso aos serviços de saúde relativos à gravidez e ao parto e ainda às más condições higiénico-sanitárias. Mas, desde 1950 o recuo da mortalidade infantil tem vindo a ser contínuo e notável, de tal forma que a morte do recém-nascido torna-se na atualidade uma exceção.

No testemunho da entrevistada número 3, há também um importante aspeto a realçar na composição familiar. O facto de possuir irmãos provenientes do relacionamento dos pais e ainda de outro relacionamento posterior do pai com outra pessoa, leva a relacionar esta evidência com as alterações familiares analisadas no enquadramento teórico (Aboim, 2011). Na atualidade, as famílias recompostas, ou seja, as que vivem com filhos de relações anteriores de um ou dos dois membros do casal, são cada vez mais comuns.

É na família que ocorre uma parte importante do processo de socialização dos indivíduos. Como instituição, a família é também um dos focos centrais de estudos sociológicos, porque apesar das mudanças a que está sujeita, continua a ocupar um lugar

central na vida das pessoas e a exercer uma grande influência nas outras áreas da realidade social (cf. Shouten, 2011).

Utilizando as palavras de Shouten, pode-se concluir que sendo a família um importante agente de transmissão de conhecimentos, esse processo de socialização pode muitas vezes explicar comportamentos, atitudes e crenças na vida adulta.

Partindo desse pressuposto, considerou-se oportuno incluir nesta 1.^a unidade de análise o contexto em que as entrevistadas foram criadas.

“Eu tinha 2 anos, os meus pais viviam no Alentejo (...), mas eu tinha uma tia, irmã do meu pai, que vivia em Setúbal e então (...) e esta minha tia irmã do meu pai disse para a minha mãe: “ manda a menina“ (...) e então a minha mãe, pronto fez a vontade à minha tia, de maneira que eu, praticamente, fui criada nesse modo (...)” E1.

(...) o meu pai ausentou-se tinha eu 5 anos, pronto, nunca mais. Só quando eu já tinha 40, 30 à volta de 30 e tal anos, foi quando eu (...) quando eu o vi pela primeira vez, há quem dizer pela primeira vez não, quando eu o voltei a conhecer” E2.

“ (...) vivi com a minha mãe, mas pegado à minha mãe, vivia uma irmã dela que tinha 5 filhos, portanto, fomos criados todos juntos (...). Eram 3 rapazes mais velhos e depois duas meninas, mas duas meninas, uma já nasceu já eu era, já tinha por aí 13 anos, 12, 13 anos, fui eu que lhe peguei a primeira vez e eu fiquei encantada, eu gostava muito de meninos” E2.

“(...) eu vivi num colégio dos quatro aos dezoito” E3.

Analisando as entrevistas, é possível observar que as entrevistadas não foram criadas segundo o modelo familiar tradicional constituído por pai, mãe e filhos. A entrevistada número 1, apesar do contacto semanal que mantinha com os pais, foi criada desde os dois anos por uma tia. A entrevistada número 2 foi criada apenas pela sua mãe, porque quando tinha cinco anos, o seu pai emigrou. Porém, como vivia próximo de uma tia, cresceu junto dos tios e dos primos. A entrevistada número 3, viveu desde os quatro anos num colégio.

As respostas das entrevistadas número 2 e 3 referentes à influência que a sua educação teve nas suas ideias sobre o casamento e filhos confirmaram a influência dos seus agentes de socialização na idealização da constituição familiar. Ambas formularam um ideal de família fundamentado ou influenciado de alguma forma pelas suas vivências:

“ (...) apenas porque eu adorava crianças e para mim, o casamento sem filhos era, sei lá, achava que não podia existir, porque eu, no casamento, o que mais me entusiasmava era os filhos, fui sempre muito...as minhas primas que, pronto, também eram pequenas, eu era já maiorzita, eu andava sempre à volta delas a prepará-las; era o cabelo, era isso tudo, andava sempre com elas (...)” E2

“ (...) se calhar, potenciou a vontade de constituir uma família ainda mais, porque lá, a família era muito alargada e pensar na possibilidade de nós termos a nossa própria família, não como ali, porque era uma família, mas não era a de sangue, e essa possibilidade era diferente e, se calhar, isso ainda fez com que eu tivesse mais esse interesse (...)” E3

Veja-se o caso da entrevistada número 2, cujo convívio com as primas mais pequenas, despertou um sentimento tão forte por crianças que ela nem colocava a hipótese da existência de casamento sem filhos, sendo isso o que mais a entusiasmava no matrimónio. A convivência com crianças desde pequenas contribuiu muito para o seu desejo de vir a ser mãe.

O testemunho desta entrevistada também permite fazer paralelo com a emigração de homens para países estrangeiros, o que de acordo com Barreto (1996) levou a que fosse necessário recorrer à mão de obra feminina, como forma de combate à falta de mão-de-obra masculina. O pai desta participante foi para África quando ela tinha 5 anos:

“ (...) Não sei porquê, mas a imagem dele só me ficou no dia em que ele partiu e que o vi vestido e calçado com uns sapatos que ‘tavam diferentes porque ele ia para África, então mandou fazer calçado que era de pele branca e castanha, assim sapato para usar em terras tropicais e ele também ia vestido, assim de um branco ou bege e assim, portanto, é só a imagem que tenho dele, mais nada, que tinha dele mais nada, depois via fotografias (...)” . E2

Apesar de ter mantido sempre contacto com o pai “até ao fim, da vida dele”, a vida familiar da entrevistada sofreu alterações, pois passou a viver só com a mãe, tendo, por isso, que a ajudar na, já citada, execução de tarefas. Este exemplo reforça a abordagem de Almeida (2011, p.158) ao afirmar que:

Em Portugal, a monoparentalidade é uma realidade que vem de trás. Os surtos emigratórios e a guerra colonial, que assolam o País a partir da década de 60, deixam muitas vezes na terra as mulheres – que ficam à frente da exploração familiar e com o encargo dos filhos – enquanto os homens partem para a cidade ou para o estrangeiro.

Ao viver sozinha com a mãe devido à emigração do pai para África, a entrevistada número 2 viveu o que a autora apelidou de “monoparentalidade materna”.

Mas na vida desta entrevistada, a morte do irmão foi outro acontecimento muito marcante. Esta referência é também importante para este estudo, porque é alusiva ao facto de, por vezes, em bebés, as meninas serem menos desejadas que os meninos. O testemunho seguinte da entrevistada número 2 realça a preferência pelo sexo masculino:

“(...) a minha mãe era louca por o menino, porque o meu pai também adorava ter um menino, ter um filho rapaz, e eu sentia-me como que um pouco, parece que posta de parte, porque a minha mãe viveu a vida inteira até à morte sempre pensando e falando no filho que tinha perdido e não sei se foi por isso, por ter perdido o filho e porque não suportava, pronto... aquela dor, que, para mim, era um pouco, sei lá, como é que eu posso dizer, pronto ... eu sabia que ela gostava de mim, mas ela nunca, nunca demonstrava isso, não dava o carinho que eu queria, não sei lá, sentia-me assim um pouco, e era muito dura para mim (...)” E2

A afirmação “o meu pai também adorava ter um menino, ter um filho rapaz”, evidencia a preferência pelos bebés do sexo masculino. Tal facto pode ser relacionado com a maior valorização atribuída aos homens face às mulheres durante o período Salazarista, que, de acordo com o exemplo da entrevistada, também era visível na infância.

A preferência dos pais, sobretudo da mãe, da entrevistada número 2 pelo irmão, originou sentimentos de tristeza e incompreensão:

“(...) eu sabia que ela gostava de mim, mas ela nunca, nunca demonstrava isso, não dava carinho que eu queria, não sei lá, sentia-me assim um pouco, e era muito dura para mim ...)” E2

No caso da entrevistada número 3, o afastamento da mãe e do pai poderiam ter despoletado sentimentos contraditórios em relação a os seus projetos de vida familiares, contudo, como a própria referiu, a família “alargada” com quem viveu durante um grande período da vida potenciou ainda mais a vontade de de um dia vir a constituir a sua própria família de “sangue”.

A entrevistada número 1 não respondeu explicitamente à questão relativa à família, porém, mencionou uma passagem da sua vida que também demonstra a influência das decisões familiares no percurso pessoal:

“(...) Estudei até ao 2º ano dos liceus, mas, naquela minha altura que eu estudei, o que é que acontecia? Nós, raparigas, não podíamos ir para a rua sem ir sempre com uma pessoa que nos fosse acompanhar (...), era lá a empregada da minha tia e então ela, coitadinha, acompanhava-me até que eu cheguei a fazer o 2º ano dos liceus, depois, ela morreu e elas disseram logo: ‘aí, agora, não temos a (...) para te acompanhar, não vais, não vais, não vais e, pronto, é assim’”. E1

Como já foi referido anteriormente, a entrevistada número 1 estudou até ao 2º ano dos liceus. Tendo ficado já demonstrado que pertencia a um grupo mais favorecido a nível económico, importa agora perceber as razões que a levaram a parar de estudar. Não prosseguiu os estudos, porque, após o falecimento da pessoa que a acompanhava, a sua família decidiu que não poderia continuar a frequentar a escola. A decisão da família foi motivada pelo facto de, naquela época, não ser permitido que uma jovem andasse sozinha na rua.

Neste relato, para além da evidente influência familiar no impedimento da progressão escolar da entrevistada, é ainda notória a influência social da época, pois, como afirma Oliveira (2011, p.179), “ser rapaz ou rapariga impõe espaços distintos de aprendizagens e convivialidade”.

À luz da sociedade atual, pensar que uma jovem será obrigada a deixar de estudar por não poder andar sozinha na rua é incompreensível, dado ser uma prática normal as mulheres andarem sozinhas na via pública. Esta passagem da vida da entrevistada número 1 só será compreensível à luz da contextualização social e cultural da época em que ocorreu.

Pimentel (1997, p.91), ao caracterizar a diversidade de funções atribuídas por Salazar a homens e mulheres, mencionou que aos homens estava atribuído o espaço público e às mulheres o espaço privado. “À mulher estavam impost os limites estreitos de ação, sobre ela pendendo a obrigação do pudor e da castidade”. Os rapazes e as raparigas deviam manter-se afastados, de modo a evitar acontecimentos, que apenas no casamento deviam ser concretizados, pois se a mulher perdesse a virgindade, perante a sociedade, perdia também as qualidades de esposa e mãe (Policarpo, 2011).

A entrevistada de 93 anos de idade foi, então proibida, de prosseguir os estudos, porque, na época em que era jovem, o espaço público era interdito às mulheres, para proteger a sua virtude. Este acontecimento é ilustrativo da influência social na vida das pessoas, o que vai ao encontro do objetivo geral do estudo, ou seja, constatou-se a existência de impacto das condições sociais sobre a vida desta mulher.

A família é o primeiro contexto onde as crianças apreendem importantes noções acerca de si mesmas, dos outros e do mundo que as rodeia). Na análise das entrevistas, verificou-se a existência de composições familiares distintas, isto é, a entrevistada número 1 viveu com uma tia, a entrevistada número 2 com a mãe e a entrevistada número 3 viveu num colégio. Apesar da heterogeneidade, ao longo do processo de socialização, as entrevistadas observaram e apreendiam modelos, comportamentos e valores que contribuíram para a formação das suas identidades. Exemplo disso, é o ideal de família formulado com base na educação que tiveram.

2. Análise dos dados provenientes da análise da transição para a vida adulta

Sobre a transição para a vida adulta, os dados sugerem casamentos de livre vontade, sem imposições e com partilha de sentimentos. É igualmente perceptível a diferença de idades aquando do casamento, tendo a participante mais velha do estudo casado mais cedo que as restantes. Quanto ao tipo de relacionamento conjugal, as entrevistadas possuíram e possuem uma relação baseada na confiança e no diálogo com os cônjuges.

Tendo por finalidade responder à pergunta de partida (se no período Salazarista as mulheres casavam mais jovens do que na atualidade), analisou-se se as idades com que as entrevistadas casaram, corresponde à idade considerada “normal” para a época social a que pertencem.

“Tinha 20 anos”. E1

“ (...) Casei eu tinha 25 anos.” E2

“Foi com 25 anos (...)” E3

A entrevistada número 1, de 93 anos de idade casou quando tinha 20 anos. Comparativamente às outras participantes, casou mais cedo, o que indica, juntamente com os dados estatísticos atuais, que, atualmente, as mulheres casam mais tarde do que no passado.

Convém realçar que, apesar da entrevistada número 2 ter casado em 1967, não casou dentro da idade considerada “normal” para a época, uma vez que já tinha 25 anos. Todavia, a justificação para o adiar do casamento esteve relacionada com questões familiares, tal como é possível verificar no seguinte testemunho:

“ (...) era assim, fui feliz, porque eu ia casar com o homem que eu gostava, mas triste, porque sabia que a minha mãe não queria que eu saísse de casa, o problema dela era ficar sozinha e, assim, foi muito difícil chorei muito, muito, muito” E2.

Apesar da tristeza que sentia por deixar a mãe sozinha, a entrevistada prosseguiu a sua vida, porque também iria ficar triste se não casasse:

(...) ficava muito triste e depois, o meu marido não aceitou disse: ‘ a gente não tem muito dinheiro, mas isso não faz mal, pronto, a gente vai-se casar, só que eu estava entre a espada e parede, por um lado a minha mãe, que não queria que eu casasse, por o lado do meu marido, queria também, não me imaginava viver a vida inteira lá na aldeia, ah, e ficar assim solteira, porque se não casava com ele, ela também não me deixava casar com mais ninguém, porque o problema ia ser sempre o mesmo, e isso, eu não conseguia suportar isso, então eu resolvi casar e casei (...)

A afirmação da entrevistada ao dizer que “não me imaginava viver a vida inteira lá na aldeia” remete para a alteração mencionada por Wall (2005), no enquadramento teórico, relativa à possibilidade dos jovens casais terem casa própria, autonomia perante os parentes, e de se afastarem de interações familiares formais, hierarquizadas e fortemente controladas pelas gerações mais velhas.

A entrevistada número 2, após o casamento, foi viver com o marido, no entanto, no passado era comum os casais ficarem a viver juntamente com os seus pais e ainda com outros elementos familiares, como avós e tios. Exemplo disso foi a vivência da entrevista de 93 anos:

“(...) Depois foi lá mesmo em Setúbal, em casa desta irmã do meu pai que casei. E fiquei lá, porque esta é do meu pai, tinha um prédio com vários andares e então, depois, disseram logo: ‘ai, se arranjasses aqui um andar’ (...) e lá conseguiram arranjar a coisa de eu ficar ali ao pé deles (...)” E1

A entrevistada casou e ficou a viver junto da tia, realidade das famílias alargadas, que como se viu, era muito comum nas famílias portuguesas no passado. Porém, a entrevistada número 2, ao viver só com o marido após o casamento, comprovou a evolução familiar apresentada por Wall (2005).

À pergunta se casaram de livre vontade, as entrevistadas responderam:

“(...) Não senhora, não senhora, foi de livre vontade, pois... até havia quem dissesse assim ‘Ahh... Aquilo é uma questão de interesse’, como (...) o meu marido já era gerente da fábrica (...) e foi assim.” E1

“ (...) *sim, sim, sim, foi de livre vontade... pois foi de livre vontade, apesar da minha mãe, quer dizer, a minha mãe foi assim, deixou u-me, quis que eu namorasse, até que eu comecei a namorar tinha 17 anos com o marido com quem casei (...)*”
E2.

“ (...) *Sim, sim, sim, sim, sim (...)*”. E3

Em relação ao casamento por livre vontade não existem diferenças entre as entrevistadas. Todas afirmaram ter casado de livre vontade.

Ao manifestar que o casamento foi de livre vontade, as entrevistadas associaram-no à partilha de sentimentos afetivos pelos seus cônjuges. Mais uma vez, aqui, o depoimento das entrevistadas mais velhas não reflete a “norma” da sociedade em que viviam, pois no passado, os casamentos tinham, como se observou anteriormente, como princípios orientadores o caráter de conveniência, que permitisse a continuidade de classes sociais.

No passado, os casamentos tinham um caráter de conveniência, fortemente homogâmico e fundamental para a produção e reprodução das divisões de classe (Wall, 2005). Contudo, com o surgimento do novo conceito de liberdade, todos os indivíduos, independentemente da sua religião, são iguais perante a lei (Igualdade de Género em Portugal, 2011, p.106). Sendo assim, agora, em contraste com o passado, os casamentos devem orientar-se pelo princípio da legitimidade afetiva e amorosa, resultado da livre decisão de homens e mulheres. Os dados apresentados na revisão teórica provam que a revolução de Abril foi a responsável pela ocorrência de muitas mudanças nos rituais de formação do casal. A partir dessa altura, o casamento passa de sacramento a contrato civil casa-se menos e cada vez mais tarde.

A liberdade de escolha das entrevistadas pode ser encarada como consequência da rutura de paradigma que ocorre quando a condição feminina sofre uma verdadeira mudança, através da passagem de uma noção de mulher natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino já definido, para uma conceção de mulher indivíduo. Para assegurar os direitos das mulheres como indivíduos, as alterações legislativas posteriores ao 25 de Abril, foram muito decisivas ao impulsionarem a exigência do seu cumprimento. Desse modo, a Constituição de 1976, assegurava a todos os cidadãos o direito para constituir família em condições de plena igualdade.

Apesar de ter casado de livre vontade o testemunho da entrevistada número 2 evidencia que o início do seu namoro foi “imposto” pela sua mãe:

“ (...) deixou-me, quis que eu namorasse,(...), e depois, eu não queria mas a minha mãe quis que, disse que ele era um bom rapaz, e assim pronto, e eu namorei (...)” E2

Outra das alterações nas relações conjugais prende-se com a afetividade. Na revisão da literatura, Aboim (2011) afirma que, no decorrer das décadas de 80 e 90, ocorreram novas tendências na organização familiar. Iniciou-se uma sentimentalização das relações e passou-se a uma família mais democrática, onde se manifesta a adesão a valores como a partilha, a intimidade, o bem-estar e a troca de recursos e afetos.

Para a constatação da inexistência de sentimentos nos casamentos, em muito contribuiu a definição das funções principais do “bom pai” e “bom marido” de Wall (2011). As funções associadas ao homem eram, como se viu, a de trabalhador, de chefe de família, o que representava a autoridade e a guarda moral da família e a de protetor, que pressupunha o cumprimento das obrigações inerentes à assistência dos seus dependentes. Estas funções são reveladoras de uma estrutura familiar estática e autoritária, onde as relações familiares eram orientadas por um sistema rígido, não havendo, por isso, nenhum indício de afetividade. Desta forma, pode-se afirmar que o casamento nem sempre esteve associado aos sentimentos.

A questão dos sentimentos remete ainda para a análise do relacionamento conjugal. Os dados presentes nesta 2.^a unidade de análise evidenciam a existência de um bom relacionamento das entrevistadas com os cônjuges:

“ (...) Dávamo-nos muito bem”. E1

“ (...) Muito bem, muito bem. Ele era mais velho do que eu uns 3 anos ou coisa assim. Mas... diziam elas naquela altura: ‘É, o (...) gosta muito da (...), pudera ela é muito bonita’ (...)”. E1

“ (...) e então demo-nos sempre muito bem e até... não sei, a gente namorou para aí uns 3 anos só, coisa assim, e depois casámos”. E1

“ (...) fizemos muitas viagens, que ele gostava de viajar, conviver e aquilo tudo, de maneira que até fizemos algumas viagensinhas boas, e assim se passou a minha vida” (...). E1

“ (...) É assim, os primeiros tempos correu tudo bem, pronto, tínhamos os nossos problemas, como sempre, mas correu tudo bem, (...) e portanto, com o meu marido, foi, as coisas foram indo, só tinha um problema que ainda hoje tenho, que é sempre e será até que a minha sogra seja viva (...) Quer dizer, se não fosse a minha sogra estar no meio de isso nós, acho que nós entendíamos muito bem (...) E2

Na época em que as entrevistadas 1 e 2 viveram, de acordo com Aboim (2011, p.93) “o mais importante era que o poder masculino fosse demonstrado publicamente, de modo a manter-se a ordem natural das coisas”. No entanto, os resultados comprovam que apesar disso, as participantes possuíram e possuem relacionamentos saudáveis.

O poder masculino característico do período do Estado Novo tinha, como se viu, os princípios orientadores do Código Civil napoleônico de 1867, que definia a discriminação da mulher pelo sexo e em razão da família. A mulher casada devia residir no domicílio do marido e ser-lhe obediente, acompanhá-lo para todo o lado (Pimentel, 2011).

A família idealizada pelo regime do Estado Novo era assente em fortes assimetrias de género. O homem era a autoridade impondo-se, por vezes, de forma tirânica, sobre a mulher e os filhos. A família regia-se por uma hierarquia rígida de autoridade e poder, do sexo masculino sobre o sexo feminino e da geração dos pais sobre a geração dos filhos.

Após o 25 de Abril de 1974 os modelos da vida privada e de família do Estado Novo foram alvo de grandes mudanças. As relações conjugais passaram a basear-se na reciprocidade na complementaridade dos papéis e funções.

No que se refere ao relacionamento conjugal, o testemunho das entrevistadas que viveram sobre as ideologias familiares do Estado Novo, demonstra que não sofreram a

autoridade tirânica dos maridos, característica daquela época. Em contrapartida tiveram e têm relacionamentos de caráter afetivo com os seus maridos.

3. Análise dos dados acerca da Gravidez

Na 3.^a unidade de análise descreve-se a experiência da maternidade das entrevistadas, designadamente, se a decisão foi planeada, imposta ou se simplesmente aconteceu. Procurou-se também saber quais as maiores facilidades, dificuldades e receios sentidos durante a gravidez.

Quando questionada sobre como ocorreu a decisão de ser mãe, por exemplo, se foi planeada, a entrevistada número 1 respondeu:

“(...) Acontecia... isso é que não me lembra (...) Sei que aconteceu”. E1

A entrevistada número 1 mencionou que a gravidez simplesmente aconteceu. Não se lembrava se foi planeada ou não, apenas sabe que aconteceu. E à pergunta se usou algum método contraceptivo para evitar a gravidez, respondeu:

“(...) Não, naquele tempo não. Acontecia, pois”. E1

As entrevistadas números 2 e 3 responderam:

“(...) eu também casei, fiquei logo grávida, porque o meu marido saía à Segunda e entrava ao Sábado eu estava muito sozinha, então ele disse: ‘não, manda-se vir um bebé, que ao menos, assim, a gente, tens companhia’ e depois, veio a menina e ela, eu fazia um ano de casada em Outubro, ela nasceu em Julho portanto foi logo, fiquei logo grávida logo que casei”. E2

“(...) Sim, sim foi, foi planeada pelos dois, embora eu também não pensei depois, quer dizer, eu sou uma pessoa assim, eu não sou assim uma pessoa que tem medo das coisas, eu acho que se as coisas têm que acontecer, o que acontece acontece.” E2

“(...) Foi planeada por ambos. Efetivamente achávamos que ia demorar mais tempo até a gravidez acontecer. Já tínhamos carta-branca do médico, já tínhamos pensado e decidido que era isso que queríamos, aconteceu mais cedo do que o previsto, na medida em que achávamos que ia demorar mais tempo para, para eu engravidar, mas estava

tudo planeado, todas as análises, todos os pré-requisitos..., consegui ter tudo direitinho”. E3

Comparando os relatos das entrevistadas, são várias as diferenças que se podem assinalar.

A gravidez da participante mais velha não foi planeada, simplesmente “acontecia”. A afirmação da entrevistada vai ao encontro das características vigentes na sociedade no período em que foi mãe, onde “no quadro do casamento, a sexualidade está fortemente associada à procriação e a vida sexual das mulheres casadas é justificada pela necessidade da existência dos filhos” (Policarpo, 2011, p.50).

A análise de Policarpo (2011, p.49), faz menção à ideologia naturalista e biologizante do pensamento do Estado Novo, a qual se apoia nas características biológicas da mulher, associadas à maternidade para fundamentar que a vida sexual das mulheres se deve circunscrever à conjugalidade e à reprodução. Na opinião de Tavares (1997, p.292) “o corpo das mulheres era valorizado pela função de uma maternidade forçada, sem direito de escolha”.

A gravidez da entrevistada de 93 anos reflete a mencionada associação da conjugalidade à reprodução, pois ao responder “acontecia, pois”, é como se já tivesse como certo que, após o casamento, a gravidez era um acontecimento inevitável. Na realidade, no regime do Estado Novo, a ausência de planeamento familiar e defesa do papel da mulher enquanto mãe não permitia que as mulheres planeassem a gravidez. O Estado Novo considerava o planeamento familiar algo negativo, neste contexto, todas as medidas de planeamento eram proibidas pelo regime, visto que dava poder de controlo da função reprodutora às mulheres. (Tavares, 1997, p.293).

Como Pimentel e Gomes referem, até 1976, a legislação portuguesa, considerava os métodos contraceptivos produtos abortivos e, como tal, restringia e criminalizava a sua difusão e venda” (*cit in* Almeida, 2004, p.31).

O desconhecimento ou proibição da comercialização de métodos contraceptivos contribuiu para a manutenção da “sexualidade reprodutiva”. A entrevistada número 1, de 93 anos de idade, quando questionada sobre a utilização de métodos contraceptivos,

revelou algum desconhecimento acerca do assunto e respondeu: “(...) não, naquele tempo, não (...)”. Através desta resposta, percebe-se o porquê da resposta anterior, ou seja, não havendo controlo reprodutivo, a gravidez, de facto, acontecia. Este comportamento é o espelho da realidade social da época, em que à mulher estava destinado gerar filhos, alimentá-los e educá-los (Lipovetsky, 1997). Tais evidências comprovam um dos objetivos deste estudo e respondem a uma das perguntas de partida, na medida em que demonstram que as condições sociais e culturais da época têm impacto na vivência da maternidade e que, no período Salazarista, as mulheres não planeavam a gravidez.

A entrevistada número 2 decidiu ter filhos imediatamente após o casamento, para colmatar a solidão sentida pela ausência do marido. Neste caso, engravidar foi uma decisão do casal, não foi algo que simplesmente aconteceu, mas algo planeado com uma finalidade. É de salientar que, apesar da justificação apresentada para engravidar, anteriormente, a participante já havia citado que: “para mim, o casamento sem filhos era, sei lá, achava que não podia existir, porque eu, no casamento, o que mais me entusiasmava era os filhos”, o que significa que também para esta mulher os filhos são encarados como uma consequência natural do casamento.

A entrevistada número 3, antes de engravidar, planeou e refletiu bastante sobre o assunto. Foi uma decisão consciente do casal:

“(...) apesar de a maternidade e a paternidade ter sido um desafio, considero que estamos a lidar bem com o desafio, conseguimos falar acerca das coisas que nos preocupam, dos desafios que vão surgindo e considero o que foi, foi um bom investimento nesta relação (...)”

Nas palavras da entrevistada percebe-se que a gravidez foi um projeto pensado e partilhado pelo casal, em que a mulher também pode decidir. Este facto difere muito do papel atribuído à mulher e ao homem da época Salazarista, apresentados por Aboim (2011), quando à mulher competia ser a guardiã do lar, assegurar a tranquilidade do marido e dos filhos e ao homem competia o papel de ganha-pão e de representante público da família. Neste modelo a família assenta numa hierarquia rígida de autoridade e poder, em que o homem decidia sozinho, não havia partilha entre o casal, logo a decisão de ter filhos não era analisada em conjunto pelos cônjuges.

No relato da entrevistada número 3, merece destaque o facto de esta ter sido a única a mencionar ter feito todos os exames necessários para se certificar que não haveria problemas em engravidar. Este pormenor é ilustrativo da evolução do planeamento familiar entre a época Salazarista e a atualidade, já que, agora, as mulheres têm acesso a um maior leque de informações.

São claras as diferenças existentes entre as três gerações de mulheres aqui representadas relativamente ao modo como planearam a gravidez. O comportamento de cada uma foi influenciado pelas características sociais, económicas e culturais vigorantes quando tiveram filhos. A entrevistada de 93 anos não planeou ter filhos, e deixou a natureza seguir o rumo normal, primeiro, porque durante o Estado Novo o planeamento familiar era inexistente, e segundo, porque a maternidade era encarada como uma obrigação das mulheres. A entrevistada de 70 anos decidiu juntamente com o marido, mas independentemente disso, desde pequena que associava o casamento aos filhos, o que também é reflexo da associação do casamento aos filhos. A entrevistada número 3, pertencendo a uma sociedade onde está difundido o planeamento familiar, não só planeou a gravidez, como também preparou esse momento através dos cuidados pré-natal.

Tendo em consideração os relatos das participantes, é possível verificar que a vivência da maternidade acompanha as alterações sociais, pois passou-se de uma época em que ter filhos não era um facto questionável, para outra, em que se planeia e prepara esse momento. As idades em que as entrevistadas foram mães também refletem as alterações sociais, pois a idade de nascimento do primeiro filho das entrevistadas aumenta à medida que a mulher é mais jovem, o que está em consonância com os dados fornecidos pelos indicadores sócio-demográficos, cujos valores mostram que desde 1960 as mulheres têm filhos cada vez mais tarde (Pordata, 2012). Assim, a entrevistada número 1, embora não se lembre da idade em que teve o primeiro filho, teve logo depois de ter casado, ou seja com 21 anos; a entrevistada número 2, casou em Outubro, com 25 anos, e teve a filha em Julho do ano seguinte, por isso tinha, 26 anos quando teve o primeiro filho. A entrevistada número 3, a mais jovem, teve o primeiro filho com 28 anos.

Ainda relativamente ao planeamento da gravidez e ao aumento da idade com que, na atualidade, as mulheres têm o primeiro filho, a entrevistada número 3 mencionou outro

fator que pode justificar a maior ponderação antes de se ter filhos e o consequente aumento da idade do nascimento do primeiro filho. Referindo-se ao momento escolhido para ter filhos disse o seguinte:

“(...) acho que foi na altura certa, mas... não sei se teria tido mais cedo, acho que não se proporcionou, não senti que pudesse ter sido mais cedo, acho que foi na altura certa, também pela relação, porque acho que era preciso cimentar um pouco a relação antes de se pensar na maternidade e na paternidade”. E3

Esta participante foi a única a referir a necessidade de maturação da relação do casal antes de ter filhos. Enquanto que as entrevistadas mais velhas casavam e tinham logo filhos, com o depoimento da entrevistada número 3 assiste-se ao surgimento de um valor novo: o bem-estar conjugal. Este novo valor vai ao encontro da mudança familiar relativa ao maior enfoque no casal, mencionado por Wall (2005) no trabalho que desenvolveu acerca das mudanças e dinâmicas de famílias portuguesas com filhos.

Relembrando as palavras de Schouten (2011, p. 54), em Portugal, “a maternidade é considerada, implícita ou explicitamente, como o destino esperado da mulher”. Esta condição feminina destacou-se sobretudo durante a governação Salazarista, onde, como se viu anteriormente, as mulheres deviam dedicar-se exclusivamente à organização doméstica e à “missão” para que nasceram: a de ter filhos.

Esta quase “imposição” da maternidade às mulheres determinou a exploração desta temática junto das participantes. Sendo assim, nesta unidade de análise foi explorada a opinião das entrevistadas em relação à associação da maternidade como obrigação e ainda em relação às causas que justificam o desejo de ter filhos.

À pergunta se alguma vez sentiram que ser mãe era uma obrigação de todas as mulheres, as entrevistadas responderam:

“(...) Não, nunca encarei isso dessa forma, achei pronto, (...) também há mulheres (...) não têm filhos, eu, pronto, eu gostava de ter filhos” (...). E2

“(...) Não, eu acho que cada mulher e cada homem, cada casal deve decidir e deve ser uma... uma decisão sentida e consentida por ambos, não deve ser nada que a mulher queira e o homem não ou que o homem queira e a mulher não

queira, porque de certeza que se assim for a situação não vai ser vivida da mesma maneira”.E3

É de salientar que a entrevistada número 1 não foi capaz de responder a esta questão, devido à avançada idade, alegando que não percebia. De modo a não constranger a entrevistada, para que a entrevista prosseguisse de forma descontraída, optou-se por não insistir e passar adiante.

As entrevistadas número 2 e 3 não consideram a gravidez como uma obrigação das mulheres, mas sim uma decisão da própria mulher ou do casal. Porém, segundo os dados bibliográficos explorados, a decisão de ter filhos nem sempre foi uma decisão livre. Só a partir de meados do século XX é que a fecundidade antiga e quase fatalista se transformou numa fecundidade moderna e contida. A procriação já não é uma inevitabilidade da vida a dois, mas uma opção do casal (Wall, 2005).

Quanto às facilidades e receios que sentiram durante a gravidez, as entrevistadas afirmaram o seguinte:

“ (...)” tinha ajudas da minha tia (...), depois, como eu disse, o meu marido já era gerente na fábrica e eu tinha uma rapariga que ia... naquele tempo era assim, ia lá uma rapariga que fosse a casa do gerente fazer os serviços que a gente quisesse e assim” (...). E1

“ (...) quando eu andava de bebé com, da minha filha pensei muitas vezes: ‘ah e se me dá as dores do filho quando o meu marido cá não está? Eu aqui não conheço ninguém’. (...) Pedi tanto a Nossa Senhora que fosse uma altura em que o meu marido estivesse em casa e fez-me a vontade. Foi num Domingo (...) Não ter quem me apoiasse, quer dizer dar-me as dores de repente e quem é que eu ia chamar? Não tinha telefone, não tinha nada. Quem é que eu ia chamar? Uma vizinha assim com convivência, eu não tinha nenhuma e eu, então, isso assustava-me, por um lado, mas, por outro, pensava: há-de ser o que Deus quiser e confiava”. E2

“ (...) não tinha medo de nada senão disso, de estar sozinha e que de repente... eu nem tinha telefone, eu não tinha nada. (...) Foi esse o único receio que tive, de resto, nunca tive receio de nada” E2.

(...) é assim, logicamente nós, nós colocamos sempre algumas questões, quer na relação, se nós vamos conseguir fazer as coisas da maneira que queríamos, quer a nível económico, se iríamos conseguir lidar com as despesas associadas à maternidade”. E3

“ (...) foram surgindo algumas questões, mas também foram questões importantes, que foram, que foi possível pensar durante esse tempo para nós também conseguirmos pensar atempadamente e, depois, na altura em que os problemas ou desafios foram surgindo, a gente já tinha conversado sobre eles, sobre essa possibilidade, pelo menos”. E3

De um modo geral, as entrevistadas não recordaram muitos receios e dificuldades da fase em que estiveram grávidas, todavia percebe-se no discurso da mulher mais jovem uma maior reflexão acerca dos “desafios” da gravidez, o que indica que, comparativamente ao passado, hoje, as mulheres refletem mais sobre as facilidades, dificuldades e medos inerentes à maternidade.

Relembrando Almeida (2004), a decisão de ter filhos ou momento dos nascimentos estão agora relacionados com uma escolha racional do casal ou do indivíduo, gerida em função dos ritmos e objetivos internos da vida em comum ou dos investimentos individuais noutras áreas, como a profissional. Atualmente, ter filhos é uma opção racional, ajustada às etapas da vida pessoal ou conjugal.

Enquanto que as entrevistadas mais velhas dirigem os seus discursos para as ajudas de terceiros (“tinha ajudas da minha tia” ou “não ter quem me apoiasse”), a participante mais jovem centra o discurso nela e no marido (“questões importantes que foram, que foi possível pensar durante esse tempo”). Durante a gravidez, as preocupações foram partilhadas entre os dois com a pretensão de facilitar obstáculos futuros.

Após o conhecimento das facilidades e receios das entrevistadas durante a gravidez, apresentam-se as respostas que deram relativamente às razões, que na opinião das participantes, fazem as pessoas querer ter filhos.

A este propósito, as entrevistadas referem:

“ (...) Raro é a pessoa, hoje, por exemplo, a minha filha casou e só teve um filho, mas foi porque aconteceu, não é?... Agora, este filho é casado e já tem dois ou três... dois, uma rapariga e um rapaz. A minha filha é felicíssima pelos netos, não é?... porque acha que aquilo, aquilo é uma casa cheia ”. E1

*“ (...) Eu, por mim, é mais, pronto, encaro os filhos como que ajuda o casal a manter uma relação mais, sei lá, mais alegre, porquê e depois, começa a ser uma rotina e, com o filho, hoje, é de uma maneira, amanhã já é de outra. (...) Às vezes, muda durante o dia mais do que uma vez e por isso, eu acho que ajuda o casal”
E2*

“ (...) Eu acho que as pessoas querem ter filhos por que é, como se chama, o relógio biológico, eu acho que nem todas as mulheres nem todos os homens querem ter filhos”. E3

Ulrich Beck assinala o “sentimento predominante no mundo ocidental de que um filho dá alegria e uma vida com mais variedade, numa época de desencantamento e individualização. Ter filhos é, “então, um tipo privado de reencantamento” (*cit in* Schouten, 2011, p.53)

A opinião das entrevistadas números 1 e 2 vai ao encontro do pensamento de Ulrich Beck (*cit in* Schouten, 2011), segundo o qual os filhos são associados à alegria. O relato “ por isso, filhos dão alegria, também dão muita tristeza, (...) que às vezes, quando eles estavam doentes e assim, mas, também dão muita alegria”, da entrevistada número 2, é bastante ilustrativo da prevalência da alegria, porque, apesar de haver o reconhecimento de que os filhos também provocam sentimentos de tristeza, no final, a alegria é de novo mencionada, como que se tudo o resto fosse esquecido.

A entrevistada número 2 afirmou que ter filhos ajuda o casal a ter uma relação mais alegre. Tal afirmação é confirmada com a seguinte frase:

“(...) o meu marido, quando vinha para casa, era uma loucura com a menina e tudo, pronto, e ele ficava muito contente de brincar com ela e ele brincava muito com ela (...)”

Relativamente à reflexão sobre a decisão de ter filhos, Badinter (2010, p. 18) refere:

“Toda a escolha pressupõe uma reflexão sobre as causas e as consequências. Pôr um filho no mundo é um compromisso prioritário a longo prazo. É a decisão mais emocionante que um ser humano é levado a tomar na sua vida”

Seguindo esta linha do pensamento de Badinter (2010), de que toda a escolha pressupõe uma reflexão e que um filho é um compromisso a longo prazo, perguntou-se às participantes se alguma vez ponderaram acerca das implicações que um filho iria trazer às suas vidas:

“(....) Tenho a impressão que não, porque, como disse, como o meu marido era gerente da fábrica, eu tinha quem fosse lá a casa fazer as coisas e aquela coisa toda, de maneira que estava muito amparada com ajudas”. E1

“(....) Não, eu gostava tanto de um menino ou de uma menina fosse o que fosse que eu não pensava nem sequer nisso, pronto.” E2

“(....) Sim, isso sem dúvida. Hum, mesmo na gravidez, nós vamos pensando, porque um filho, um filho altera a vida do casal, altera a vida da pessoa, não é possível fazer tudo o que se fazia antes, a partir do momento que se tem um filho, mas é um... é uma situação que, quando se quer ser pai e mãe, se aceita sem se pensar que... que isso vai ser um aspeto negativo” E3

Através do testemunho das entrevistadas de 93 e 70 anos, percebe-se que nunca se preocuparam com as implicações que um filho iria provocar na suas vidas, ou porque tinham ajudas ou porque o desejo de ter filhos era tão grande que não havia lugar para outros pensamentos. A posição da entrevistada número 3 difere muito das anteriores. Para esta jovem mãe, ter “um filho altera a vida do casal, altera a vida da pessoa”, e por isso mesmo, pondera-se muito as alterações que o filho vai provocar na vida dos progenitores. Porém, quando existe realmente a vontade de se ter filhos, as implicações são aceites sem qualquer conotação negativa, o que evidencia que as mulheres, apesar

de atualmente ponderem mais antes de decidirem engravidar, continuam a atribuir grande importância à maternidade.

De modo a perceber o tipo de reflexões que as mulheres fazem acerca de “pôr um filho no mundo” nas épocas em análise no presente estudo, perguntou-se às entrevistadas se, durante o processo de gravidez, pensaram naquilo de que poderiam ter de abdicar nas suas vidas por terem um filho:

“ (...) nunca, pronto, nunca questioneei lá o facto, não podia ir a um lado qualquer não ia, pronto”. E2

“ (...) acho que quando... quando uma mulher e um homem querem ser pais, não vêem isso como uma forma de ter... de não poder fazer as suas coisas, acho que se chega a um patamar em que se está pronto para abdicar daquilo que se quer, porque não se deve abdicar, mas para ceder, em prol duma criança, em prol de um filho, em prol das necessidades de uma criança, e é por isso que é importante as pessoas estarem preparadas, sentirem-se preparadas para isso”. E3

Salienta-se mais uma vez que a entrevistada número 1 não respondeu a esta questão por já não se lembrar do que pensou na altura em que teve filhos.

As respostas das entrevistadas comprovam que, quando se tem vontade de ter filhos, o restante torna-se secundário. No entanto, a entrevistada de 30 anos menciona “que é importante as pessoas estarem preparadas, sentirem-se preparadas para isso”, o que indica uma maior consciencialização das mulheres da atualidade para as mudanças resultantes da maternidade nas suas vidas.

Recordando Almeida (2011), nos dias de hoje ter filhos constitui uma opção racional, ajustada a um calendário étápico de vida pessoal ou conjugal, e em que a criança é pensada e feita por medida.

Se, no passado, tal como se observa no discurso da participante de 70 anos, não se questionava, por exemplo, o facto de, com o nascimento de um filho, não se poder ir a algum lado, resolvendo-se que “não ia, pronto”, hoje, assiste-se a uma transformação no universo de valores dos portugueses sobre o casal, a família, a criança e a infância, já que, como se verificou, ter filhos passou a ser uma opção racional.

Seguindo ainda a mesma ordem de ideias, a participante número 3 relatou:

(...) Sem dúvida, todo o dia a dia foi reorganizado, não é? Porque o número de tarefas aumenta, o número de situações a que se tem de dar resposta aumenta e as pessoas têm que se organizar de maneira diferente. Nós tivemos de nos organizar de maneira diferente e fomos experimentando até ver o que funcionava melhor, (...) vamos vendo, de acordo com a possibilidade de cada um e com o dia-a-dia de cada um. E3

4. Análise dos dados acerca da Maternidade

A presente unidade de análise tem como objetivo caracterizar a visão das entrevistadas em relação à maternidade, tendo em consideração as mudanças que os filhos introduziram nas suas vidas. Os dados sugerem que as mudanças dependem da realidade diária enfrentada por cada uma das entrevistadas.

A entrevistada número 1 respondeu que os filhos não lhe trouxeram grandes alterações porque “(...) *tinha sempre raparigas para ajudar ao serviço da casa ou qualquer coisa que fosse precisa, como o caso quando tive filhos: havia sempre uma rapariga que ajudava*”. E1.

A entrevistada número 2 afirmou “ *Claro, muda um pouco, porque a gente, pronto, não pode ir para muitos lados que gostaria de ir, passa muitas noites sem dormir*”. E2.

A entrevistada número 3 mencionou: “*É assim, na... na relação do casal muda, porque, para além de se ser casal, passa-se a ter outro tema, que é... que é a criança e que às vezes lança desafios, a nível da educação, a nível de como é que se devem estabelecer as regras, o que que... o que, que se deve fazer numa situação, isso vai, vai sendo necessário o casal discutir acerca desse assunto, não se é só marido e mulher, e para além de que também é difícil gerir a parentalidade com a conjugalidade*”. E3

Os testemunhos das entrevistadas número 2 e 3 manifestam algumas mudanças, sobretudo ao nível das exigências resultantes do nascimento de uma criança.

Para a entrevistada número 1, a maternidade não trouxe grandes alterações, primeiro porque teve funcionárias para lhe prestar apoio e depois, como foi sempre “dona de casa”, não teve de conciliar o trabalho doméstico com o profissional. Ser apenas dona de casa (sem prejuízo pelo trabalho desenvolvido), era, aliás, a realidade da maioria das mulheres em idade ativa da época Salazarista. A este propósito Salazar defendia:

“(...) O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda de importância, raro materialmente compensada pelo salário recebido” (*cit in Pimentel, 2011, p.55*).

Mas, ao longo dos anos, um número cada vez maior de mulheres começou a trabalhar fora de casa, em Portugal. A presente unidade de análise confirma precisamente esse facto, ao demonstrar que as participantes pertencentes às gerações seguintes da entrevistada número 1 têm uma crescente integração no mercado de trabalho:

“(...) na minha profissão, pronto, era a costura muitas vezes, não podia trabalhar, (...) pronto não deixei totalmente, mas praticamente deixei um pouco a costura, porque (...) chegava hoje, ela estava com febre e eu tinha de ir para a Caixa e passava lá o dia inteiro à espera de uma vaga, pronto, ora não fazia, não trabalhava, e então o que é que eu tinha de fazer? Dediquei-me aos bordados, porque os bordados não era uma coisa que seja assim uma data fixa” E2

“(...) a nível profissional, trouxe-me algumas alterações, na medida em que, quando o meu filho fica doente, eu tenho que meter dias, a questão da licença de maternidade, por acaso, na minha, no meu local de trabalho, também aceitam bem (...)” E3

Embora o nascimento dos filhos tenha obrigado a alguns reajustes profissionais, as entrevistadas número 2 e 3 continuaram a trabalhar. Contudo, é de salientar que mesmo entre estas entrevistadas o tempo dedicado à atividade profissional é divergente, na medida em que a número 2 trabalhava apenas a tempo parcial, quando tinha disponibilidade, e a mais jovem trabalha, à semelhança da maior parte das mulheres da atualidade, a tempo inteiro.

De acordo com o estudo de Santos (2008), a crescente noção da necessidade de complementaridade da carreira com a vida familiar para o bem-estar pessoal leva a que muitas mulheres ao longo da vida realizem acomodações da esfera profissional à esfera familiar e pessoal, e da esfera familiar e pessoal à esfera profissional.

Talvez seja pela constante necessidade de realizar acomodações que a entrevistada número 3 caracteriza a maternidade assim: *“(...) É, sem dúvida, um desafio... sem dúvida, mas é um desafio aliciante e, e é um desafio que dá gosto vencer que dá gosto ir vencendo”*.

A entrevistada número 3, ao trabalhar a tempo inteiro fora de casa, sente maior necessidade de ajustes entre a vida familiar e a profissional, pois como se verificou anteriormente, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho permitiu que as mulheres deixassem de se dedicar unicamente à família, porém, é a mulher emancipada que continua a suportar a inferioridade do género de vida doméstica, com a dupla jornada, ou seja, a junção da profissão com a vida familiar (Camps, 2001).

Apesar de, na maioria das famílias continuar a ser a mulher a possuir a carga mais elevada do trabalho dentro de casa, a participação dos homens no trabalho doméstico aumentou, tendência que se mantém na atualidade. O testemunho da entrevistada número 3 ao falar sobre a reorganização de tarefas após o nascimento do filho confirma essa nova realidade:

“(…) todo o dia a dia foi reorganizado, não é? Porque o número de tarefas aumenta, o número de situações a que se tem de dar resposta aumenta e as pessoas tem que se organizar de maneira diferente. Nós tivemos de nos organizar de maneira diferente e fomos experimentando até ver o que funcionava melhor (...), umas vezes ele dá-lhe de comer, outras vezes, sou eu, umas vezes, é ele que dá o banho, outras vezes sou eu, vamos vendo de acordo com a possibilidade de cada um e com o dia-a-dia de cada um (...).

Verifica-se que há partilha de tarefas entre o casal, principalmente em relação aos cuidados com o filho. Esta partilha de tarefas entre homem e mulher difere muito da realidade familiar do período Salazarista, onde as mulheres se deviam dedicar unicamente às tarefas femininas no Lar, enquanto que o sustento da casa devia ser tarefa exclusiva dos homens (Pimentel 2002).

Na questão do que imaginavam sobre ter filhos, as participantes manifestaram sobretudo sentimentos de alegria, preocupação e felicidade, associados à maternidade.

“Eu acho que sim, que vale a pena (...) E depois, com o toda a família ficou feliz por ter... primeiro, foi a minha filha, a menina, e depois, foi o filho”. E1

“(…) a minha preocupação é que eles fossem educados e, se pudessem estudar, se tivessem capacidade para isso, eles estudarem. (...) O meu desejo era só esse.

A educação, respeitar os outros (...) e que depois, e les estudarem até que eu pudesse e que eles conseguissem ser felizes dentro da profissão deles” (...). E2

*“(...)”eu queria ser mãe, sei lá, porque senti que queria ser mãe, não foi por nenhum motivo específico, mas porque senti que queria ser mãe, senti que ia ser bom ser mãe, senti que ia ser bom termos... termos uma criança com quem partilhar as nossas felicidades, com quem sei lá, não sei, não sei descrever” (...)
E3.*

Na análise do texto da entrevistada número 1, verifica-se a sua satisfação por ter agradado a família com a chegada de um filho seu. A entrevistada em vez de referir a alegria que ela própria sentiu quando teve um filho, falou da alegria que esse nascimento proporcionou à sua família. Esta valorização do que a família pensa pode estar relacionada como que Monteiro (2011) apresenta como o reflexo da influência da educação sexista transmitida pelas famílias portuguesas, visível nas diferentes expectativas para rapazes e raparigas. Às filhas, nessa educação é-lhes incutido que devem seguir o modelo da mãe, ou seja, o casamento e a maternidade. Sendo a entrevistada de 93 anos “herdeira” desse legado, a citada satisfação pode ser motivada pelo “cumprimento” do que lhe era devido como filha.

Na geração da entrevistada número 3, a experiência de mãe deixa de estar dependente da família e centra-se na própria pessoa. A entrevistada refere: “senti que queria ser mãe.

À pergunta se o que imaginavam acerca da maternidade correspondeu à realidade, as entrevistadas, responderam:

“Sim, correspondeu, qualquer um deles era muito carinhoso e principalmente o meu filho andava sempre agarrado a mim” E2.

“(...) Faço um balanço positivo, qualquer um deles nunca falharam um ano, nunca reprovaram, nunca deixaram nada para trás, se não fizeram tudo, não nada, deixei-os também escolher, cada um escolheu o que quis, não interferi em nada, pronto, cada um foi para aquilo que decidiu ir(...)”. E2

“ (...) Imaginava aquilo que é, logicamente que há momentos que são mais difíceis e que a gente não pensava, não é? Mas os momentos bons da maternidade compensam aqueles momentos mais tristes de quando ele está doente, de quando a gente não consegue descansar durante a noite, mas depois, vê-lo sorrir, vê-lo aprender coisas, vê-lo dizer os nossos... “mamã” “papá” cada conquista que ele vai fazendo, compensa tudo, todas aquelas coisas me nos boas” E3

“ (...) se calhar, na altura que em que estava grávida e no início talvez aquela sensação de que não sei se vou conseguir, mas, à medida que vamos conseguindo, vamos ficando mais confiantes nas nossas capacidades.” E3

Realça-se, uma vez mais, que os 93 anos da entrevistada número 1, não lhe permitiram responder a esta questão, devido a alguma falta de memória.

No discurso da entrevistada número 2 é explícita a preocupação com a formação dos filhos. Tal facto vai ao encontro do que Almeida (2011, p. 158) refere como uma ideologia típica do Estado Novo, que “consiste na ambição dos pais, em matéria de socialização, transmitir aos seus filhos qualidades como ter boas maneiras, ser trabalhador, obediente e poupado”.

De uma maneira geral, o que as entrevistadas tinham imaginado sobre a maternidade correspondeu à realidade. Embora, os filhos impliquem, como se viu, muitas mudanças na vida, para estas mulheres, a maternidade continua a ser muito importante na realização pessoal.

5. Principais destaques da confrontação de dados

Na análise e discussão dos resultados procurou-se responder às perguntas de partida e atingir os objetivos do presente trabalho. Deste modo, elaborou-se, agora, um resumo dos dados analisados, com o intuito de comprovar de que forma as perguntas de partida obtiveram resposta e os objetivos foram cumpridos.

Na primeira unidade de análise procedeu-se à caracterização pessoal das entrevistadas. Através das datas de nascimento demonstrou-se a adequação etária das três participantes aos períodos considerados para a análise deste estudo, o que era imprescindível, na medida em que os objetivos propostos pretendiam verificar o impacto das condições sociais, económicas e culturais na vivência da maternidade dessas mulheres.

Através da análise dos processos de socialização, comprovou-se que as entrevistadas observaram e apreenderam modelos, comportamentos e valores que contribuíram para a formação das suas identidades. Tal facto permite responder afirmativamente à pergunta de partida, que se referia ao reflexo do período da infância e da adolescência nos ideais sobre a família das mulheres. O ideal de família formulado pelas entrevistadas teve por base a educação que tiveram.

Apesar de não constar das perguntas de partida, o confronto dos dados empíricos com o enquadramento teórico também permitiu constatar alguns acontecimentos, considerados igualmente pertinentes para este estudo, na medida em que evidenciam o impacto das condições sociais económicas e culturais das diferentes épocas na vida das entrevistadas.

O grau de escolaridade das entrevistadas é um exemplo disto mesmo. Durante a época Salazarista a reduzida escolaridade obrigatória fez com que a entrevistada número 2 tivesse de sair da escola por impossibilidade financeira para prosseguir os estudos. A entrevistada mais nova pertencente a uma geração onde a escolaridade obrigatória vai até mais tarde, possui um grau de escolaridade superior. A entrevistada de 93 anos, foi impedida de prosseguir os estudos por não ter quem a acompanhasse à escola.

Por questões de dignidade moral, durante o Salazarismo as mulheres não deviam andar sozinhas na rua, e por este motivo, a entrevistada parou de estudar. Esta proibição demonstra o impacto das condições sociais do período Salazarista na vida das mulheres.

Na segunda unidade de análise observou-se a transição para a vida adulta das entrevistadas. Em relação ao poder de escolha para o casamento, a análise das entrevistas permitiu verificar que as entrevistadas casaram todas de livre vontade, contudo, a revisão bibliográfica demonstrou que na época Salazarista era comum a celebração de casamentos por conveniência. Perante isto, apesar da revisão bibliográfica determinar que as mulheres nem sempre tiveram poder de escolha em relação ao casamento, não foi isso que se verificou no presente estudo, pois mesmo as entrevistadas mais velhas, que casaram durante o Salazarismo, fizeram-no de livre vontade.

Relativamente à questão se no período salazarista as mulheres casavam mais jovens do que na atualidade, os resultados das entrevistas são consentâneos com a revisão bibliográfica: de facto, no passado as mulheres casavam mais cedo. A entrevistada com mais idade casou com 20 anos, enquanto que a mais jovem casou com 25 anos.

Outra das perguntas para a qual se pretendia resposta era se o casamento esteve sempre associado aos sentimentos. O testemunho das entrevistadas não foi esclarecedor em relação a este assunto. Todas manifestaram ter casado de livre vontade, mas não falaram explicitamente acerca dos seus sentimentos, porém, a existência de uma hierarquia familiar rígida de autoridade e poder do sexo masculino sobre o sexo feminino, demonstrada pela revisão demográfica, permite afirmar que o casamento em Portugal não esteve sempre associado aos sentimentos. Esta é uma alteração ocorrida após o 25 de Abril de 1974, pois foi a partir daí que se iniciou uma sentimentalização das relações.

Na terceira unidade de análise procurou-se explorar a experiência da gravidez das entrevistadas.

No que se refere ao planeamento da gravidez os dados das entrevistas indicam comportamentos influenciados pelas características sociais, económicas e culturais dos diferentes contextos a que cada uma das entrevistadas pertence. A entrevistada de 93 anos não planeou ter filhos e nunca utilizou métodos contraceptivos, o que vai ao

encontro da revisão bibliográfica, pois durante o Estado Novo o planeamento familiar era inexistente e a maternidade fazia parte das ideologias do governo para as mulheres. Perante estas evidências à questão: se no período Salazarista, as mulheres planeavam a gravidez, pode-se afirmar que não.

A entrevistada número 2 decidiu engravidar juntamente com o marido, no entanto, a participante cresceu com a ideologia Salazarista da associação do casamento aos filhos.

A entrevistada número 3, representante da geração mais jovem deste estudo, planeou a gravidez e utilizou a informação sobre planeamento familiar, hoje, facilmente disponível, para preparar em segurança a sua gravidez. Os dados apresentados, também permitem responder à pergunta se o planeamento familiar sofreu alterações da época Salazarista para a atualidade. Os dados obtidos com as entrevistas, juntamente com a revisão bibliográfica possibilitam assegurar que houve, de facto, uma grande alteração no planeamento familiar, nomeadamente, ao ter em conta que se passou da ausência total de planeamento, em que ter filhos era um facto inquestionável, para outra em que se planeia e prepara esse momento.

Durante a análise da terceira unidade verificou-se ainda que as idades em que as entrevistadas foram mães também são fruto das alterações sociais, pois a idade de nascimento do primeiro filho das entrevistadas aumenta à medida que a mulher é mais jovem, o que também está em consonância com os indicadores socio-demográficos apresentados na revisão bibliográfica.

De acordo com o que ficou patente durante a revisão bibliográfica, no Estado Novo o planeamento familiar era inexistente e a maternidade fazia parte das obrigações das mulheres. Tendo em conta esta premissa, outra das questões de partida era se o papel reprodutivo atribuído às mulheres no passado podia tornar a maternidade como uma obrigação para as mulheres. Considerando os dados fornecidos pela revisão bibliográfica, no passado a maternidade podia ser entendida como uma obrigação, até porque, só a partir de meados do século XX é que a fecundidade se transforma numa opção do casal. Porém, este estudo revela que a maternidade não é uma obrigação, na medida em que as entrevistadas a consideram como uma decisão do casal.

Na quarta unidade de análise procurou-se caracterizar a visão das entrevistadas em relação à maternidade, tendo em consideração as mudanças que os filhos provocaram nas suas vidas. A análise dos dados empíricos indicou que a entrevistada mais jovem pondera mais acerca das implicações que um filho acarreta. Acredita-se que tal facto se deva à crescente integração das mulheres no mercado de trabalho, que exige a realização de maiores ajustes entre a vida familiar e profissional.

Em relação à pergunta de partida se as alterações que um filho produz na vida das mulheres estão relacionadas com a época em que as mulheres vivem, de acordo com a realidade das entrevistadas, a resposta é afirmativa. O facto de trabalhar a tempo inteiro, faz com que a entrevistada mais jovem sinta maior necessidade de reajustes na sua vida. A entrevistada de 93 anos nunca exerceu uma atividade profissional e teve sempre ajuda de terceiros, daí não ter sentido grandes alterações na vida. No caso da entrevistada de 70 anos, como trabalhava em casa, o nascimento dos filhos também não implicou mudanças muito significativas.

Quando às expectativas das mulheres em relação à maternidade, a entrevistada de mais idade centrou o seu discurso na satisfação que proporcionou à sua família com o nascimento do seu filho. A entrevistada de 70 anos manifestou grande preocupação com a formação pessoal e profissional dos seus filhos. A entrevistada número 3 encara a maternidade como um desafio muito satisfatório, não só para si como para o seu marido, apesar das dificuldades.

Os dados recolhidos nas diferentes unidades de análise indicam que os comportamentos das entrevistadas são, na sua maioria, uma consequência das condições sociais, económicas e culturais, vividas pelas participantes do estudo nas épocas correspondentes à sua geração.

A vida da entrevistada número 1 assemelha-se em vários aspetos, à realidade da maioria das mulheres que viveram durante o período Salazarista. Foi educada segundo uma ideologia de proteção moral do sexo feminino, casou cedo e dedicou-se exclusivamente ao marido e aos filhos, sem nunca ter exercido uma atividade profissional. Porém, o seu testemunho também evidenciou comportamentos pouco condizentes com a época em que viveu, como, por exemplo, uma relação conjugal afetiva, sem a imposição da autoridade masculina.

A entrevistada número 2 caracteriza o período pós 25 de Abril, em que a integração das mulheres no mercado de trabalho aumenta de forma muito significativa, onde o casal começa a desvincular-se da família e a ganhar independência, ocorre uma difusão dos métodos contraceptivos e a consequente iniciação ao planeamento familiar. Todavia, também esta entrevistada apresenta comportamentos divergentes dos mencionados, como o facto de ter abdicado de um maior investimento profissional para ser mãe e dona-de-casa.

A entrevistada número 3, pertencente a uma época em que mulheres planeiam o momento de ter filhos de acordo com outros objetivos pessoais, como a carreira profissional e o investimento na relação conjugal, revela, através do esforço para conjugar a vida familiar com a profissional, uma dedicação ao lar que relembra as “donas-de-casa” da época Salazarista.

Perante o exposto, pode-se afirmar que apesar do comportamento das entrevistadas refletirem as características das épocas correspondentes à sua geração, há sempre variantes pessoais a ter em consideração. Assim, é possível concluir que os objetivos do presente trabalho foram cumpridos, na medida em que se confirmou que as condições sociais económicas e culturais vividas durante o período Salazarista, pós 25 de Abril e atualidade, tiveram impacto na vivência da maternidade das mulheres entrevistadas, porém, sempre com a ressalva, para a existência de possíveis discrepâncias.

De um modo geral, as três gerações de mulheres representadas neste estudo vivem a maternidade de uma forma prazerosa e como sinónimo de felicidade.

Apesar de todas as alterações da maternidade, nomeadamente: a descida das taxas de natalidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a idade cada vez mais avançada da mulher ao nascimento do primeiro filho, o desejo de realização profissional das mulheres e da dupla jornada trabalho que as mulheres da atualidade hoje enfrentam, de acordo com os dados recolhidos, a maternidade continua a assumir grande importância na vida das mulheres.

REFLEXÕES FINAIS

No final do percurso de escrita, vale a pena apresentar alguns desafios e questões de maior relevância que se destacaram neste estudo.

Partiu-se da apresentação de um perfil de fecundidade em queda significativa desde a época Salazarista até à atualidade. Essa queda, comprovada através dos indicadores estatísticos, foi enquadrada num cenário de mudanças de comportamentos e valores face à conjugalidade e principalmente à maternidade. Foi da procura de relações entre as citadas mudanças de comportamentos que se pretendeu perceber a forma como as mulheres interpretam e vivem, atualmente, a maternidade. No entanto, convém salientar que este não aspirou ser um estudo representativo da sociedade portuguesa, mas sim o retrato de 3 gerações de mulheres.

Introduzir a experiência individual, o ponto de vista dos participantes (neste caso, três mulheres com filhos, pertencentes a diferentes gerações), contribuiu para trazer para a investigação olhares subjetivos sobre processos de mudança, ocorridos em épocas marcantes da sociedade portuguesa, nomeadamente no período Salazarista, na época após o 25 de Abril de 1974 e na atualidade.

A contextualização das épocas em estudo, depois da exposição de alguns conceitos chave do presente trabalho, permitiu assinalar uma diversidade de práticas e representações entre as épocas analisadas.

A compreensão da vida conjugal e familiar nos períodos analisados fornece um conjunto de informações, em várias dimensões da vida do casal que podem ser interpretadas como explicações para as representações da maternidade das mulheres durante esses períodos. Assim, constatou-se que durante o período Salazarista, de acordo com o ideal de família, para as mulheres estava reservada a maternidade e cuidar da casa, ao passo que, para o homem estava reservado ganhar dinheiro, ser o guardião da moral da família e prestar assistência aos seus dependentes. A família assentava numa hierarquia rígida de autoridade e poder do sexo masculino sobre o sexo feminino. Neste contexto, durante o Estado Novo, a mulher estava exclusivamente dedicada ao lar e à maternidade.

Com a revolução de Abril de 1974 é estabelecido, pela primeira vez, o princípio da igualdade entre os cônjuges. Observa-se a passagem para uma sentimentalização das relações, e igualdade de direitos dentro da família. A mulher começa a ser vista como um indivíduo e não apenas como um ser reprodutor. A generalização do acesso à contraceção vem possibilitar a dissociação entre sexo e procriação, o que permitiu a rutura com o determinismo biológico a que as mulheres estavam sujeitas. A integração das mulheres no mercado de trabalho terminou com a dedicação exclusiva ao marido e aos filhos, e promoveu a inclusão da carreira profissional na realização pessoal da mulher.

O estudo empírico ilustra bem a diferença existente, para as mulheres, que viveram a maternidade na época Salazarista, no pós 25 de Abril e na atualidade. Este desfasamento só é plenamente bem entendido tendo, precisamente, em consideração o universo de representações de cada uma das entrevistadas, ou seja, a centralidade exclusiva atribuída à maternidade na construção das suas identidades tem, afinal, um papel decisivo na estruturação dos comportamentos. A presença de três gerações no estudo situa as mulheres em tempos sociais económicos e culturais distintos da história portuguesa, ao longo dos quais, é desigual o papel atribuído à mulher.

Assim, a entrevistada mais velha retrata o período em que a defesa do papel da mulher enquanto mãe não permitia o planeamento familiar nem o exercício profissional. O comportamento da entrevistada refletiu as normas vigentes na sociedade em que vivia, por um lado, porque a sua gravidez não foi planeada e também nunca utilizou qualquer método contracetivo. Por outro lado, como na sua época a maioria das mulheres não trabalhavam fora de casa, a decisão de ter filhos não era muito refletida.

A entrevistada que retrata o período pós 25 de Abril, já planeou a sua gravidez juntamente com o cônjuge, porém, ao pertencer a uma época em que os filhos eram encarados como uma consequência natural do casamento, ela mencionou nem sequer colocar a hipótese de não ter filhos. Embora admita que os filhos provocam alterações na vida dos pais, a vontade de ser mãe era tanta que não refletiu sobre as mudanças que a maternidade iria trazer à sua vida.

A entrevistada que retrata a atualidade, planeou a gravidez, refletiu muito acerca das implicações de um filho e preparou esse momento através dos cuidados de saúde

recomendados. Este comportamento é o reflexo de estar integrada numa sociedade onde está difundido o planeamento familiar e onde as mulheres, maioritariamente, trabalham a tempo inteiro fora de casa, havendo por isso maior necessidade de ajustes entre a vida familiar e a profissional.

A explicação para a diversidade de comportamentos das entrevistadas em relação à maternidade, está nas condições sociais, económicas e culturais, características das épocas em que vivem. É, então, possível afirmar que os objetivos do presente trabalho foram cumpridos. Ao ter-se observado que os comportamentos em relação à maternidade são uma consequência das condições sociais, económicas e culturais, vividas pelas participantes do estudo nas épocas correspondentes à sua geração, nomeadamente, durante o período Salazarista, no pós 25 de Abril e na atualidade, confirma-se o impacto dessas condições na vivência da maternidade das entrevistadas.

Com este trabalho, cujo objetivo principal era compreender as representações da maternidade de mulheres portuguesas, verificou-se que as representações que as mulheres formulam sobre a maternidade são influenciadas pelo meio social económico e cultural. Porém, apesar de na sociedade atual as mulheres investirem noutras áreas, como a profissional, antes de ter filhos, não se pode falar de uma desvalorização da maternidade, mas sim de uma alteração nas representações que possuem acerca da maternidade.

A maternidade continua a ser importante na vida das mulheres, pois, embora, a decisão de ter filhos ou as datas dos nascimentos sejam atualmente geridas em função dos ritmos e objetivos da vida, as mulheres reorganizam as suas vidas de modo a não ter de abdicar da experiência da maternidade.

Pretendendo realçar a importância que a maternidade continua a assumir para as mulheres, termina-se este trabalho, citando as palavras da entrevistada de 30 anos ao referir-se à fase da gravidez:

“ É mágica. Foi uma fase muito bonita, é diferente daquilo que se ouve a descrever, acho que só sentindo. Vai-se criando uma relação com o bebé muito especial, é um momento também muito giro para o casal, é ... é especial e mágica (...)” E3

Bibliografia

ABOIM, Sofia. (2000). Mulheres entre o público e o privado. Ideais de igualdade e ambivalências normativas na decisão sexual do trabalho. *In: AMÂNCIO, Lígia et al. O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 351-364.

ABOIM, Sofia (2005). Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade. *In: WALL, Karin, Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais. pp: 233 -295

ABOIM, Sofia. (2011). Vidas Conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação. *In: MATTOSO José. História da Vida Privada em Portugal*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 80-111.

ALMEIDA, Ana, Nunes. (2011) O Mundo da infância: olhares, espaços e personagens. *In: José. História da Vida Privada em Portugal*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 142-173.

ALMEIDA Ana Nunes et al. *Fecundidade e Contraceção: Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. 2004

AMÂNCIO, Lígia et al. *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*. Lisboa, Dom Quixote, 2007

AMÂNCIO, Lígia (2002). O género na psicologia social em Portugal: perspetivas atuais e desenvolvimentos. *Ex Aequo*, vol. 6. Oeiras: Celta Editora: pp. 55-75

BADINTER, Elisabeth. *O Conflito e a Mãe*. Lisboa. Relógio d'Água, 2010

BARDIN Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 2004,

BARRETO, António et al. *A situação social em Portugal, 1960-1995*”, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996

CAMPS, Victoria. “*O Século das Mulheres*”. Lisboa. Editorial Presença, 2001

CASIMIRO, Cláudia. Tensões, Tiránias e violência familiar: da invisibilidade à denúncia. In: MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portuga*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 112-141.

COELHO Lina, (2006), “A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal”, oficina do CES, nº 255. Acedido em 26/03/2013,

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Igualdade de Género em Portugal*; Presidência do Concelho de Ministros, Lisboa (2010),

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; *Igualdade de Género em Portugal*; Presidência do Concelho de Ministros, Lisboa (2011),

COUTINHO, Clara Pereira, *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Almedina, 2011

CUNHA Vanessa (2005). A fecundidade das famílias. In: WALL, Karin, *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciência Sociais. pp: 395 -464

DIAS, Isabel (2008). Família e trabalho feminino: o género das desigualdades. *Ex Aequo*, vol.15. Oeiras: Edições Afrontamento: pp: 149-160

GAIO Gina Santos (2008), “Género, carreiras e a relação entre o trabalho e a família: uma perspetiva de gestão”, e-cadernos ces, 1, 97-120. Acedido em 26/03/2013, <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>

GUERRA, C. Isabel. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, sentidos e formas de uso*. Cascais. Principia, 2006

JOAQUIM, Teresa; GALHARDO, Anabela. *Novos Olhares Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*. Oeiras, Celta Editora, 2003

LIPOVETSKY, Gilles. *A Terceira Mulher, Permanência e Revolução do Feminino*. Lisboa, Instituto Piaget, 1997

MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portugal*, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2011

MÓNICA, Maria Filomena. A evolução dos costumes em Portugal – 1960-1995. In: BARRETO, António et al. *A situação social em Portugal, 1960-1995*”, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 215-231

MONTEIRO, Teresa, Libano. Fés, Credos e Religiões. In: MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portugal*, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 278-307

PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar, a política feminina do estado Novo*, Círculo de Leitores e Temas e Debates 2011

PIMENTEL Irene Flunser. O Estado Novo, as mulheres e o feminismo. In: Ligia et all. *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 90-106.

PERROT, Michell, *Uma História das Mulheres*, Porto, Edições Asa, 2007

POIRIER, Jean, RAYBOUT Paul, VALLADON Simone. *Histórias de Vida, Teoria e Prática (2ª Edição)*. Oeiras, Celta Editora, 1999

POLICARPO, Verónica. Sexualidades em construção entre o privado e o público. In: MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portugal*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 48-79.

QUEIRÓS, Clara. Um caminho que seja seu, as Mulheres e a Ciência. In: Ligia et all. *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 217-228

SCHOUTEN, Johanna Maria, *Uma Sociedade do Género*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, Lda., 2011

SILVA Santos Augusto, PINTO Madureira José, *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 15ª edição, 2009, Porto

TAVARES, Manuela. Feminismos em Portugal – Rupturas e Continuidades na Luta pela Despenalização do Aborto. In: AMÂNCIO, Lígia et al. *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 292-305.

TORRES, C. Anália. *Vida Conjugal e Trabalho, uma Perspectiva Sociológica*. Oeiras, Celta Editora, 2004

VALA Jorge, MONTEIRO Benedicta Maria, *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação, Lisboa 1993.

VIEIRA Maria Manuel. (2011) Aprendizagens, escola e a pedagogização do quotidiano. In: MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portugal*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 174-207.

WALL, Karin, *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005

WALL, Karin, AMÂNCIO, Lígia. *Atitudes Sociais dos Portugueses, a família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008

WALL, Karin. A construção do Estado: políticas públicas de família. In: MATTOSO José. *História da Vida Privada em Portugal*. Maia, Círculo de Leitores, Temas e Debates, pp. 340-374.

www.ine.pt Anuário Estatístico de Portugal 2010 - Edição 2011 acesso em 08.04.2011

ANEXOS

“As representações da Maternidade”
Retrato de três gerações de mulheres

ANEXO A

Parecer da Comissão de Ética
da Universidade Fernando Pessoa
sobre o estudo.



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

*De conhecimento
à d.ª e O.ª, Sr.ª,
Gomes
02/04/2013*

Exma. Senhora
Prof. Inês Gomes
Diretora da FCHS

Porto, 25 de Março de 2013

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de apreciado o projeto de Dissertação de Mestrado em Serviço Social, de Márcia Susana Jesus Almeida Timóteo, intitulado "As Representações da Maternidade", considera não ter nada a opor. Sugere, contudo, que a definição do período a estudar seja temporal e não adjetivada.

Com os melhores cumprimentos.

A Vice-Presidente da
Comissão de Ética

Teresa Martinho Toldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

N.º 502 057 602 • Reg. Conservatória n.º 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

BEITORRIA • [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] • [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 • 4249-004 Porto-Portugal • T. +351 22 507 1300 • F. +351 22 550 8269 • geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] • [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 296 • 4200-150 Porto - Portugal • T. +351 22 507 4630 • F. +351 22 507 4637 • R. Delém Maia, 334 • 4200-253 Porto - Portugal
T. +351 22 509 6371 • geral.asaude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida • R. Conde de Berrandós • 4930-078 Ponte de Lima-Portugal • T. +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 • geral.plima@ufp.pt

ANEXO B

Declaração de consentimento da
Comissão de Ética da
Universidade Fernando Pessoa.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estudo (em português):

Eu, abaixo-assinado (nome completo) _____

responsável pelo participante no projecto (nome completo) _____

_____ ,
compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____ / ____ / 20__

Assinatura do Responsável pelo participante no projecto: _____

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura:

“As representações da Maternidade”
Retrato de três gerações de mulheres

ANEXO C

Guião da Entrevista

GUIÃO DA ENTREVISTA

Data de nascimento: _____ Estado civil: _____ Escolaridade: _____

Iª Parte

Onde nasceu?

Quantos irmãos tinha?

Quem a criou ou tomou conta de si durante a infância?

O que acha das condições de vida que teve durante a sua infância e juventude?

Tiveram influência nas suas ideias acerca do casamento e de ter filhos?

IIª Parte

Vamos falar um pouco da sua transição para a vida adulta.

Sente-se bem? Parece-lhe que podemos prosseguir?

Gostava que falasse do seu casamento.

Com que idade casou?

Casou de livre vontade?

Como era/é o relacionamento com o seu marido?

IIIª Parte

Vamos então falar sobre a sua experiência como mãe.

Como foi a decisão de ser mãe?

- Foi planeada;
- Imposta;
- Simplesmente aconteceu;

Como descreve a fase em que esteve grávida:

- Facilidades;
- Dificuldades?
- Receios;

Alguma vez sentiu que ser mãe era uma obrigação de todas as mulheres?

Na sua opinião, e tendo em consideração a sua própria experiência, o que faz as pessoas quererem filhos?

- Perpetuar a família, com a transmissão dos seus valores;
- Tornar o dia-a-dia mais alegre;
- Melhorar a relação do casal;
- Evitar uma velhice solitária;

Quando decidiu ter filhos pensou:

- Ter menos tempo para si própria;
- Impossibilidade de sair com os amigos;
- Abdicar de alguns gostos e rotinas pessoais.

O que mudou na sua vida, o seu filho?

- Casamento;
- Profissão;
- Atividades de Lazer;

A maternidade parece-lhe um desafio? Tendo em conta :

- Ter de pensar sempre em primeiro lugar no bem-estar de outra pessoa;
- Ser responsável pelos seus actos;
- Dependere de si durante muito tempo;

O que é que imaginava sobre ter filhos?

A sua vivência da maternidade correspondeu às suas expectativas?

Exerce ou exerceu uma profissão?

Se sim, alguma vez se perguntou:

- Que influencia teria um filho no seu percurso profissional;
- Como iria conciliar a sua carreira com a educação de um filho;
- Como iria reorganizar a sua vida doméstica.

ANEXO D

Matriz conceptual
referente à unidade de análise 1
do guião de entrevista

Tema

As Representações da Maternidade

Categoria

Acerca da infância e juventude

Sub-categoria

Agentes de socialização

Unidade de Análise		
Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Caraterização Pessoal	<p>E2 – “(...) nasci em 16 de Novembro de 1942, sou casada e tenho a antiga quarta classe”.</p> <p>E1 – “(...) Eu nasci em 1919 no dia 25 de Agosto”.</p> <p>E1 – “(...) Nasci em Setúbal”.</p> <p>E3 – “(...) nasci em Lisboa em 29 de Setembro de 1983 e sou licenciada.</p> <p>E2 – “(...) Nasci em Pias, Ferreira do Zêzere, Distrito de Santarém”.</p>
	Percursos escolares	<p>E1 – “ (...) Estudei até ao 2º ano dos liceus mas naquela minha altura que eu estudei o que é que acontecia nós raparigas não podíamos ir para a rua sem ir sempre com uma pessoa que nos fosse</p>

		acompanhar e tal (...) era lá a empregada da minha tia e então ela coitadinha acompanhava-me até eu cheguei a fazer o 2º ano dos liceus depois ela morreu e elas disseram logo ai agora não temos a (...) para te acompanhar não vais, não vais, não vais e pronto é assim”.
	Número de irmãos	E2 - “ (...) Tive um irmão. Faleceu com um ano e meio, portanto faleceu pequenino. Foi uma pneumonia quer dizer foram duas pneumonias, ganhou uma primeiro e depois foi a segunda e ele não resistiu”.
		E1 – “ (...) Uma rapa... uma irmã e dois irmãos portanto eramos 4 mas ela, essa minha irmã morreu caiu coitadinha no jardim do quintal e morreu e tenho os dois rapazes, é que ainda são vivos”
	Estatuto da criança	E2 - “(...) apanhar comida para os coelhos, ir apanhar couves para as galinhas, ir quando era o tempo da azeitona apanhar azeitona (...) as meninas ou trabalhavam no campo ou iam aprender costura (...)”
		E3 – “ (...) Sim, dois da parte da mãe e dois da parte do pai que não conheço”.
	Processo de socialização	E2 - “ (...) Foi com a minha mãe porque o meu pai ausentou-se tinha eu 5 anos, pronto, nunca mais. Só quando eu já tinha 40, 30 à volta de 30 e tal anos foi quando eu (...) quando eu o vi pela primeira vez, há quer dizer pela primeira vez não, quando eu o voltei a conhecer”.
		E1 – “ (...) Eu tinha 2 anos, os meus pais viviam no Alentejo e ainda lá vivem 2 irmãos, mas eu tinha

	<p>uma tia, irmã do meu pai que vivia em Setúbal e então (...) esta minha tia irmã do meu pai disse para a minha mãe: “ manda a menina” (...) e então a minha mãe pronto fez a vontade à minha tia de maneira que eu praticamente fui criada nesse modo”.</p> <p>E3 – “ (...) Aaa eu vivi num colégio dos quatro aos dezoito”.</p> <p>E1 – “ (...) Raro era a semana em que não íamos lá (aos pais), ela gostava imenso de ir porque naquela altura... agora não será assim, mas naquela altura a pessoa ia lá trazia batatas, trazia tomates trazia o que havia lá na... na... nas... eles chamavam aquilo hortas, havia las hortas deles dos meus tios e assim se passou”.</p> <p>E1 “(...) Tinha boas condições. Não... Condições como é que eu hei-de dizer de ter uma casa muito cheia de sofás, isto e aquilo outro mas uma casa com bastante limpeza e com o indispensável”(...) era lá empregada da minha tia(...)</p> <p>E2 – “ (...) vivi com a minha mãe, mas pegado à minha mãe vivia uma irmã dela que tinha 5 filhos, portanto fomos criados todos juntos (...) a minha tia até foi ela que me criou, pronto a minha mãe não tinha peito, eu não conseguia beber leite da farmácia, (...), então a minha tia tinha um filho da mesma idade e dava o peito a mim, foi ela que me criou. (...) portanto e vivíamos ali pegados uns aos outros, portanto nunca tive vamos lá, não senti a falta do irmão porque tinha os primos logo ali todos os dias a todas as horas (...). Eram 3 rapazes mais velhos e depois duas meninas mas duas meninas uma já nasceu</p>
--	---

	<p>Emigração</p> <p>Reflexos da educação</p>	<p>já eu era, já tinha praí 13 anos, 12, 13 anos, fui eu que lhe peguei a primeira vez e eu fiquei encantada, eu gostava muito de meninos”.</p> <p>E2 - “(...) Não sei porquê, mas a imagem dele só me ficou no dia em que ele partiu e que o vi vestido e calçado com uns sapatos que tavam diferentes porque ele ia para a Africa então mandou fazer calçado que era de pele branca e castanha, assim sapato para usar em terras tropicais e ele também ia vestido, assim de um branco ou bege e assim, portanto é só a imagem que tenho dele mais nada, que tinha dele mais nada, depois via fotografias (...)”</p> <p>E3 – “ (...) Considero que o sítio onde estive foi bom considere-me uma felizarda”.</p> <p>E3 – “ (...) Se calhar aaa aa potenciou ainda a vontade de constituir uma família ainda mais, porque lá aaa a família era muito alargada e pensar na possibilidade de nós termos a nossa própria família, não como ali porque era uma família mas não era aaa de sangue, aaa essa possibilidade era diferente e se calhar isso ainda fez com que eu tivesse mais esse interesse.</p> <p>E2 – “ (...) Não era por causa disso, apenas porque eu adorava crianças e para mim o casamento sem filhos era, sei lá, achava que não podia existir porque eu no casamento o que mais me entusiasmava era os filhos, fui sempre muito...as minhas primas que pronto também eram pequenas, eu era já maiorzita, eu andava sempre à volta delas a prepará-las era o cabelo era isso tudo, andava sempre com elas”.</p>
--	---	---

	Preferências do sexo da criança	<p>E2 – “(...) minha mãe era louca por o menino porque o meu pai também adorava ter um menino ter um filho rapaz e eu sentia-me como que um pouco parece que posta de parte porque a minha mãe viveu a vida inteira até à morte sempre pensando e falando no filho que tinha perdido e não sei se foi por isso por ter perdido o filho e porque não suportava pronto... aquela dor que para mim era um pouco sei lá como é que eu posso dizer pronto... eu sabia que ela gostava de mim mas ela nunca nunca demonstrava isso não dava o carinho que eu queria não sei lá sentia-me assim um pouco e era muito dura para mim (...)</p> <p>E2 - “(...) eu sabia que ela gostava de mim mas ela nunca nunca demonstrava isso não dava carinho que eu queria não sei lá sentia-me assim um pouco e era muito dura para mim (...)” E1</p>
--	---------------------------------	--

ANEXO E

Matriz conceptual
referente à unidade de análise 2
do guião de entrevista

Tema

As Representações da Maternidade

Categoria

Sobre a transição para a vida adulta

Sub-categoria

Casamento

Unidade de Análise		
Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Relacionamento	<p>E1 – “(...) Tinha 20 anos”.</p> <p>E2 – “(...) Casei eu tinha 25 anos.</p> <p>E2 – “(...) sim sim sim foi de livre vontade... pois foi de livre vontade apesar da minha mãe quer dizer a minha mãe foi assim deixou-me quis que eu namorasse, disse que ele era um bom rapaz, até que eu comecei a namorar tinha 17 anos com o marido com quem casei”.</p> <p>E1 – “(...) Não senhora, não senhora foi de livre vontade, pois... até havia quem dissesse assim “Ahh... Aquilo é uma questão de interesse como (...)o meu marido já era gerente da fábrica (...) e foi assim</p> <p>E3 – “(...) Aaa foi com 25 anos, temos um bom relacionamento considero que sim apesar de de a</p>

	Independência dos jovens	<p>maternidade e a paternidade ter sido um desafio considero que estamos a lidar bem com o desafio, aaa conseguimos falar acerca das coisas que nos preocupam, dos desafios que vão surgindo aaa e considero que foi, foi um bom investimento nesta relação”.</p> <p>E3 – “(...) (E o casamento foi de livre vontade?) Sim sim sim sim sim”.</p> <p>E2 – “(...) era assim fui feliz porque eu ia casar com o homem que eu gostava, mas triste porque sabia que a minha mãe não queria que eu saísse de casa, o problema dela era ficar sozinha e assim foi muito difícil chorei muito muito muito”.</p> <p>E2 - (...) ficava muito triste e depois o meu marido não aceitou disse: a gente não tem muito dinheiro mas isso não faz mal pronto a gente vai-se casar só que eu estava entre a espada e parede, por um lado a minha mãe que não queria que eu casasse por o lado do meu marido queria também não me imaginava viver a vida inteira lá na aldeia ah e ficar assim solteira porque se não casava com ele, ela também não me deixava casar com mais ninguém porque o problema ia ser sempre o mesmo e isso eu não conseguia suportar isso então eu resolvi casar e casei (...)”</p> <p>E1 - “(...) Depois foi lá mesmo em Setúbal em casa desta irmã do meu pai que casei. E fiquei lá porque esta é do meu pai, tinha um prédio com vários andares e então depois disseram logo ai se arranjasses aqui um andar (...) e lá conseguiram arranjar a coisa de eu ficar ali ao pé deles (...)”</p>
--	--------------------------	---

		<p>E1 – “ (...) Dávamo-nos muito bem”.</p> <p>E1 – “ (...) Muito bem, muito bem. Ele era mais velho do que eu uns 3 anos ou coisa assim. Mas... diziam elas naquela altura “É, o (...) gosta muito da (...), pudera ela é muito bonita” naquela altura”.</p> <p>E2 “ (...) É assim os primeiros tempos correu tudo bem pronto tínhamos os nossos problemas como sempre, mas correu tudo bem, (...) e portanto com o meu marido foi, as coisas foram indo só tinha um problema que ainda hoje tenho que é sempre e será até que a minha sogra seja viva (...) a gente não podia ir por exemplo íamos de férias não podíamos ir a lado nenhum que ela não fosse ou então se não fosse ela tinha de ir o meu sogro ou assim, quer dizer andava sempre tinha de andar sempre sempre atrás de nós ainda hoje continua (...) Quer dizer se não fosse a minha sogra estar no meio de isso nós, acho que, nós entendíamos muito bem, agora com esta situação à sempre aqueles (...)</p> <p>E1 – “ (...) e então demo-nos sempre muito bem e até... não sei a gente namorou para ai uns 3 anos só, coisa assim, e depois casamos”.</p> <p>E1 – “ (...) E casei em Setúbal também em casa destes meus tios”.</p> <p>E1 – “ (...) Felizmente até através... até tenho lá em casa um diploma (...) fizemos muitas viagens que ele gostava de viajar, conviver e aquilo tudo de maneira que até fizemos algumas viagenszinhas boas e assim se passou a minha vida”.</p>
--	--	--

	Partilha de tarefas	E3 - “(...) nós temos tarefas definidas para um, e para o outro, e vamos também flexibilizando, se um não pode fazer isto o outro faz”
--	---------------------	--

ANEXO F

Matriz conceptual
referente à unidade de análise 3
do guião de entrevista

Tema

As Representações da Maternidade

Categoria

Sobre a visão da mulher

Sub-categoria

Gravidez

Unidade de Análise		
Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Planeamento	<p>E1 – “(...) Aconteci... isso é que não me lembra (...) Sei que acontecia”.</p> <p>E2 – “(...) eu também casei, fiquei logo grávida porque o meu marido saia à Segunda e entrava ao Sábado eu estava muito sozinha então ele disse: não, mandasse vir um bebé que ao menos assim a gente, tens companhia e depois veio a menina e ela, eu fazia um ano de casada em Outubro, ela nasceu em Julho portanto foi logo, fiquei logo grávida logo que casei”.</p> <p>E3 – “(...) Foi planeada por ambos. Aaa efetivamente achávamos que ia demorar mais tempo até a gravidez acontecer. Já tínhamos carta-branca do médico, já tínhamos pensado e decidido que era isso que queríamos, aconteceu mais cedo do que o previsto, na medida em que achávamos que íamos ia demorar mais tempo para, para eu engravidar mas tava tudo planeado com todo todo, todas as análises todos os pré requisitos..., consegui ter tudo direitinho”.</p>

	<p>Maturação do Casal</p> <p>Contraceptivos</p> <p>1ª gravidez</p>	<p>E2 – “(...) Sim, sim foi, foi planeada pelos dois embora eu também não pensei depois, quer dizer eu sou uma pessoa assim, eu não sou assim uma pessoa que tem medo das coisas, eu acho que se que as coisas têm que acontecer e o que acontecer acontece.”</p> <p>E3 - “(...) apesar de a maternidade e a paternidade ter sido um desafio, considero que estamos a lidar bem com o desafio, conseguimos falar acerca das coisas que nos preocupam, dos desafios que vão surgindo e considero que foi, foi um bom investimento nesta relação(...)”</p> <p>E3 - “(...) acho que foi na altura certa, mas...não sei se teria tido mais cedo, acho que não se proporcionou, não senti que pudesse ter sido mais cedo, acho que foi na altura certa, também pela relação, porque acho que era preciso cimentar um pouco a relação antes de se pensar na maternidade e na paternidade (...)”</p> <p>E1 – “(...) Não, naquele tempo não. Acontecia pois”.</p> <p>E1 – “(...) Tive 2 rapazes que ainda tenho felizmente, e uma rapariga”</p> <p>E3 – “(...) Aa a vinte e vinte e sete aaa com vinte e oito, tava a fazer as contas ele faz anos dois anos agora em Novembro”.</p> <p>E3 – “(...) É mágica. Foi foi uma fase muito bonita, aaa é diferente daquilo que se ouve a descrever...</p>
--	--	---

	Facilidades, Dificuldades e Medos	<p>acho que só sentindo... aaa vai-se criando uma relação com o bebé muito especial é um momento também muito giro para o casal é...é especial é mágica”.</p> <p>E2 – “ (...) quando eu andava de bebé com, da minha filha pensei muitas vezes: há e se me dá as dores do filho quando o meu marido cá não está eu aqui não conheço ninguém (...) pedi tanto a nossa senhora que fosse uma altura em que o meu marido estivesse em casa e fez-me a vontade foi num Domingo (...) não ter quem me apoiasse, quer dizer dar-me as dores de repente e quem é que eu ia chamar não tinha telefone não tinha nada, quem é que eu ia chamar uma vizinha assim com convivência eu não tinha nenhuma e eu então isso assustava-me por um lado mas por outro pensava há-de ser o que Deus quiser e confiava”.</p> <p>E2 – “ (...) não tinha medo de nada senão disso, de estar sozinha e que de repente eu nem tinha telefone eu não tinha nada (...) foi esse o único receio que tive de resto nunca tive receio de nada”.</p> <p>E1 – “ (...)”sabe que tinha ajudas não é da minha tia(...), Pois não. Pois não. Pois não (..) depois como eu disse o meu marido já era gerente na fábrica e eu tinha uma rapariga que ia... naquele tempo era assim, ia lá uma rapariga que fosse a casa do gerente fazer os serviços que a gente quisesse e assim”.</p> <p>E3 “ (...) Aaa... é assim, logicamente nós, nós colocamos sempre algumas questões, aaa quer na relação, se nós íamos conseguir aaa fazer as coisas da maneira que queríamos, quer a nível económico se iríamos conseguir lidar com as despesas associadas à maternidade”.</p>
--	---	---

<p>Filho(a)</p>	<p>Obrigaçã das mulheres</p>	<p>E3 “ (...) aaa foram surgindo algumas questões mas também foram questões importantes que foram que foi possível pensar durante esse tempo para nós também conseguirmos aaa pensar atempadamente e depois na altura em que os os problemas ou desafios foram surgindo a gente já tinha conversado sobre eles sobre essa possibilidade pelo menos”.</p> <p>E2 – “ (...) Não, nunca encarei isso dessa forma, achei pronto, (...) também há mulheres (...) não tem filhos eu pronto, eu gostava de ter filhos”.</p> <p>E3 “ (...) Não, eu acho que cada mulher e ca cada mulher e cada homem cada casal deve decidir e deve ser uma... uma decisão aaa sentida e consentida por ambos não deve ser nada que a mulher queira e o não homem ou que o homem queira e a mulher não queira, porque de certeza que se assim for a situação não vai ser vivida da mesma maneira”.</p> <p>E2 – “ (...) Eu por mim é mais pronto encaro os filhos como que ajuda o casal a manter uma relação mais, sei lá mais alegre porque depois começa a ser uma rotina e com o filho hoje é de uma maneira amanhã já é doutra (...) às vezes muda durante o dia mais do que uma vez e por isso eu acho que ajuda o casal”</p> <p>E1 – “ (...) Raro é a pessoa hoje, por exemplo a minha filha casou e só teve um filho mas foi porque aconteceu, não é... Agora este filho é casado e já tem dois ou três... dois, uma rapariga e um rapaz. A</p>
-----------------	----------------------------------	---

	Implicações de um filho	<p>minha filha é felicíssima pelos netos, não é... porque acha que aquilo, tipo aquilo é uma casa cheia”.</p> <p>E3“ (...) Aaa eu acho que as pessoas querem ter filhos porque é como se chama o relógio biológico, eu acho que nem todas as mulheres nem todos os homens querem ter filhos”.</p> <p>E2 – “ (...) por isso filhos dão alegria, também dão muita tristeza, também dão muita pronto muitos dias tristes que às vezes quando eles tavam doentes e assim mas também dão muita alegria”.</p> <p>E2 – “ (...) Não, eu gostava tanto de um menino ou de uma menina fosse o que fosse que eu não pensava nem sequer nisso pronto.”</p> <p>E2 - nunca, pronto, nunca questionei lá o facto, não podia ir a um lado qualquer não ia pronto”.</p> <p>E1“ (...) Tenho a impressão que não porque como disse, como o meu marido era gerente da fábrica eu tinha quem fosse lá a casa fazer as coisas e aquela coisa toda, de maneira que estava muito amparada com ajudas”.</p> <p>E2 - “(...) o meu marido quando vinha para casa era uma loucura com a menina e tudo pronto e ele ficava muito contente de brincar com ela e ele brincava muito com ela (...)”</p> <p>E3“ (...) Sim, isso isso sem dúvida. Hum mesmo na gravidez nós vamos pensando porque um filho, um</p>
--	-------------------------	--

	Reorganização do dia-a-dia	<p>filho altera a vida do casal, altera a vida da pessoa, aaa não é possível fazer tudo o que se fazia antes a partir do momento que se tem um filho mas é um... é uma situação que quando se quer ser pai e mãe se aceita sem se pensar que... que isso vai ser um aspeto negativo”</p> <p>E3“ (...) acho que quando... quando uma mulher e um homem querem ser pais, aaa não veem isso como uma forma de ter... de não poder fazer as suas coisas, acho que se chega a um patamar em que se está pronto para não para abdicar daquilo que se quer porque não se deve abdicar mas para ceder em prol de uma criança em prol de um filho em prol das necessidades de uma criança e é por isso que é importante as pessoas estarem preparadas sentirem-se preparadas para isso”.</p> <p>E2 – “ (...) nunca pronto nunca questioneei lá o facto, não podia ir a um lado qualquer não ia pronto”.</p> <p>E3“ (...) Sem dúvida todo o dia a dia foi reorganizado, não é ? porque o número de tarefas aumenta o numero de situações a que se tem de dar resposta aumenta e as pessoas tem que se organizar de maneira diferente. Nós tivemos de nos organizar de maneira diferente e fomos experimentando ate ver o quê que funcionava melhor (...) vamos vendo de acordo com a possibilidade de cada um e com o dia-a-dia de cada um.</p>
--	----------------------------	---

ANEXO G

Matriz conceptual
referente à unidade de análise 4
do guião de entrevista

Tema

As Representações da Maternidade

Categoria

Sobre a visão da mãe

Sub-categoria

A maternidade

Unidade de Análise		
Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
	Alterações na vida da mãe	E1 – “(...) Depois como lhe disse, como o meu marido era gerente da fábrica, depois passou a ser sócio não é, como ele era gerente da fábrica e tinha sempre raparigas para ajudar ao serviço da casa ou qualquer coisa que fosse precisa como o caso quando tive filhos, havia sempre um rapariga que ajudava.
	Alterações no Relacionamento do casal	E2 – “(...) Claro muda um pouco porque a gente pronto não pode ir para muitos lados que gostaria de ir ah passa muitas noites sem dormir”.
		E2 – “(...) não houve qualquer problema com o meu marido pronto”.
		E3 – “(...) É assim na... na relação do casal muda porque para além de se ser casal passa-se a ter outro tema que é... que é a criança e que às vezes lança desafios, aaa a nível da educação a nível aaa de como é que se devem estabelecer as regras o que que... o que, que se deve fazer numa situação isso vai vai sendo necessário o casal discutir acerca desse assunto não se é só marido e mulher e para alem de que

	<p>Alterações Profissionais</p> <p>Experiencia como mãe</p>	<p>também é difícil gerir a parentalidade com a conjugalidade”.</p> <p>E1 – “(...)Não, fui dona de casa”.</p> <p>E2 – “(...) na minha profissão pronto era a costura muitas vezes não podia trabalhar (...) pronto não deixei totalmente mas praticamente deixei um pouco a costura porque (...) chegava hoje ela tava com febre e eu tinha de ir para a caixa e passava lá o dia inteiro à espera de uma vaga pronto ora não fazia, não trabalhava e então o que é que eu tinha de fazer dediquei-me aos bordados porque os bordados não era uma coisa que seja assim uma data fixa”.</p> <p>E3 – “(...) A nível profissional ah trouxe-me algumas alterações na medida em que quando o meu filho fica doente eu tenho que meter dias, aaa a questão da licença de maternidade por acaso na minha, no meu local de trabalho também aceitam bem, mas há locais onde é difícil eu por acaso não senti grandes dificuldades porque eles têm abertura para isso”.</p> <p>E1 - “Eu acho que sim, que vale a pena (...) E depois, como toda a família ficou feliz por ter... primeiro, foi a minha filha, a menina, e depois, foi o filho”.</p> <p>E2 – “(...) a minha preocupação é que eles fossem educados e se pudessem estudar se tivessem capacidade para isso eles estudarem (...) o meu desejo era só esse a educação respeitar os outros (...) e que depois eles estudarem até que eu pudesse e que eles conseguissem ser felizes dentro da profissão deles.”</p>
--	--	---

	<p>Reorganização do dia-a-dia</p> <p>Do imaginário à realidade</p>	<p>E3 – “(...)”eu queria ser mãe aaa sei lá, porque senti que queria ser mãe não foi por nenhum motivo específico mas porque senti que queria ser mãe senti que que ia ser bom ser mãe senti que ia ser bom termos... termos uma criança com quem partilhar as nossas as nossas felicidades com quem sei lá, não sei não sei descrever”.</p> <p>E3 – “(...) É sem dúvida um desafio... sem dúvida, mas é um desafio aliciante e, e é um desafio que dá gosto vencer que dá gosto ir vencendo”.</p> <p>E3 - “(...) todo o dia a dia foi reorganizado, não é? Porque o número de tarefas aumenta, o número de situações a que se tem de dar resposta aumenta e as pessoas tem que se organizar de maneira diferente. Nós tivemos de nos organizar de maneira diferente e fomos experimentando até ver o que funcionava melhor (...) umas vezes ele dá-lhe de comer outras vezes sou eu, umas vezes é ele que dá o banho, outras vezes sou eu, vamos vendo de acordo com a possibilidade de cada um e com o dia-a-dia de cada um (...).</p> <p>E2 – “ (...) Sim correspondeu, qualquer um deles era muito carinhoso e principalmente o meu filho andava sempre agarrado a mim”.</p> <p>E3 – “ (...) Imaginava aquilo que é, logicamente que há momentos que são mais difíceis e que a gente não pensava, não é, mas os momentos bons da maternidade compensam aqueles momentos mais tristes de quando ele está doente de quando a gente não consegue descansar durante a noite, mas depois vê-lo</p>
--	---	---

		<p>sorrir vê-lo aprender coisas vê-lo dizer os nossos... mama papa cada cada conquista que ele vai fazendo compensa tudo todas aquelas coisas menos boas inerentes à infância”.</p> <p>E2 – “ (...) eu gostava de ter um filho porque achava que porque eu gostava de ter um filho pronto ainda hoje adoro as crianças quando as vejo apetece-me agarrá-las.”</p> <p>E2 “ (...). Claro há outros problemas mas isso já é outras coisas já não tem nada a ver, como mãe sim até porque eu por mim até se pronto o meu marido achava eu por mim até não me importava de ter tido mais tido mais”.</p> <p>E3 “ (...) se calhar na altura que em que tava grávida e no inicio talvez aquela sensação de que não sei se vou conseguir mas á medida que vamos conseguindo vamos ficando mais confiantes nas nossas capacidades. “</p>
--	--	---